



Cadernos da Comunicação
Série Estudos

Jornalismo internacional em redes





Jornalismo Internacional em Redes é de autoria de Pedro Aguiar. Monografia de conclusão de curso apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: professor doutor Mohammed ElHajji.

Aguiar, Pedro

Jornalismo internacional em redes / Pedro Aguiar. – Rio de Janeiro :
Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

120p.: – (Cadernos da Comunicação. Série Estudos; 20)

Inclui bibliografia

ISBN

1. Notícias internacionais. 2. Jornalismo – Aspectos políticos.
3. Agências internacionais. 4. Jornalismo – Recursos de redes de compu-
tador. I. Rio de Janeiro (RJ). Secretaria Especial de Comunicação Social.
II. Título.

CDD 070.449327

A coleção dos Cadernos da Comunicação pode ser acessada no
site da Prefeitura/Secretaria Especial de Comunicação Social:

www.rio.rj.gov.br/secs

Março de 2008

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti 455 – bloco 1 – sala 1.372
Cidade Nova
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20211-110
e-mail: cadernos@pcrj.rj.gov.br

Todos os direitos desta edição reservados à Prefeitura da Cidade do
Rio de Janeiro. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida
ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou
mecânico) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem per-
missão escrita da Prefeitura.



**Prêmio Luiz Beltrão de
Ciências da Comunicação'2006
na categoria Grupo Inovador**



Prefeito
Cesar Maia

Secretária Especial de Comunicação Social
Ágata Messina

CADERNOS DA COMUNICAÇÃO
Série Estudos

Comissão Editorial
Ágata Messina
Milton Coelho da Graça
Regina Stela Braga

Edição
Regina Stela Braga

Redação e pesquisa
Heloísa Marra
Wilson Moreira

Revisão
Alexandre José de Paula Santos

Projeto gráfico e diagramação
Marco Augusto Macedo

Capa
Marco Augusto Macedo
José Carlos Amaral/SEPROP



CADERNOS DA COMUNICAÇÃO

Edições anteriores

Série Memória

- 1 – Correio da Manhã – Compromisso com a verdade
- 2 – Rio de Janeiro: As primeiras reportagens – Relatos do século XVI
- 3 – O Cruzeiro – A maior e melhor revista da América Latina
- 4 – Mulheres em Revista – O jornalismo feminino no Brasil
- 5 – Brasília – Capital da controvérsia
- 6 – O Rádio Educativo no Brasil
- 7 – Última Hora – Uma revolução na imprensa brasileira
- 8 – Verão de 1930-31 – Tempo quente nos jornais do Rio
- 9 – Diário Carioca – O máximo de jornal no mínimo de espaço
- 10 – Getúlio Vargas e a Imprensa
- 11 – TV Tupi, a pioneira na América do Sul
- 12 – A Mudança do Perfil do Rádio no Brasil
- 13 – Imprensa Alternativa – Apogeu, queda e novos caminhos
- 14 – Um Jornalismo sob o Signo da Política
- 15 – Diário de Notícias – A luta por um país soberano
- 16 – 1904: Revolta da Vacina – A maior batalha do Rio
- 17 – Jogos Pan-Americanos – Uma olimpíada continental
- 18 – O Jornal – Órgão líder do Diários Associados
- 19 – A Semana Ilustrada – História de uma inovação editorial

Série Estudos

- 1 – Para um Manual de Redação do Jornalismo On-Line
- 2 – Reportagem Policial – Realidade e ficção
- 3 – Fotojornalismo Digital no Brasil
- 4 – Jornalismo, Justiça e Verdade
- 5 – Um Olhar Bem-Humorado sobre o Rio nos Anos 20
- 6 – Manual de Radiojornalismo
- 7 – New Journalism – A reportagem como criação literária
- 8 – A Cultura como Notícia no Jornalismo Brasileiro
- 9 – A Imagem da Notícia – O jornalismo no cinema
- 10 – A Indústria dos Quadrinhos
- 11 – Jornalismo Esportivo – Os craques da emoção
- 12 – Manual de Jornalismo Empresarial
- 13 – Ciência para Todos – A academia vai até o público
- 14 – Breve História da Imprensa Sindical no Brasil
- 15 – Jornalismo Ontem e Hoje
- 16 – A Cobertura de Moda na Mídia Impressa Carioca
- 17 – Folkcomunicação – A mídia dos excluídos
- 18 – A Blague do Blog
- 19 – A Imprensa e Seus Efeitos sobre a Audiência



O Jornalismo Internacional talvez seja a área da imprensa com maior abrangência de temas, já que deve abarcar fatos da política, economia, cultura, enfim, de tudo que aconteça pelo Mundo afora.. Sua definição é, por natureza, relativa, já que um assunto doméstico para um país é internacional para todos os outros.

Em 1980, um documento publicado pela Unesco analisou os problemas de comunicação no mundo em sociedades modernas, principalmente em relação à comunicação de massa e à imprensa internacional. O Relatório MacBride, como ficou conhecido, sugeria uma nova ordem da informação e da comunicação e discutia o controle governamental, a censura, o monopólio e a comercialização dos meios de comunicação, bem como os problemas relacionados ao domínio cultural, ao poder das sociedades transnacionais, ao direito de informar e à possível contribuição dos meios de comunicação de massas para a solução dos problemas mundiais

Apesar de ter recebido forte apoio internacional, o relatório foi condenado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido como um ataque à liberdade de imprensa e à doutrina do livre fluxo de informações. Após 25 anos do Relatório MacBride e dos debates sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), as assimetrias dos fluxos mundiais de informação (entre países pobres e ricos) permanecem praticamente inalteradas. Embora a comunicação em redes e novas tecnologias de mídia, como a internet, tenham aberto um potencial imenso de mudanças na pauta, na edição e na apuração a distância, os jornallis locais não mudaram, de certa forma, a sua visão. O noticiário internacional dos jornais brasileiros, por exemplo, continua, em larga escala, dependente do material fornecido e filtrado por agências de notícias e veículos estrangeiros.

A monografia de Pedro Aguiar, apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e publicada pelos **Cadernos da Comunicação**, identifica o impacto desta configuração no discurso midiático, com ênfase na prática do jornalismo impresso e na atuação das agências de notícias, e propõe alternativas à formação de pauta e à apuração no Jornalismo Internacional.

CESAR MAIA
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro



*Nossa responsabilidade
[dos jornalistas] é traduzir
os fatos para que o público
os entenda de uma maneira
mais fácil (...) Jornalismo é
parte da democracia.*

*Bonnie Anderson, jornalista americana,
em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Educativa*





Sumário

Introdução	9
Dinâmica das agências e práxis das editorias	16
Jornalismo Internacional: definição e particularidades	17
Sistemas e dinâmica das agências de notícias internacionais	22
Práxis das editorias de Internacional no jornalismo impresso diário	31
O papel das fontes e da cobertura <i>in loco</i>	37
Um mundo e poucas vozes: fluxos de informação internacional antes e depois das redes	44
NOMIC: ascensão, glória e derrocada	45
Agendamento e <i>gatekeeping</i>	56
Fluxo de informação em redes	58
Assimetrias na era das redes	63
Impactos sobre o Jornalismo Internacional	66
Jornalismo internacional em rede: caminhos e atalhos	73
Do jornalismo na rede ao jornalismo feito em rede	73
Instrumentos e ferramentas	76
Novo Jornalismo <i>versus</i> novas notícias	85
Um drama em quatro atos	90
Ato I - Geórgia, 2003	90
Ato II - Ucrânia, 2004	94
Ato III - Quirguízia, 2005	95
Ato IV - Bielorrússia, 2006	97
Considerações finais	102
Referências bibliográficas	110
Notas	116







Introdução

Quase três décadas atrás, estava em voga o debate sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), uma campanha pela reestruturação global da comunicação internacional e dos fluxos de informação, nascida no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados e auspiciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Seus principais objetivos eram equilibrar o fluxo de informações entre países pobres e ricos (altamente favorável a estes últimos), ampliar o acesso à produção e distribuição de conteúdo para nações subdesenvolvidas e promover a responsabilidade e a ética no cumprimento das profissões de comunicação – notavelmente no jornalismo.

Após alguns anos de discussões controversas e impasses, o projeto da Nomic foi abandonado e, pelo menos fora do mundo acadêmico, caiu no esquecimento. No entanto, o quarto de século que se passou parece não ter alterado as necessidades que geraram a demanda por uma nova ordem informativa em nível global, ainda que tenha visto nascer um conjunto de novas tecnologias para informação e comunicação que – sem receio de hipérboles – revolucionou todos os processos da área, desde a produção, reprodução, transmissão e distribuição até a circulação de informações, notícias e bens culturais. O paradoxo é que estes mesmos avanços concretizaram potencialmente o cumprimento das reivindicações feitas pela Nomic e seus defensores, na medida em que tornaram viável a realização, na prática, de um processo reverso à concentração da mídia, da manipulação de conteúdo informativo e da geração e distribuição deste mesmo conteúdo.

O que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) trouxeram foi a possibilidade de integrar diferentes sociedades e seus indivíduos em todo o mundo numa malha de alcance global cuja estrutura é – diferentemente da mídia canônica de natureza corporativa ou estatal – descentralizada, desterritorializada, desarborizada e virtualmente ilimitada em tamanho, profundidade e capacidade de armazenamento de informação: em resumo, uma rede.



Esta rede – ou, melhor, no plural “redes” – integram a um mesmo sistema de canais de comunicação diversos atores sociais anteriormente só alcançáveis por filtros e intermediações (técnicas, profissionais ou políticas), geralmente das empresas de comunicação e órgãos estatais responsáveis justamente por selecionar e redistribuir informações, como as agências de notícias e os veículos de mídia. A adoção da forma plural ao longo deste trabalho reflete a visão inclusiva da pesquisa sobre redes e a ênfase de que este tipo de comunicação integrada é anterior e muito mais abrangente que a mais popular delas – a Internet.

Tanto contemporâneos aos debates da Nomic quanto observadores recentes concordam que a informação objeto de tais discussões é, primordialmente, a informação noticiosa de origem midiática (diferenciada, na literatura anglófona, entre os produtos da *entertainment media* e da *news media*, mais ou menos traduzível como “imprensa”) em detrimento da informação científica, técnica ou cultural.

Nestas mesmas últimas duas décadas, mudanças políticas e socioeconômicas em escala global prejudicaram as iniciativas de controle público ou estatal sobre a comunicação e favoreceram a doutrina liberal do “livre fluxo de informações”. E trabalhos de pesquisa nos primeiros anos do século XXI apontam para o fato de que a substituição de temas na pauta das relações multilaterais – da Nomic pela “Sociedade da Informação” e pela “Democratização da Comunicação” – significou a troca de uma campanha fundamentalmente ideológica e política por uma abordagem essencialmente tecnocrática e mercadológica.

Tem-se, assim, uma situação em que se deixou de buscar um fluxo igualitário de informação entre as diversas partes do mundo no mesmo momento em que a própria estrutura de comunicação internacional está modificada a ponto de permitir a circulação destas informações em redes, não mais filtradas pelas agências e veículos de mídia transnacionais – o que permite claramente enxergar o problema da ordem informativa mundial como um problema de notícias.

É neste contexto que o jornalismo tem à sua frente uma ampliação da responsabilidade social que já antes deveria exercer: na medida em que aumentou em escala exponencial a acessibilidade a fontes, personagens, pontos de vista e versões para cada informação veiculada, o jornalista

tem como executar seu trabalho de forma muito mais compreensiva, abrangente, inclusiva e direta na construção da notícia. Antes excluídos das pautas e apurações sob o pretexto de serem inacessíveis dentro da rotina limitada (em tempo e espaço) de produção jornalística, estes atores sociais estão agora plenamente contactáveis pelos profissionais das redações a partir de praticamente qualquer ponto do planeta, desde que conectado à rede tecnologicamente mediada. E, ainda assim, apesar de toda esta facilidade, nas rotinas de produção da notícia em diferentes mídias eles continuam preteridos pelos meios convencionais, centralizados, corporativos, industriais, enviesados de informação.

A integração das redações brasileiras com as redes telemáticas e digitais – sendo a mais famosa, embora não a única nem primeira, a internet – multiplicou as possibilidades de pauta e apuração, além de abrir o acesso a fontes de informação alternativas ao fluxo hegemônico. A chamada *world wide web* (grosso modo, “teia de alcance mundial”), interface gráfica na qual periódicos de todo o mundo apresentam seu conteúdo digitalizado e para a qual já existem centenas (senão milhares) de veículos especialmente construídos, torna acessíveis tanto jornais internacionais de grande circulação quanto a imprensa local, sindical e comunitária – para não citar os *websites* testemunhais, chamados *weblogs* ou *blogs*, cuja validade como fonte jornalística é ainda discutível.

Entretanto, estas possibilidades continuam sendo subutilizadas, quando não preteridas, em favor das mesmas agências que já predominavam antes da globalização da comunicação. As agências – empresas criadas originalmente com o objetivo de economizar custos para jornais e revistas associados em coberturas de guerra ou no exterior – cresceram a ponto de dominar entre 66 por cento e 90 por cento do conteúdo publicado no noticiário internacional do Terceiro Mundo, dependendo da medição e da metodologia empregada. Dentro da lógica do capital pós-industrial, baseado na troca de serviços e bens intangíveis (como a informação), o *downsizing* das empresas jornalísticas reflete-se na redução de pessoal, a começar pelos mais custosos ao orçamento – entre eles, correspondentes.

Se simbolizarmos cada repórter expatriado fixo como uma tachinha, veremos que o mapa de correspondentes da imprensa brasileira espalha-

dos pelo mundo conta com cada vez menos pontos a furar. E, à medida que vai escasseando o número destes, os poucos que restam vêm aumentando as suas áreas de responsabilidade, muitas vezes continentes inteiros monitorados a partir de uma única cidade. Hoje, como exemplo, a correspondente de *O Globo* baseada em Buenos Aires é responsável por cobrir a totalidade da América hispânica, mesmo quando não há possibilidade de deslocamento. Fica dependente, assim, da leitura de periódicos facilitada por suas versões digitais disponíveis na *web*.

Ora, em tempos de comunicação em redes, o acesso a estes conteúdos é desterritorializado, tornando-se homogêneo para qualquer ponto do globo interligado ao sistema. Logo, a mesma leitura feita pela correspondente na capital argentina pode ser realizada pela redação no Brasil. Qual o sentido, então, de se manter o correspondente expatriado?

Longe de tentar elucidar as causas que geram esse paradoxo, este trabalho pretende questionar a práxis jornalística – especificamente, na especialização do noticiário internacional – em sua pouca disposição em usar as NTICs para burlar o filtro da ordem informativa hegemônica e demonstrar como as tecnologias de comunicação em rede podem ser usadas para aproximar da realidade as sugestões feitas há mais de 25 anos pelos proponentes da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. Desta forma, a relevância da pesquisa reside na busca pela compreensão de como as condições de produção do noticiário internacional na mídia – particularmente nos jornais impressos diários – atuam na construção de discursos e formação de mentalidades, e em que medida a apuração abrangente, levando em conta pluralidades das idéias e ideologias envolvidas nos eventos estrangeiros, e responsávelmente contextualizada para a realidade nacional, pode contribuir para o intercâmbio de experiências e soluções entre a sociedade brasileira e outras nações.

Desde já, uma das dificuldades encontradas foi a escassa bibliografia nacional sobre o tema, com raros trabalhos específicos sobre o Jornalismo Internacional no contexto histórico brasileiro, o que limitou o universo da pesquisa. Excluindo-se os relatos, coletânea de crônicas e livros-reportagem lançados comercialmente por ex-correspondentes e enviados especiais, a produção acadêmica e científica sobre a área é rarefeita.



Mesmo entre autores de manuais consagrados de jornalismo e suas especializações, como o clássico *Jornalismo Especializado*, de Mário Erbolato (Atlas, 1981), ocorre uma significativa exclusão do tema, até em listagens das diversas editoriais de um jornal diário.

Apenas em 2004 a coleção “Jornalismo” da Editora Contexto (iniciada em 2002) publicou um volume intitulado exatamente *Jornalismo Internacional*, escrito pelo repórter especial da *Folha de S. Paulo* João Batista Natali. É extremamente didático e dá conta das origens, do desenvolvimento e das peculiaridades desta especialização no Brasil e em outros países. Em 2005, a editora carioca Objetiva organizou uma coleção chamada “Jornalismo de Guerra”, em que publica livros-reportagem de expoentes brasileiros na cobertura de conflitos, como Joel Silveira e José Hamilton Ribeiro. Ainda no mesmo ano, o jornalista e professor Felipe Pena incluiu a especialização Internacional em seu manual de referência rápida *1000 Perguntas sobre Jornalismo*, escrito em colaboração com alunos de graduação.

Não houve, portanto, nenhuma fonte que abordasse exatamente o tema pesquisado. Poucas aliaram o estudo próprio de *Jornalismo Internacional* à questão do fluxo de informação, e menos ainda, no contexto da comunicação em redes. Por isso, também, as obras específicas sobre cobertura e noticiário do exterior são exaustivamente citadas – para não dizer dissecadas – ao longo do texto.

O mesmo motivo não permitiu a uniformidade da fundamentação teórica e forçou uma abordagem de alicerces heterodoxos: Castells (2001) fornece as bases para o entendimento das mudanças socioeconômicas do pós-Guerra Fria e seus impactos na comunicação internacional, enquanto Lopes (1996) subsidia a análise dos fluxos de informação e contra-hegemonia à luz da análise de redes. Os demais textos de referência são, na maioria, produções da própria academia ou reflexões de profissionais acerca do fazer jornalístico antes e depois da revolução tecnológica. Além destes, o trabalho dialoga com pesquisas contemporâneas à discussão da Nomic, pelo que são atualizadas nos dados empíricos quando necessário. É de espantar que, mesmo com os processos de integração econômica e cultural entre países, na chamada “globalização”, que borra fronteiras nacionais e eleva a relevância dos fatos estrangeiros para cada nação, ainda

não se trate o Jornalismo Internacional como área estratégica na pesquisa brasileira em Comunicação.

Pode ser cedo para afirmar que a tendência está mudando, mas os lançamentos recentes alimentam esta esperança. Afinal, de 25 anos para cá, houve poucas mudanças práticas na configuração do fluxo mundial de informação. Embora não haja dados recentes divulgados para comprovar, a observação empírica permite constatar que a proporção do noticiário internacional proveniente de agências ainda é tão significativa quanto nos anos 1980. A grande diferença é que, atualmente, existe à disposição do jornalista um sem-número de novos recursos que, dependendo da forma como são usados, têm o potencial de burlar este fluxo de informações maciçamente unidirecional.

É esta questão central que norteia esta pesquisa: por que, com novas formas de pautar e apurar a distância e em rede, as editorias de Internacional dos jornais diários continuam tão dependentes das agências estrangeiras de notícias? Ainda que não haja respostas satisfatórias para o problema, a pesquisa fará esta pergunta e outras paralelas como forma de contribuir para o debate. Para este fim, serão examinadas as tecnologias e os sistemas informativos utilizados nas redações e o que as tecnologias mais recentes podem mudar nesse cenário.

A estrutura do trabalho procura acompanhar o trajeto percorrido pela informação em seu fluxo tradicional, da fonte primária à recepção do leitor. Por isso, o Capítulo 1 inicia com a conceituação do trabalho em Jornalismo Internacional, visita o processo de produção industrial da notícia nas agências para, em seguida, descobrir o tratamento que esta recebe ao chegar “empacotada” às editorias dos jornais impressos. Como estudo comparativo, são analisadas as rotinas e condições de produção em três diários de expressão nacional: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A situação de decadência financeira e de prestígio vivida pelo último é justamente aspecto de diferenciação na práxis profissional.

Já o Capítulo 2 reconta a trajetória da Nomic e examina como as tecnologias de comunicação em redes, bem como as redes tecnologicamente mediadas (conceitos semelhantes, embora distintos), ampliaram o escopo de pauta, apuração e edição para os profissionais do Jornalismo Internacional, e procura enxergar os sistemas internaci-

onais de informação como relacionados a estas mesmas redes. É proposta uma análise estrutural dos fluxos de informação em rede em comparação aos fluxos sistêmicos, lineares e centralizados das agências internacionais de notícias.

No Capítulo 3, tenta-se identificar as diferentes ferramentas proporcionadas pelas NTICs e pela comunicação em redes ao Jornalismo Internacional da mídia impressa, particularmente para o trabalho de apuração a distância. De lá se retorna aos três exemplos de jornais pesquisados em função da utilização ou não de tais instrumentos na prática, e de que modo as rotinas podem ser alteradas a partir de sua aplicação.

Finalmente, no Capítulo 4, é apresentada uma seqüência de eventos do noticiário internacional pertencentes ao mesmo universo referencial – a saber, as quatro “revoluções coloridas” em repúblicas ex-soviéticas entre 2003 e 2006, que serviram de inspiração e motivação inicial para este trabalho – com as distintas perspectivas oferecidas dos lugares ocupados pelo autor em cada uma delas: respectivamente, observador-leitor externo, redator de uma agência de notícias estrangeira, estagiário de um jornal que não utiliza as NTICs na editoria Internacional e repórter de outro jornal que as utiliza. Neste momento, a intenção será compreender de que forma a configuração dos fluxos globais de informação influencia o discurso final apresentado pelas páginas de Internacional dos veículos locais.

Ao final, espera-se que esta pesquisa ofereça subsídios para melhor compreensão dos processos que convergem para a construção da notícia no Jornalismo Internacional brasileiro e, ao mesmo tempo, aponte saídas e alternativas exequíveis para novas práticas profissionais nesta especialização, que permitam concretizar mudanças já há tanto tempo sonhadas e defendidas por jornalistas em todo o mundo.



Dinâmica das agências e práxis das editorias

A bibliografia publicada sobre Jornalismo Internacional no Brasil é escassa. Uma das causas para a pouca produção acadêmica e editorial sobre o tema é, provavelmente, a própria dificuldade em definir exatamente o que é esta especialização jornalística.

Há, de início, um leve problema semântico quanto à própria expressão “Jornalismo Internacional”. Enquanto alguns a designam como o trabalho jornalístico especializado nos assuntos do exterior, não é raro encontrar o termo utilizado para se referir ao conjunto de notícias publicadas na mídia estrangeira, ou seja, o jornalismo produzido por estrangeiros – ainda que sejam, por exemplo, correspondentes no território nacional escrevendo sobre o Brasil.

Observa-se, também, certa fluidez quanto à noção geopolítica de “internacional”, confrontando-se o que se define no Brasil e nos jornais do Primeiro Mundo, principalmente entre os dos Estados Unidos e da Europa. A Comunidade Européia, com o processo de unificação político-econômica nas últimas décadas, tem cada vez mais mesclado o noticiário nacional ao “estrangeiro”, uma vez que os próprios assuntos desta esfera têm sido intrinsecamente interligados entre os países vizinhos.

Já os veículos norte-americanos fazem diferença entre os assuntos internacionais “sem” e os “com” a presença dos Estados Unidos, para definir em qual editoria serão publicados. Guerras como as do Vietnã e do Iraque, por exemplo, costumam vir separadas das demais *world news*.

No Brasil, grande parte dos jornais adota a definição geográfica para circunscrever a área temática da seção Internacional (carinhosamente apelidada de “Inter”), mas abre exceção para os casos em que o Brasil está diretamente envolvido – viagens executivas, disputas comerciais, incidentes com brasileiros no exterior – e estes geralmente são remetidos às editorias de Política Nacional ou Economia.



Jornalismo Internacional: definição e particularidades

Segundo Azevedo (in Pena, 2005: 119), o Jornalismo Internacional “é aquele que trabalha com fatos que acontecem além das fronteiras do país onde fica o jornal”. Mas, em seguida, a mesma autora pondera que a divisão temática pode sobrepor-se à geográfica:

Muitas vezes, esses mesmos fatos, por serem de origem econômica, científica ou ainda esportiva, entre outros, entram no jornal em suas respectivas editorias, sem estarem diretamente localizados na parte que diz respeito ao Jornalismo Internacional.¹

Já para Colombo (1997), o parâmetro geopolítico não é mais suficiente para delimitar o campo de pautas da editoria de Internacional.

Existia um antigo critério para a divisão das notícias. Internacional era o que ocorria longe ou, em qualquer caso, fora das fronteiras. Era nacional ou local (esta última distinção foi sempre uma questão de importância e de apreciação subjetiva dos jornalistas e do público) o que ocorria perto ou dentro das fronteiras. Mas os critérios para a definição da notícia internacional sempre foram confusos e relativamente arbitrários.²

Jornalismo Internacional é, assim, uma especialização jornalística cuja definição é, por natureza, relativa. Ao contrário do que ocorre com as definições de tipo temáticas (Jornalismo Econômico, Político, Cultural, Esportivo...), de suporte (Telejornalismo, Radiojornalismo, Webjornalismo, de Revista...) ou de linguagem (Literário, Investigativo, de Precisão, de Resistência...), que têm – a princípio – descrições universalmente válidas, o Jornalismo Internacional conta com a particularidade de variar seu objeto de interesse de acordo com a procedência nacional do repórter que apura e com a localização (física; geográfica) do veículo ao qual a matéria se destina. É desta forma que, nesta área, o que for exterior para uns não o será para outros; e o assunto que é “doméstico” para um país é “internacional” para todos os demais.

Tal delimitação geográfica e histórica é a distinção que faz do Jornalis-

mo Internacional um interessante objeto de estudo. E é este fator, o de categorização, que tem sido, de acordo com Colombo, cada vez mais arbitrário e até tautológico:

Li, em 1992, como prólogo a uma tese apresentada na Escola de Jornalismo da Columbia University: “As notícias nacionais são as que aparecem nas páginas nacionais do jornal. As notícias internacionais são as que aparecem na seção Exterior do jornal”. Esta formulação aparentemente banal representa de maneira correta tanto o caráter arbitrário da divisão entre “exterior e interior” quanto o contínuo entremeado dos materiais que vêm de um lugar e têm efeito em outro, das notícias políticas, sociais, científicas, de espetáculo, de arte e de literatura.³

Outra possível explicação para o pouco interesse de pesquisadores (e colegas de profissão) no Jornalismo Internacional seria a visão, disseminada durante longo tempo, de que os jornalistas da editoria Internacional, tanto na mídia impressa quanto eletrônica, não executavam exatamente um trabalho jornalístico – ou seja, da pauta à edição, incluindo apuração e reportagem. Segundo esta visão, o trabalho dos redatores e editores em Inter é reduzido a uma mera revisão de texto produzido por outras fontes, como agências e assessorias de imprensa (atividade conhecida no jargão das redações como “pentear telegramas”). Não é por acaso que Rodrigues (2002) afirma que “a Internacional é a editoria dos redatores”, na qual se prescinde do trabalho de reportagem de campo e se privilegiam o texto, a edição e a boa correlação entre as informações aproveitadas.

A editoria de Internacional continua, mas a reportagem nesta área, hoje, só se justifica se ela for o tempo todo um olhar, no caso, brasileiro, dos fatos e fenômenos ocorridos fora do país. (...) Também por causa da nossa distância em relação aos fatos, o texto da reportagem de Internacional é um dos que mais exigem material de apoio, retrancas enciclopédicas e até glossários que situem o leitor corretamente no tema. Mais uma vez fica clara a necessidade de um texto de alta qualidade, não necessariamente um insaciável faro investigativo. Salvo



em raras ocasiões, portanto, a Internacional não é a editoria apropriada para jornalistas que tenham como objetivo profissional a conquista de grandes furos de reportagem.⁴

Este tipo de trabalho, longe de ser novidade, descende da prática comum no jornalismo anterior à industrialização da imprensa, desde o século XIX, como registrado por Honoré de Balzac:

Antigamente, todos os jornais tinham um redator especial para as notícias estrangeiras, que as traduzia e as “*Premierparisava*”. Isto durou até 1830. Na briga, o tradutor do *Journal des Débats* se dirigiu até os Negócios Estrangeiros; o jornal lhe disse: «Vai, meu filho!» E hoje, de simples senhor Bourqueney, ele é o barão de Bourqueney, quase embaixador. Desde então, os jornais de Paris tiveram todos o mesmo tradutor, não têm mais nem agentes nem correspondentes, todos enviam à Rua Jean-Jacques-Rousseau, à casa de M. Havas, que lhes remete a todos as mesmas notícias estrangeiras, reservando a *novidade* àqueles cuja remuneração é a mais forte. O *Journal des Débats* dá cem escudos por mês. O primeiro redator que aparece acrescenta às notícias o molho ao qual é preciso acomodá-las para os assinantes; de maneira que o bombardeio de Barcelona não é quase nada, uma ninharia no *Le Constitutionnel*, e uma das maiores atrocidades dos tempos modernos no *La Presse* ou no *Le National*.⁵

Entretanto, ao trabalhar com “apuração a distância”, o Jornalismo Internacional apresenta uma tendência “natural” a pré-mediatizar o trabalho jornalístico (via apuração por outras mídias); realizando uma permanente polifonia e reproduzindo discursos sobre discursos de outrem. Neste processo, corre permanente risco de negligenciar contextos, deslocar declarações e perenizar visões pré-concebidas.

A produção da parte internacional de um jornal feita em sua redação principal/matriz depende de uma série de escolhas que podem – mesmo com as melhores matérias apuradas *in loco* – distorcer a realidade e gerar retratos simplistas e tendenciosos de situações complexas. Uma má edição de qualquer reportagem pode transformá-la. Ao mesmo tempo, nas re-



dações também se pode apurar excelentes matérias e é de lá que se produz grande parte do que é publicado na seção de internacional de um jornal brasileiro, uma vez que a crise financeira não permite que haja muitos correspondentes.⁶

Desta forma, o cuidado com o objeto da notícia é ainda mais delicado quando se trata de fatos internacionais, pois o enquadramento dado a estes pela imprensa será, em última análise, determinante para formar a visão de mundo – no sentido mais literal possível – do leitor. O jornalista que trabalha em editorias de Internacional e, principalmente, em agências é, para Salinas (1984), quem define “os limites possíveis da informação coletiva sobre o mundo”.

Muito poucas pessoas têm experiências pessoais com outros países, mas as notícias mundiais chegam a todos, e seus efeitos são tanto maiores porque isto é feito com regularidade, ubiqüidade e perseverança. Para a maioria absoluta das pessoas, sua visão do mundo e as interpretações sobre ele provêm principalmente das notícias internacionais. E, ao definir e interpretar a realidade, também definem os limites possíveis da realidade: não se pode fazer nada sobre o que não se conhece.⁷

São estas condições de trabalho que evidenciam o fato de que a práxis jornalística em Inter, como a de qualquer outra editoria ou qualquer outra profissão, está condicionada à contínua reprodução dos modos de produção e das relações de poder destes derivados.

Os jornalistas das redações escrevem cada vez mais sobre fatos que não observaram e sobre assuntos de que não entendem – precisam de bons informantes e intérpretes da realidade; as fontes empresariais e institucionais, geradoras de fatos e atos de relevância social, e detentoras da capacidade de explicá-los, não sobrevivem sem a comunicação com os ambientes externos – precisam dos meios. O problema é que, nesse ajustamento de conveniências, o jornalismo freqüentemente se reduz a algumas técnicas usadas como ferramentas de propaganda, para servir a interesses particulares – às vezes, dos próprios jornais e jornalistas.⁸



Tais interesses podem não ser necessariamente financeiros, mercadológicos ou mesmo de *marketing*, mas não raramente são ideológicos, culturais e, desta forma, políticos. A própria identidade nacional-cultural do jornalista “não procede de seus documentos nem de seu passaporte, mas da formação psicológica e dos caracteres expressivos da cultura à qual ele pertence”. (Colombo, 1997: 26)

A preocupação com o localismo do profissional é compreensível quando se leva em conta que uma das particularidades do Jornalismo Internacional – seja em agências, editorias ou no trabalho de campo dos correspondentes – é lidar com volume incomensurável de assuntos, personagens e contextos freqüentemente alheios à cultura do leitor. Esta enorme gama de informações transmitidas e de assuntos potencialmente abordáveis exige do redator de Internacional cultura geral e conhecimento mínimo sobre a situação histórica, política e geográfica de cada país do mundo. Este mesmo fator leva ainda a uma necessidade permanente de contextualização dos fatos.

Ao longo dos séculos XIX e XX o noticiário internacional teve prestígio e importância muito maior no jornalismo brasileiro. Nas últimas décadas, porém – e particularmente nos últimos anos, com o *downsizing* praticado por várias empresas e a redução tanto de pessoal quanto de assinaturas de serviços de informação –, as editorias de Internacional têm perdido espaço e investimentos, e sofrido críticas que se referem particularmente à homogeneização de conteúdo entre os diferentes veículos, especialmente (mas não só) na mídia impressa.

A presença ou ausência de determinados temas ou regiões do mundo na pauta diária, que será abordada detalhadamente mais adiante, condiciona a carência por menos ou mais informação de contexto e, com isso, as fontes e o tempo disponível que os profissionais terão para produzir a matéria. Há um alto grau de pré-demanda para este material, pois “o Jornalismo Internacional tem uma característica que não lhe é exclusiva: boa parte de suas pautas é previsível”. (Natali, 2004: 95) Entretanto, enfrentar esse mar de fontes distribuídas por uma multiplicidade de lugares no planeta gera um custo praticamente proibitivo para a imensa maioria dos veículos de comunicação. Para dar conta deste trabalho, então, surgiram empresas especializadas em

coletar informações noticiosas e distribuí-las (por venda) às publicações: as agências de notícias.

Sistemas e dinâmica das agências de notícias internacionais

Agências de notícias são empresas especializadas em coletar informações de interesse jornalístico dispersas, formatá-las como notícia e redistribuí-las para assinantes – veículos de imprensa que são seus clientes comerciais e pagam para ter direito a publicar o material recebido. Existem agências segmentadas por tema (economia, meio ambiente, ciência...) ou por local (como no caso de agências estatais que divulgam atos oficiais de um país).

No contexto do Jornalismo Internacional, agências de notícias são especialmente importantes porque seus serviços foram, durante mais de um século, o meio mais acessível para uma publicação obter informação sobre o maior número de lugares possível. Como as maiores agências internacionais cresceram pelo fato de terem repórteres-correspondentes espalhados por praticamente todo o mundo e fornecerem informação quantitativamente variada, é por elas que órgãos de mídia – e, assim, o público – recebem a maior parte do material que publicam.

(...) traço específico do trabalho das agências de notícias, em comparação com outros meios de comunicação de massa, é que a maioria de suas informações não é fornecida diretamente ao público. A agência de notícias trabalha normalmente por intermédio de outros meios de comunicação de massa, através da imprensa, do rádio e da TV. Telespectadores, leitores e ouvintes individuais, o povo na rua, não podem receber os boletins das agências de notícias distribuídos por circuitos de teletipos. Os usuários diretos da produção das agências são os demais meios de comunicação de massa – rádio, jornais e TV – que a transmitem (em sua própria seleção) ao público em geral. Os boletins de teletipo das agências noticiosas servem como ‘jornais para jornalistas’.⁹

As agências de notícias surgiram em meados do século XIX como um lucrativo filão de negócios no jornalismo. A lógica era simples e inovadora, tanto que se mantém fundamentalmente inalterada até hoje:



o alto custo de operação de uma rede de correspondentes espalhados pelo globo seria compensado por uma vasta carteira de clientes, entre jornais, revistas e outras publicações jornalísticas, numa espécie de “mais-valia informativa”.

As agências ocupam a especialidade que não pode ser coberta pelos veículos e, ao fazê-lo, diluem altos custos operacionais na generalização de vendas de seus serviços ao maior número possível de assinantes. Uma matéria típica das agências serve para todos os fins e passa pelo crivo da seleção de cada veículo. Os repórteres das agências de notícias se dirigem a um número maior de leitores, ouvintes e telespectadores que os repórteres dos veículos, por mais lidos, ouvidos ou vistos que sejam. *E também influenciam aqueles cuja tarefa principal é selecionar os assuntos para a pauta ou a edição. As agências são as primeiras a dar as notícias e muitas vezes suas sugestões ajudam os editores em decisões sobre títulos, lead ou editoração.*¹⁰

O pioneiro desta atividade foi o francês Charles Havas, que em 1835 fundou a Agência Havas, precursora da atual Agence France-Presse. Um de seus colaboradores, o alemão naturalizado britânico Julius Reuter, acabou por sair da empresa para fundar uma concorrente baseada em Londres (FERREIRA, 1980). Ambas deram origem, respectivamente, às atuais AFP e Reuters, ainda hoje duas das maiores agências internacionais do mundo. Em 1849, foi fundada a agência alemã Wolff (batizada pelo dono, Bernard Wolff), que exatamente cem anos depois levaria à DPA, atual agência nacional (privada) da República Federal Alemã.¹¹

Cada uma com apoio ostensivo do respectivo governo, elas chegaram a competir no princípio, mas não demoraram a concluir pela conveniência de um acordo, assinado em 1859, para dividir o mundo em três partes: à Reuters, caberia o Império britânico, os Estados Unidos, o canal de Suez e grande parte da África; à Havas, o Império francês e sudoeste da Europa; e à Wolff, o resto da Europa, Áustria-Hungria, Escandinávia e estados eslavos.¹²

A primeira agência de notícias no continente americano surgiu em 1848, quando seis jornais de Nova Iorque se associaram para formar um *pool* permanente na cobertura da guerra dos EUA contra o México (1848-1850). Nascia então a Associated Press (AP), que viria a ser uma das “quatro grandes” durante a maior parte do século seguinte. Segundo Ferreira, em 1875, a AP estabeleceu ligações com as três congêneres europeias, “mas respeitando os privilégios que elas já tinham distribuído entre si”.

Comprometia-se a AP a não distribuir seus serviços na Europa ou na América do Sul, a não ser através delas, ao mesmo tempo em que funcionava nos Estados Unidos como distribuidora das notícias recebidas do triunvirato de agências europeias. As cláusulas essenciais de tal contrato prevaleceram durante quatro décadas. Com a conclusão do cabo transoceânico entre a Europa e o Brasil, o território brasileiro foi motivo de um acordo especial em 1875 entre a inglesa Reuter e a francesa Havas para a exploração conjunta das notícias – um acordo substituído mais tarde por outro, que destinava a América do Sul, com exclusividade, à Havas. O sistema Reuter-Havas-Wolff só começou a ser desmantelado com a expansão norte-americana, que paralelamente fazia crescer a AP e propiciava o nascimento de novas agências como a United Press e a International News Service (mais tarde fundidas na todo-poderosa UPI).¹³

A norte-americana UPI, irmã caçula das veteranas e principal concorrente da AP, só nasceu em 1958, a partir da fusão entre as mencionadas United Press (1907) e a International News Service (1909), mas entrou em franco declínio dos anos 1980 até 2000, quando foi comprada pelo grupo empresarial do Reverendo Moon, líder evangélico coreano.

Atualmente, dez entre as maiores agências do mundo – em número de clientes e em volume de texto transmitido (ver Quadro I) – são a britânica Reuters, as norte-americanas Associated Press (AP) e Bloomberg, a francesa Agence France-Presse (AFP), a espanhola EFE, a italiana Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA), a alemã Deutsche Presse-Agentur (DPA), a russa Telegrafnoe Agentstvo Sovetskogo Soiuza (ITAR-TASS), a japonesa Kyodo e a chinesa Xinhua (ou Hsinhua, dependendo do padrão de transliteração adotado).

Quadro I. Tamanho das agências internacionais de notícias

Agência	Sede	Fundação	Despachos/dia	Escritórios	Países	Clientes
AP	Nova York	1848	300	242	122	16.530
Reuters	Londres	1851	6.849 palavras	196	91	330.000
AFP	Paris	1835		110	165	n/d
EFE	Madri	1939	2.767 palavras	140	100	n/d
TASS	Moscou	1925	300	130	63	n/d
DPA	Hamburgo	1949	280	119	107	3.000
ANSA	Roma	1945	270	105	79	n/d
Bloomberg	Nova York	1982	4.000	94	126	170.000*
Kyodo	Tóquio	1945	500	n/d	50	n/d
Xinhua	Pequim	1931	n/d	n/d	130	n/d

Fonte: informações coletadas nos próprios websites das agências de notícias, dez./2005. n/d = não disponível.
* A Bloomberg contabiliza terminais fornecidos aos clientes em sistema de *leasing* e inclui como "despacho" todos os boletins financeiros. Para a contabilidade de despachos das demais agências, foi considerado apenas o volume produzido no idioma do serviço disponibilizado para os clientes no Brasil.

No Brasil, os serviços telegráficos das agências europeias passaram a chegar a partir de 1874 (FERREIRA, 1980: 5) e em 1877 foi instalado o primeiro cabo submarino ligando o país à Europa (WERNECK SODRÉ, 1966).¹⁴ Vários jornais, principalmente na Corte Imperial, passaram a publicar o noticiário internacional com destaque: na primeira coluna da primeira página, à esquerda. Era, então, a íntegra traduzida dos telegramas internacionais, inserida no início porque, na época, a paginação era composta linearmente e os telegramas eram o primeiro material a ficar pronto para o fechamento.

Embora a dinâmica de produção e distribuição da informação tenha permanecido essencialmente inalterada desde então, as tecnologias de transmissão das agências evoluíram continuamente, sempre no sentido de acelerar cada vez mais o processo, reduzindo ao mínimo o tempo entre a redação do texto e sua chegada ao cliente. Inicialmente, e ao longo do século XIX, as agências operavam por mensagens de telégrafo transmitidas por cabos terrestres e submarinos, e codificadas no sistema Morse. A Reuters, especificamente, usava uma "esquadilha" de 45 pombos-correio. Entre as décadas de 1930 e 1950, adotaram a tecnologia dos teletipos (espécie de telegrafia automatizada), até operar, dos anos 1960 em diante, por máquinas de telex instaladas nas redações. Finalmente, nos anos 1990, passaram a integrar sistemas remotos de transmissão eletrônica de dados, conectando os escritórios aos clientes por meio de redes informatizadas.

Atualmente, as agências não mais propriamente enviam textos e imagens, mas fornecem aos seus clientes o acesso ao material. Estes,

utilizando senhas específicas, podem acessar o conteúdo armazenado num servidor remoto (ou seja, não localizado no próprio veículo) e “baixá-lo” (fazer cópia) para o sistema interno da redação. Cada texto enviado por uma agência aos seus clientes é denominado “despacho” – ou “telegrama”, até a substituição da transmissão telegráfica pela digital –, não importando o tamanho ou o conteúdo. Estes podem variar de uma matéria completa que inclua análises e repercussões do fato com várias fontes, até um rápido aviso de pauta urgente com uma única frase, apelidado de *flash*.

Genericamente, agências internacionais de notícias seguem um sistema básico de produção e circulação da informação: mantendo uma ampla rede de correspondentes fixos e colaboradores eventuais (denominados *stringers*, no jargão) baseados em cidades estratégicas para cada país ou região, elas determinam a abrangência geográfica (e temática) para cada um, de forma a cobrir praticamente todas as áreas do planeta. Desta forma, agências mantêm equipes em Los Angeles para cobrir a indústria cinematográfica e de espetáculos; em Bahrein, Doha, Catar ou Abu-Dhabi para o petróleo; em Varsóvia ou Praga para o Leste Europeu; em Bangcoc ou Kuala Lumpur para grande parte do Sudeste Asiático; em São Paulo para a economia brasileira; e em Brasília para a política.

Estes correspondentes e *stringers* apuram localmente as informações – nem sempre sinônimos de notícias –, geralmente seguindo as agendas oficiais e corporativas de coletivas, visitas e demonstrações, e redigem matérias, em geral imediatamente. Os tamanhos destas variam, embora a média costume situar-se em torno de uma lauda de texto.

Neste ponto, uma característica muito importante é comum a todas as agências: estes textos, uma vez prontos, são remetidos necessariamente à redação central, localizada na cidade-sede da empresa (Londres para Reuters, Paris para AFP, Nova Iorque para AP, Madri para EFE), onde uma equipe de editores revisa e padroniza os textos, de acordo com orientações editoriais preestabelecidas. Só a partir deste trabalho de edição é que os textos, agora devidamente formatados como “despachos”, são enviados para os escritórios locais de redistribuição – ou seja, onde há clientes e veículos de imprensa que pagam para receber o serviço. No caso de agências que transmitem textos em mais de uma língua, diferente do

idioma da redação central, a tradução é feita nos escritórios locais de redistribuição. Ou seja, é realizada na ponta final do percurso da informação – o *output* do ponto de vista do sistema – e não na origem ou no meio.

Assim, a dinâmica da informação em uma agência de notícias de grande porte, como as já citadas, gera um fluxo de informações sistêmico, linear e centralizado: a informação é inserida no sistema interno da empresa pelo correspondente no exterior, transmitida para a redação central e, de lá, redistribuída para os escritórios locais e regionais que, por sua vez, encaminham a notícia (que é a informação depois de “manufaturada”) para os respectivos clientes. Na prática, e fundamentalmente, o sistema de uma agência funciona mediando o contato entre as fontes primárias e o cliente – em nosso modelo paradigmático a editoria Internacional de um jornal diário impresso.

Este processo de produção da notícia é, sem dúvida, típico do modo de produção industrial, por várias características análogas à das indústrias de bens materiais: produção em larga escala, ininterrupta, visando ao amplo mercado consumidor. Mais que isso, pode-se arriscar a dizer que este processo é não apenas industrial, como especificamente fordista,¹⁵ já que tende a homogeneizar quaisquer informações para todo o mundo, em vez de adequá-las às necessidades dos clientes, à imprensa local.

Outra característica do modo fordista de produção é sua cadeia de distribuição arborizada, ou seja, do tronco central para as ramificações na periferia, em cujas pontas estão os clientes. Neste caso, tais pontas de distribuição são as redações, onde, por fim, as notícias chegam embaladas e “fresquinhas”, para consumo imediato dos jornalistas das editorias.

As agências iniciam a transmissão de cada texto por um código que direciona automaticamente o despacho a determinado diretório da rede interna das redações. E esse diretório será freqüentado preferencialmente pelo jornalista da área. Despachos sobre economia vão parar na editoria de Economia, despachos de Política Internacional vão parar na de Política Internacional.”¹⁶

Do ponto de vista operacional, estas empresas podem ser classificadas como agências internacionais, e não apenas estrangeiras, na medida em que

atuam tendo como alvo o mercado global. São empresas que evoluíram de multinacionais – atuando localmente em várias nações – até atingir o caráter de empresas transnacionais – atuando em vários países a partir de uma central –, na medida em que agem acima das diferenças locais.

Já em relação à sua natureza institucional (ou “organizacional”), as agências podem ser classificadas em pelo menos três categorias distintas: agências privadas, agências públicas e agências estatais. Um quarto grupo é denominado de “agências alternativas”, que são muitas vezes ligadas a instituições do Terceiro Setor, como ONGs e entidades filantrópicas. O modelo adotado por Reuters, Bloomberg, AP, DPA e ANSA é o de empresas de capital privado; as três últimas são compostas por consórcios de veículos de imprensa, de modo que os acionistas são também clientes. AFP e EFE são empresas públicas, administradas por conselhos de representantes do governo e da sociedade civil de seus respectivos países. Já a chinesa Xinhua é estatal e diretamente subordinada ao Departamento de Propaganda do Partido Comunista Chinês.

Um dos objetivos estratégicos de governos quando criam agências estatais é fazê-las funcionar como verdadeiras assessorias de imprensa do Estado – isto é, divulgando para a imprensa doméstica e internacional tanto as informações que desejam propagandar quanto o olhar oficial sobre os acontecimentos do mundo. Embora esta função fosse mais clara nos anos da Guerra Fria (principalmente com a clara distinção ideológica entre agências privadas ocidentais e agências do bloco socialista, como a soviética Tass e a iugoslava Tanjug), ainda permanece idêntica às práticas das agências estatais, principalmente em países em desenvolvimento ou sob regimes não-democráticos.

Ocorre que, nestes países, seja por intervenção ou censura estatal, por motivos culturais ou ainda por fraco desenvolvimento econômico que sustente órgãos de imprensa, há menos diversificação de fontes de informação. Assim, as agências estatais de notícias sobram como os poucos – em alguns casos, os únicos – recursos que jornalistas estrangeiros têm para obter informação sobre determinado local.

Este fator claramente ajuda os discursos oficiais a prevalecerem sobre a apuração independente. Mas não explica, porém, a ação exercida por agências nacionais (não necessariamente estatais) de paí-

ses desenvolvidos em suas ex-colônias ou no chamado Terceiro Mundo. O jornalista Newton Carlos associa esta prática a razões de dominação geopolítica porque, segundo ele,

(...) a história das agências segue os caminhos do colonialismo. Quer dizer, a Reuters, que é inglesa, sempre foi mais forte em relação à Ásia e à África. Por quê? Porque o colonialismo inglês sempre foi mais forte nestas áreas do globo. A France Presse se projetou na direção das áreas onde era forte a influência francesa, na América Latina inclusive. Digamos que não é exatamente colonialista, mas onde a influência cultural francesa é ou foi muito forte. Então as agências, em suas origens, acompanharam os interesses coloniais das potências daquela época.¹⁷

Além dos acordos de repartição planetária entre as agências já mencionados por Ferreira, cabe aqui o exemplo da Agência EFE, uma empresa pública espanhola, e sua presença massiva em países da América Hispânica.

No Brasil, as principais agências internacionais baseiam seus correspondentes no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Em geral, em uma destas cidades há uma redação especializada em traduzir material estrangeiro para clientes brasileiros, e nas demais operam com equipe reduzida – quando não um único profissional – fazendo o percurso inverso, ou seja, cobrindo o Brasil para o exterior. Em 2006, a EFE tinha uma redação centralizada no Rio de Janeiro, com quatro correspondentes de diferentes nacionalidades hispano-americanas, e mais escritórios nas duas outras cidades com um correspondente cada. Já a britânica Reuters e a francesa AFP trabalhavam com cerca de 30 profissionais, entre brasileiros e estrangeiros, baseados em seus escritórios no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. EFE e AFP possuem equipes de tradução e revisão para produzir material em português a partir dos despachos gerados por correspondentes estrangeiros. No entanto, suas sedes regionais para a América Latina estão localizadas em Miami e Montevideú, respectivamente.¹⁸

Fora estas, as demais agências estrangeiras estabelecem no Brasil apenas escritórios de *output*, ou seja, que cobrem o país para seus clientes no

exterior. O processo contrário (*input*, fornecimento de notícias internacionais para veículos brasileiros), bem como o estabelecimento de serviços em português, tem sido desestimulado por causa do crescente desinteresse dos jornais em assiná-los. Assim, agências como UPI e AP fecharam suas mesas de tradução no Brasil e atualmente vendem seus materiais apenas em inglês e espanhol.

Paralelamente, a facilidade de acesso a notícias proporcionada pela Internet saturou o público de informação e tornou imediato o contato dos leitores com o material das agências. As que têm escritórios de *input* no Brasil passaram a contar em suas cartelas de clientes com diversos *websites* e portais de informação, ao estilo do UOL, Terra, IG e semelhantes. Estes, por sua vez, ávidos mais por quantidade que por qualidade de conteúdo, têm o hábito de reproduzir praticamente todos os despachos na íntegra para acesso gratuito e universal. Não é exagero, portanto, dizer que o leitor comum pode ter acesso a todo o serviço da EFE, AFP e Reuters, sem precisar esperar pelo jornal do dia seguinte. Este fenômeno, segundo Arébalos (2000), é uma explicação para a diminuição dos clientes convencionais das agências, especialmente os de pequeno porte.

Em épocas de vacas magras para a imprensa escrita, espremida entre a espada dos altos custos e a parede do pouco interesse de um público cada vez menos leitor e saturado de informação, as agências começam a ser um luxo a que nem todos se podem dar. Os grandes jornais que tinham todas as agências começam a cortar e ficar com três ou quatro; os médios ficam com duas, e os pequenos com uma. A informação internacional, argumentam alguns, não faz vender mais muitos jornais e, em todo caso, aí está a internet, “onde há de tudo e de graça”.¹⁹

Se o impacto disto entre os leitores já é alto, é ainda maior nas editorias de Internacional do jornal impresso, criando um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que redatores passaram a contar com o conteúdo integral de agências sem ter que pagar por isso, também foi colocada em questionamento a própria função do jornal em mediar este material que o público já tem à disposição simultaneamente com os jornalistas.

Para resolver esta “crise existencial”, a resposta que as editorias têm procurado envolve a produção de material diferenciado – seja em comentários e análises dos fatos, informações complementares e didáticas ao estilo “infográficos e mapinhas”, o tão falado “valor agregado” ou, em menor escala, a busca por acesso direto a fontes excluídas da pauta das agências.

Práxis das editorias de Internacional no jornalismo impresso diário

À semelhança dos colegas das demais editorias, o jornalista de Inter na mídia impressa diária trabalha contra o relógio. A diferença, em seu caso, é que há muito mais relógios contra os quais correr, com praticamente um para cada fuso horário do mundo onde houver notícia. A pressão de trabalho não vem apenas do horário do fechamento, mas do fato de que cada tema da pauta também está em andamento e, provavelmente, não vai estagnar até o final do dia, como ocorre com os assuntos nas outras editorias. Enquanto as assessorias de imprensa que atendem os repórteres de Economia (ou Nacional, ou Cidade...) fecham e as fontes vão para casa dormir até o dia seguinte, as da Inter seguem em fluxo contínuo porque estão espalhadas em vários fusos horários pelo planeta. A Internacional é, por assim dizer, a editoria onde o Sol nunca se põe.

Com isso, diariamente o jornalista da área pede ao santo de sua preferência que encarecidamente não permita acontecimentos impactantes perto da hora de fechamento, que geralmente coincide com o amanhecer no Oriente Médio e a hora do *rush* no Extremo Oriente. Assim, dado o volume faraônico de informações e a preocupação frenética com a atualização dos fatos, certas editorias de Inter se acostumaram a não ir atrás das notícias, mas deixar que elas cheguem, “naturalmente”, até a redação.

Ainda que haja vários modos de a pauta chegar à mesa dos editores e redatores – incluindo desde os habituais para qualquer seção do jornal, como *press-releases*, telefonemas, sugestão por leitores ou por outros colegas até os de uso mais recente, como TVs a cabo e *websites* – é consenso que a principal fonte de pautas para as editorias de Internacional continuam sendo as agências. Esta prática de aplicação da “lei do menor esfor-



ço” ao jornalismo, apelidada de *releasmania* por causa da dependência das assessorias de imprensa, na Internacional é feita com as agências e o material que fornecem.

A principal distinção da Inter para outras editorias, como já dito, é o fato de não haver reportagem no sentido clássico: não há a figura do chefe de reportagem que designa quais repórteres sairão à rua para apurar suas matérias, mesmo porque nesta editoria não se vai para rua. A apuração, que de fato existe, é feita por tecnologias de comunicação mediada: telefone, acima de todos, e, mais recentemente, *e-mail*, celular e videoconferência. Os únicos jornalistas da editoria Internacional que têm contato direto com as fontes e os fatos são os correspondentes e enviados especiais – mas estes, igualmente, dependem das mesmas mediações tecnológicas para falar com a redação.

Não por acaso, os jornalistas desta editoria não costumam ser chamados de repórteres, mas de redatores ou, no máximo, repórteres-redatores, quando exercendo a função de apuração. Acima destes, trabalham subeditores, pauteiros e o editor. Uma explicação recorrente para isto é o fato de que, mais do que em outras editorias, dificuldades como distância geográfica e custo de comunicação (especialmente por telefone) pesam mais para o trabalho de apuração e entrevistas em Inter.

Atualmente, as equipes das editorias de Internacional em jornalismo impresso são organizadas, a princípio, como as demais – editor, subeditor ou editor-assistente, pauteiro e redatores-repórteres.

Em agosto de 2005, a equipe da editoria Folha Mundo, da *Folha de S. Paulo*, era formada por um editor-chefe (Vinícius Mota), um subeditor (Marcos Guterman), um pauteiro (Marcelo Ninio), cinco repórteres-redatores (Carolina Vila-Nova, Fabiano Maisonnave, Luciana Coelho, Márcio Senne de Moraes e Sérgio Malberg) e um repórter especial (João Batista Natali), atribuído à secretaria de redação, que tem a função de comentarista de política internacional. O jornal contava com correspondentes em quatro praças: Nova Iorque, Los Angeles, Londres e Buenos Aires – a maioria deles, designados como “bolsistas”, com período de um ano no exterior renovável por mais um. Aos sábados e domingos, a editoria funciona com três plantonistas revezando turnos de oito horas entre 14h e 20h. O fechamento da edição



dominical ocorre às 13h30 para a edição nacional e às 20h para a local, e às 20h30 de segunda-feira a sábado.

A grande inovação está no surgimento de um pauteiro. Ele chega bem mais cedo ao jornal. Participa da reunião de pauta com os pauteiros das demais editorias (...). É ele também que negocia com os bolsistas e correspondentes os temas em cima dos quais será preciso trabalhar para a edição do dia seguinte. O expediente do pauteiro termina mais cedo. Ele não fica até o fechamento. Antes de sair deve preparar a pauta – os assuntos do dia, hierarquizados e distribuídos pelo editor à equipe em reunião diária às 14 horas –, enviar textos de agência ou de jornais estrangeiros aos dois tradutores agregados à equipe e que se comunicam com a redação por *e-mail*.²⁰

Já em *O Globo*, a equipe da editoria O Mundo na mesma época era formada por uma editora-chefe (Sandra Cohen), dois editores-assistentes (Trajano de Moraes e Juliana Yooti) e seis repórteres-redatores (Flávio Lino, Renato Galeno, Bruno Casotti, Ana Lúcia Azevedo, Roberta Jansen e Cristina Azevedo). Seis correspondentes contratados (em Nova Iorque, Washington, Londres, Paris, Buenos Aires e Pequim) se somavam a três colaboradoras fixas (em Berlim, Madri e Bruxelas). Em 2006, o jornal contratou Florência Costa como correspondente em Bombaim, na Índia. O primeiro editor-assistente exerce a função de pauteiro, com expediente na editoria pelo menos das 10h às 18h. Os demais membros da editoria têm expediente das 14h às 22h. Durante a semana, o horário de fechamento é às 21h45 e, nas edições dominicais, às 18h de sábado.

Em ambos os jornais, todos são jornalistas com mais de 30 anos de idade e mais de dez de experiência. Um dos repórteres-redatores de *O Globo*, Flávio Lino, costuma também ser enviado especial, principalmente para auxiliar coberturas na América Latina. Na *Folha*, esta função era geralmente exercida por Márcio Senne de Moraes e Fabiano Maisonnave.

A *Folha de S. Paulo* assina os serviços das agências Reuters (em inglês), AFP (espanhol) e AP (inglês), além dos direitos de reprodução de material dos jornais *The New York Times* (EUA), *The Independent* (Reino Unido) e *El País* (Espanha). Esporadicamente, a editoria do diário paulista solicita a compra de textos avulsos em outros jornais, dependendo do tema da



cobertura. Até 2003, a *Folha* também assinava os serviços do francês *Le Monde*. Já *O Globo* assina a Reuters (em espanhol), EFE (espanhol e fotos) e a Associated Press (em inglês).

É interessante observar que, embora a EFE e a AFP tenham um serviço em português em seus escritórios no Brasil (ambos no Rio de Janeiro) que produz material traduzido para a língua local, tanto a *Folha* quanto *O Globo* preferem assinar os serviços internacionais destas agências. A opção é feita porque, segundo os editores, o material direto das matrizes chega mais rápido que os dos serviços de tradução brasileira.

Um aparelho de TV fica sintonizado na CNN International ou, alternadamente, na BBC World na editoria Mundo do jornal paulista. Já em *O Globo* os televisores são dois e permanecem ambos sintonizados na Globonews – a não ser em casos de eventos especiais no exterior, quando se muda para a CNN International.

A média diária de espaço impresso da editoria Mundo na *Folha* é de três páginas, sendo duas e meia para o noticiário internacional e meia para Ciência. Aos domingos, o número sobe para três páginas inteiras e três meias-páginas. A editoria tem a preocupação de nunca diagramar a página justapondo duas retrancas de assuntos não-relacionados. Em *O Globo*, normalmente a editoria O Mundo/Ciência & Vida tem direito a duas ou três páginas durante a semana e quatro páginas na dominical, somando o conteúdo de Internacional e Ciência.

Na redação da *Folha de S. Paulo*, utiliza-se o sistema SDE tanto para a edição do conteúdo (da redação à diagramação) quanto para o recebimento do material das agências. Em *O Globo*, o sistema utilizado para a redação, edição e diagramação é o *Good News 3*, ou GN3, dividido em Ted (editor de textos) e Fred (editor de formas ou diagramação). O material de agências e dos jornais estrangeiros assinados é recebido pelo software Digicol, que também arquiva textos e todo o arquivo de fotos do jornal em formato digital. Os redatores podem buscar matérias, tanto publicadas quanto “engavetadas” (não-aproveitadas), por palavras-chave, autor ou data – o que é especialmente útil em Inter para produzir sub-retrancas de memória e contextualizações. O Digicol, no jornal carioca, tem a função de agilizar o acesso ao arquivo do jornal, com o conteúdo digitalizado (a partir de 1997) disponível para cada jornalista em seu ter-



minal de computador. A exceção a este sistema fica na editoria de Economia, na qual há um terminal específico para o sistema da agência Bloomberg, com notícias nacionais e internacionais de economia, negócios, câmbio e, principalmente, mercado financeiro.

Os jornais diferem ainda na contabilidade técnica para distribuição do conteúdo. Enquanto na *Folha* a medida de tamanho de uma retranca é em linhas de texto, em *O Globo* usa-se a medida por centimetragem.

O grau de abertura do escopo temático das editorias de Internacional é alterado também por outros fatores, geralmente relacionados às rotinas de produção. Atualmente, por exemplo, muitos jornais atribuem o conteúdo de ciência e tecnologia à editoria de Internacional, unificando o noticiário internacional com matérias sobre exploração espacial, descobertas arqueológicas e pesquisa biomédica. Um dos motivos justificados para esta junção temática é o fato de a origem do material do Jornalismo Científico publicado por estes jornais ser predominantemente de agências internacionais. Isto não significa que não haja Jornalismo Científico produzido no Brasil e sobre temas brasileiros. Mas, quando a produção nacional de ciência e tecnologia é publicada, continua atribuída à editoria Inter.

As edições de domingo são os raros espaços de que as editorias de Inter dispõem para fugir do cotidiano e atender à necessidade de contextualizar o leitor sobre os fatos superficialmente abordados ao longo da semana. Esta contextualização é feita em matérias especiais, chamadas “dominicais”, nas quais predomina o estilo interpretativo e analítico, em detrimento do puramente factual. O jornal, neste caso, parte do princípio do acompanhamento contínuo dos fatos pelo leitor, o que nem sempre pode ser mensurado.

Um exemplo contrastante com os dois casos anteriores é do atual *Jornal do Brasil*, onde o autor teve a oportunidade de trabalhar durante a implantação do novo projeto gráfico e editorial no primeiro semestre de 2006. Lá, a editoria Internacional é mais enxuta, composta por apenas cinco pessoas: uma editora, uma subeditora, dois repórteres e uma estagiária (em junho/2006), sendo apenas a primeira com mais de 30 anos. Muito em virtude da duradoura crise financeira e de patrimônio pela qual o antigo jornal da família Pereira Carneiro vem passando, os recursos disponíveis para a cobertura internacional têm sido escassos. No período

analisado, os serviços de agências assinados eram apenas os da Reuters (em inglês e fotos), da AFP (em espanhol) e da EFE (em português), além dos direitos de reprodução da revista estadunidense *Newsweek*. Em junho de 2006 e já desde pelo menos 2002, o *JB* não contava com nenhum correspondente ou colaborador fixo no exterior.

Entretanto, reservou-se algum orçamento para viagens de enviados especiais: no primeiro semestre de 2006, foram pelo menos cinco deslocamentos de repórteres da editoria, sendo dois à Bolívia, um à Venezuela, um aos EUA e um ao Irã. Somente as coberturas da Bolívia contaram com pautas “quentes” (a posse do presidente Evo Morales e a crise deflagrada pelo anúncio da nacionalização dos hidrocarbonetos do país).

Uma particularidade do novo projeto do *JB* – que adotou o formato berlinense (ou *Berliner*, de 47cm x 31,5cm) concomitantemente com a manutenção do tradicional *standard* (75cm x 59,7cm) durante três meses – obrigou as editorias a realizar dois fechamentos diários para cada clichê, totalizando quatro fechamentos por dia para cada equipe. O primeiro fechamento (primeiro clichê do berlinense) chegou a ocorrer em horário tão cedo quanto às 16h. Para o noticiário internacional, por conta dos fusos horários, isso significa muitas vezes deixar de ter informações de decisões políticas e econômicas (*hard news*, no jargão) no hemisfério ocidental, o que inclui os EUA e toda a América Latina.²¹

Esta particularidade, em conjunto com a longitude do Rio de Janeiro, obrigou a editoria Internacional do *JB* a privilegiar assuntos de regiões do mundo à frente do fuso horário – não apenas a Europa Ocidental de costume, mas também o Leste Europeu, a Ásia e a Oceania. Foi este horário excepcional em relação aos *coleguinhas*, por exemplo, que permitiu ao jornal fazer boa apuração, conseguir entrevistas exclusivas e dar espaço destacado à crise do Timor Leste em maio de 2006 (quando disputas entre o presidente Xanana Gusmão e o primeiro-ministro Mari Alkatiri levaram a um surto de violência).

Além disto, por ter reduzido o seu leque de fontes convencionais de informação (agências de notícias, reproduções de jornais estrangeiros, correspondentes e *stringers*), a editoria Internacional do *Jornal do Brasil* adotou como prática o uso extensivo da internet (mais especificamente em sua interface gráfica, a World Wide Web – *www*) para o

trabalho de apuração. Para além do sistema interno de despachos das agências, estimula-se que os redatores consultem outras fontes de notícias em “tempo real” de livre acesso na *web*, como os portais de informação já citados, as páginas da mídia local dos países pautados e ferramentas de buscas como o Google²² e o Ask.com²³ – assim realizando, de certa forma, um estágio elementar de CAR (*Computer-Assisted Reporting*), como será detalhado no capítulo 3.

O sistema de redação, edição e diagramação utilizado no *JB* é o mesmo GN3 d’*O Globo*, no qual também é recebido o material (texto e fotos) das agências, além da televisão na redação, ligada geralmente na CNN ou na BBC. O arquivo do jornal ainda se encontrava no início do processo de digitalização, sem mecanismos de busca automatizados.

O papel das fontes e da cobertura *in loco*

Entre as várias particularidades do trabalho do jornalista de Inter, duas importantes são o dialogismo constante entre proximidade e distanciamento, entre identificação e alteridade, e a decodificação lingüística, pelo problema dos idiomas – especialmente ampliado no Brasil, cuja língua não é compartilhada por quase nenhum país onde a imprensa está acostumada a caçar notícias. Estes fatores habituaram jornalistas de agências e editorias de Inter a cultivar agendas de contatos preciosos que, por uma razão ou outra, sejam mais acessíveis, espontâneos ou tenham maior versatilidade, buscados basicamente em instituições canônicas ou paradigmáticas.

O profissional especializado em jornalismo internacional deve ter fontes estratégicas em organizações não-governamentais, universidades e centros de pesquisa internacionais, além de boas agências de notícias e alguns políticos bem-relacionados. Com esse grupo de fontes, é possível estabelecer uma visão geral dos fatos que acontecem em outros países, sob diversos ângulos. (...) Em virtude do enfoque em assuntos estrangeiros, no jornalismo internacional não há tanta intenção de barganha por parte das fontes como acontece nas demais editorias.²⁴

Apesar desta maior autonomia em relação a interesses e da amplidão temática da pauta, jornalistas em Inter estão acostumados a certas fontes recorrentes, cuja variação é desencorajada pelas dificuldades de idiomas e práticas mencionadas anteriormente. Assim, o hábito de manter a agenda com nomes “fáceis” para recorrer, principalmente em casos de prazo apertado, como perto do horário de fechamento, é comum a várias editorias do jornalismo diário, e ainda mais acentuado na de Internacional.

Os principais clichês do jornalismo internacional são as suas características massificadora e tendenciosa. No jornalismo internacional é muito comum observar que os jornais publicam informações muito semelhantes às dos seus concorrentes. Mais uma vez devido à coleta de informações ser feita em agências e publicações estrangeiras. Isso acaba criando um círculo de fontes iguais utilizadas para veículos diferentes.²⁵

Entre estas classes de fontes corriqueiras, há os chamados “especialistas”, analistas e pesquisadores universitários, principalmente em áreas como Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, Geografia e História; as autoridades locais do país-objeto da notícia, cujos depoimentos são, às vezes, equilibrados pelos de políticos opositores; cidadãos comuns e, não raro, brasileiros vivendo ou passeando no lugar em questão.

O repórter brasileiro de Internacional da era da internet, além do domínio completo do idioma inglês – pelo menos – tem de ter a atenção inteiramente voltada para tudo que aconteça, afete ou envolva brasileiros ou seus interesses nos quatro cantos do planeta. Seu texto, como o de toda a editoria, deve ter uma qualidade bem acima da média exigida pelas outras editorias. E sua paciência deve ser treinada para lidar com a falta de interesse das fontes importantes do cenário internacional por entrevistas ou reportagens destinadas ao Brasil. Paciência e, conseqüentemente, disposição para convencer estas fontes sobre a importância de uma opinião pública periférica como a brasileira.²⁶

Talentos como estes, além dos tradicionais que já se espera de jornalistas das demais áreas temáticas – o trinômio curiosidade, precisão e ética –,



são ainda mais importantes na cobertura de notícias do exterior, fundamentalmente, porque

(...) o redator de Política Internacional é um jornalista que tem pouco acesso direto às fontes que estão na origem da informação publicada. Há a intermediação das agências, dos comentaristas estrangeiros de cujas colunas o jornal é assinante, dos serviços que fornecem fotografias e infográficos. O jornalista que toma como matéria-prima essa montanha quase infinita de informações é, nas redações, um especialista respeitado. Ele lida com uma diversidade imensa de assuntos, com uma complexidade incrível de conflitos. É normal que se exija dele uma qualificação diferenciada.²⁷

No entanto, de forma geral, constata-se que os jornalistas das editorias de Internacional ainda exercem muito mais freqüentemente a função de redatores do que repórteres-apuradores em campo. Um dos nomes mais veteranos do Jornalismo Internacional no Brasil, Newton Carlos de Figueiredo relata como a função do profissional da área era, até o advento da informática, não muito diferente de um “copy desk de agências”.

Realmente colavam-se telegramas. Eu mesmo passei um tempo no *Diário Carioca* fazendo uma página inteira de notícias internacionais com colagem de telegramas: escolhia-se a notícia, colava-se e pronto. Mas, no *Jornal do Brasil*, não. Instalou-se uma editoria, o que significava trabalhar jornalisticamente os fatos internacionais, com uma visão brasileira. Inclusive, a partir dessa editoria é que se criaram os departamentos de pesquisa. (...) A intenção era complementar a notícia e não nos limitarmos a publicá-la sem dar a ela a sua devida dimensão. E foi com esse espírito que a editoria cresceu.²⁸

No final da década de 1950, acompanhando o processo de reforma industrial da imprensa, os assuntos do noticiário estrangeiro no *Jornal do Brasil* foram, pela primeira vez, organizados sob a forma de uma editoria propriamente dita, sob comando do próprio Newton Carlos.

Tomei gosto pelas questões internacionais com essa experiência na Europa e, quando retornei, participei da reforma do



Jornal do Brasil e assumi a editoria Internacional do *Jornal do Brasil*, que foi a primeira – digo isso com toda sinceridade e sem constrangimento – com caráter de editoria. Eu me lembro de quando recebi a notícia de que tropas norte-americanas tinham entrado em combate no Vietnã. Olhei aquilo e pensei “mas que diabo é o Vietnã?”. Eu nunca tinha ouvido falar no Vietnã. Então, fomos até uma enciclopédia, procuramos alguém que soubesse algo a respeito e publicamos a notícia para explicar que conflito estava acontecendo e para dizer o que era o Vietnã.²⁹

A estranheza de Newton Carlos em relação ao então pouco conhecido país do Sudeste Asiático repete-se cotidianamente nas editorias de Internacional. Editores e redatores são obrigados a lidar com uma variedade imensa de locais e temas, muitos dos quais têm baixíssima frequência no noticiário cotidiano, mas, subitamente, podem ganhar notoriedade. Com o propósito, entre outros, de antecipar tais pautas e evitar surpresas no noticiário estrangeiro, as editorias de Inter de grandes jornais contam com um profissional que marca um enorme diferencial no potencial de captação de informações: o correspondente internacional.

Muito embora trabalhe fora da redação, quando não houver um escritório local, o correspondente é parte da equipe da editoria de Inter e está subordinado ao editor. Como repórter expatriado, ele mantém contato freqüente com a redação, principalmente em épocas de grandes coberturas. Hoje, em jornais de grande porte, os correspondentes até participam das reuniões de pauta, por meio de *chat*, videoconferência ou teleconferência. E é geralmente atribuída ao editor a tarefa de contactar os correspondentes para pautá-lo e ouvir suas sugestões de pauta.

Nos últimos anos, porém, jornais brasileiros promoveram políticas de redução de custos e começaram justamente pelos correspondentes expatriados – muitas vezes, os funcionários mais caros da redação. De acordo com Ferreira (1982), esta era a distribuição aproximada das equipes de correspondentes brasileiros baseados no exterior no início dos anos 1980: *Jornal do Brasil* e *O Estado de S.Paulo* tinham, cada um, “três correspondentes nos Estados Unidos, cinco na Europa Ocidental, contra apenas um em toda a América Latina e nenhum na África”.

Mais de 20 anos depois, a situação não se alterou em relação aos países em desenvolvimento, mas os jornais, de forma geral, fizeram grande redução na cobertura *in loco*. Os recentes cortes de custos alteraram não só a estrutura de correspondentes fixos como as políticas empresariais dos jornais para o envio especial de repórteres a eventos internacionais. Carlos Eduardo Lins da Silva, jornalista e ex-correspondente da *Folha*, compara o momento atual com o de década e meia atrás, logo após a implantação do Projeto Folha:

Dos grandes anos da década de 1990, muitas das conquistas editoriais foram abandonadas. Por exemplo, a rede de correspondentes internacionais, que vinha sendo característica marcante do jornal desde a segunda metade dos anos 1970 e que chegou ao seu auge no início da década de 1990. Quando eu fui para Washington, a *Folha* tinha sete correspondentes nos EUA, outros tantos na Europa, além de diversos mais em outras partes do mundo. A cobertura internacional independente foi uma das primeiras áreas drasticamente afetadas pelos cortes de custos que reduziram equipe e gastos durante muitos anos e que tiveram provavelmente seu momento mais traumático em meados de 2004, quando muitos dos melhores jornalistas do grupo que havia dado partida ao “Projeto Folha” 20 anos antes foram desligados da equipe pela imperiosa necessidade de conter despesas.³⁰

Hoje, como visto, o jornal que mais investe em correspondentes é *O Globo*, com seus dez repórteres – sete funcionários e três colaboradores fixos – em quatro continentes (sendo metade na Europa). Já a *Folha de S. Paulo* mantém as quatro praças; o *Estadão*, apenas três, nas capitais de Suíça, EUA e Argentina; e o *Jornal do Brasil*, nenhum.

Levantamento feito para esta pesquisa no segundo semestre de 2005 contabilizou 62 correspondentes brasileiros atuando no exterior, sendo 25 de mídia impressa (ver Quadro II). As duas cidades com maior número de repórteres da mídia brasileira eram Nova Iorque (14) e Londres (10). Nenhum jornal ou revista mantinha correspondentes no Oriente Médio, África, Oceania ou Leste Europeu³¹. Enquanto isso, os repórteres

baseados em Pequim e Buenos Aires tinham sob sua cobertura as enormes áreas geográficas da Ásia e América Latina, respectivamente. Tal distribuição revela a deficiência da imprensa brasileira neste aspecto, em relação aos seus congêneres do Primeiro Mundo.



Para efeitos de comparação, o jornal *The New York Times* tem 40 correspondentes internacionais; *Los Angeles Times*, 25 correspondentes em 20 escritórios diferentes, o suíço *Neuer Zürcher Zeitung*, 40; o *Frankfurter Allgemeine*, 50; o inglês *The Daily Telegraph*, 12; e o provável paraíso dos jornalistas de mídia impressa, o *Yomiuri Simbun*, maior jornal do Japão, com tiragem de 11 milhões de exemplares, conta com mais de 60 correspondentes em 30 países.³²

Portanto, os editores de *Internacional* na era das redes precisam de uma justificativa forte para manter o correspondente (ou enviado) expatriado. O diferencial do correspondente, cada vez mais, tem sido o fato de ter acesso direto às fontes primárias tecnologicamente inacessíveis (como no caso de pessoas humildes, ou em áreas remotas, ou à opinião de cidadãos na rua), além de poder descrever o “clima” local com precisão. No Jornalismo Internacional, o correspondente ou enviado é um

repórter com função de ordem cognitiva: serve para evitar filtros, contornar discursos, além de conferir ao veículo um capital de credibilidade.

De certa forma, o papel da cobertura *in loco* se vale de métodos semelhantes aos da antropologia e da etnografia, notavelmente a observação cotidiana de costumes e a narrativa testemunhal descritiva (EPPRECHT, 2004; ESPINOSA, 1998). De todo modo, o correspondente sempre se coloca com certo distanciamento cultural em relação aos indivíduos e à sociedade reportados. Isto porque, segundo Colombo (1997; 26-27), “ninguém – à exceção dos diplomatas – é mais tipicamente ‘nacional’ do que um jornalista. Ninguém como ele – entre os que têm a tarefa e o compromisso de comunicar está mais profundamente ligado aos traços de seu próprio país”.

Para diversos autores (UTZERI, 1990; RODRIGUES, 2002; BERABA, 2005), a importância fundamental do correspondente no exterior é conferir ao jornal a possibilidade de construir sua própria narrativa dos fatos distantes sem recorrer à intermediação – tecnológica e discursiva – das agências de notícias e da imprensa estrangeira. O correspondente se justifica porque “não se inventou ainda nada que substitua a visão peculiar de cada país sobre os acontecimentos mundiais”. (ROSSI, 1980: 96) É a construção de um “olhar brasileiro sobre o mundo”, focado não apenas sobre eventos factuais e pontuais que surgem intermitentemente no noticiário, mas no cotidiano político, econômico, social e cultural dos outros países. Era a isto também que se referia o Relatório MacBride quando recomendava, em suas conclusões, que “nos países em desenvolvimento, considera-se necessário ampliar o conceito de notícia, com o objetivo de que englobe não só os ‘acontecimentos’, mas também os ‘processos’ inteiros”.³³



Fluxos de informação internacional antes e depois das redes

Em 1980, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) publicou um documento fundamental para a comunicação internacional: o Relatório MacBride. Assim chamado por causa do presidente da comissão que o elaborou – o diplomata irlandês Seán MacBride –, o texto coroou anos de debates sobre as desigualdades no campo da mídia e das comunicações entre países, consolidados na reivindicação por uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic), idéia por sua vez nascida das conferências do Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM, na sigla em inglês) a partir do início dos anos 1970.

Entre as recomendações do relatório, constavam a criação de mecanismos de controle e credenciamento para jornalistas, melhor distribuição do espaço de noticiário entre as diferentes regiões do mundo, o incentivo a projetos de mídia comunitária e regional e a colaborações entre órgãos de imprensa de países em desenvolvimento.

Pouco ou quase nada disso foi seguido. Com exceção de iniciativas como os *pools* de agências terceiro-mundistas (como a Pana africana, a Oana asiática e a Prensa Latina latino-americana, hoje apenas cubana) raras das recomendações da Comissão MacBride entrariam em efeito – e as que o fizeram tiveram pouco êxito. Grande parte desse fracasso do ponto de vista prático se deve ao fato de o relatório ter sido bombardeado pelas grandes corporações multinacionais de mídia e pelos governos dos países ricos que as sediavam, sob a alegação de que as medidas propostas eram uma ameaça à liberdade de imprensa e, em última análise, à democracia.

Nomic: ascensão, glória e derrocada

O projeto da Nomic surgiu no âmbito do Movimento dos Países Não-Alinhados, um bloco de países (liderado por Índia, Iugoslávia e Indonésia) que tentava seguir uma corrente independentemente da polarização entre as potências capitalistas (capitaneadas pelos Estados Unidos) e o mundo socialista (chefiado pela então União Soviética, dissolvida em 1991). Nascido em 1955, na Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, o NAM foi criado para propor alternativas à ordem global bipolar que predominou durante a Guerra Fria (1945-1989). Rejeitando o *alinhamento* automático a uma potência ou a outra, o movimento ganhou força sobretudo a partir de 1960, com a independência em série de diversas ex-colônias europeias na África e no Caribe, que se somaram aos países asiáticos já criados nas décadas de 1940 e 1950. Com a política de “um voto por país” predominante nas organizações multilaterais, como a ONU, a onda de descolonização desequilibrou os painéis de votação e deu força às nações recém-soberanas do Terceiro Mundo na diplomacia internacional. Representando estes governos, o Movimento dos Países Não-Alinhados passou a realizar periodicamente congressos para debater caminhos autônomos em relação às grandes potências.

Um dos pontos centrais destes debates era a chamada Nova Ordem Econômica Internacional, uma proposta por maior equilíbrio nas relações comerciais entre os países, já então dividida entre os produtores de bens manufaturados e industrializados, de um lado, e os exportadores de matéria-prima, do outro, geralmente ex-colônias que se tornavam consumidores daqueles mesmos bens. Como desdobramento deste conceito, nasceu a idéia de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação, reivindicando este equilíbrio também no campo da comunicação internacional. A proposta incluía o fluxo de notícias, publicidade, produtos culturais e informações científicas, entre outros.

Basicamente, o processo de busca da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação instaurou-se como consequência da percepção, pelos países do Terceiro Mundo, baseada em sua longa experiência histórica, da importância da atual ordem como instrumento fundamental para o contro-

le das Ordens Política e Econômica Internacionais pelos países industrializados. Aquele processo nasceu assim do diagnóstico primário do desequilíbrio informativo entre nações desenvolvidas e nações em desenvolvimento e transitou rapidamente para o aprofundamento de pesquisas e estudos para a proposição de alternativas e fórmulas para a sua viabilização. Constatou-se, então, a existência de uma complexa teia de problemas cuja superação seria essencial para que aquele objetivo fosse alcançado.³⁴

Em 1973, na conferência de Argel, na Argélia, o movimento adotou a primeira resolução específica sobre a questão da Comunicação, colocada em pé de igualdade com a Nova Ordem Econômica exigida, na qual os países membros se comprometiam a cooperar no setor (OLIVEIRA, 1998: 24). O texto, aprovado por 75 países, previa as seguintes medidas:

1. reorganizar os canais de comunicação existentes, legado do passado colonial; 2. iniciar uma ação conjunta para a revisão dos acordos multilaterais existentes para a revisão de quotas de canais de imprensa; 3. adotar medidas urgentes para acelerar o processo de propriedade coletiva dos satélites de comunicação com um código de conduta para orientar o seu uso; 4. promover maior contato entre os meios de comunicação de massa, universidades, bibliotecas e organismos de planejamento e pesquisa e outras instituições, para permitir aos países em desenvolvimento o intercâmbio de experiência e técnicas.³⁵

Dois anos depois, numa reunião intergovernamental em Belgrado, na então Iugoslávia, fundaram o primeiro *pool* de agências do movimento: a Nanap (*Non-Aligned News Agencies Pool*), que operou até os anos de 1990, mas nunca foi adotada como fonte de referência pela mídia hegemônica.

Os Não-Alinhados coordenaram outras ações, como algumas iniciativas para que os problemas da Comunicação tivessem destaque nas reuniões da ONU, Unesco e outras organizações internacionais. Decidiram, ainda, incrementar os seminários e encontros intergovernamentais para a realização de amplos estudos sobre o tema.³⁶

Em 1976, o NAM realizou o I Simpósio sobre Informação e, na reunião de cúpula do movimento em Colombo (Sri Lanka), aprovou uma declaração afirmando que “uma nova ordem internacional nos campos da informação e da comunicação de massas é tão vital quanto uma nova ordem econômica internacional”. (Unesco, 1980: 68) Finalmente, em 1979, os países não-alinhados reunidos em Havana (Cuba) destacaram avanços locais na promoção das agências nacionais (estatais) de notícias, mas voltaram a ressaltar que “a cooperação no campo da informação é uma parte integral da luta pela criação de novas relações internacionais em geral e de uma nova ordem da informação em particular” (idem).

No contexto das discussões sobre a Nomic, falava-se muito no conceito de fluxos de informações e de como estes eram escandalosamente assimétricos na relação entre os países industrializados e os subdesenvolvidos. Considerava-se como fluxo o volume de informações movimentado entre os países, abrangendo desde material noticioso e jornalístico até filmes, músicas e outras manifestações culturais. Como visto no capítulo anterior, tal fluxo foi organizado num modelo sistêmico, hierarquizado, arborescente e unidirecional, seguindo o curso da notícia desde sua apuração pelos repórteres das agências até a distribuição para os veículos-clientes, passando necessariamente pela redação central em capitais do Primeiro Mundo. Os proponentes da Nomic observaram que este percurso da informação era semelhante ao do comércio de valor desigual entre os hemisférios Norte e Sul, reproduzindo no campo da Comunicação as mesmas relações de dominação e dependência existentes na Economia.

No modelo estruturalista de comunicação, a informação processada flui dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos do Ocidente ou do Norte, como ocorre com as matérias-primas da indústria. Os usuários da informação nos países desenvolvidos interpretam, processam e agem sobre esta informação, redistribuindo-a por sua vez para os estados clientes, junto com mais informação sobre suas próprias atividades, cultura e política. Assim, os países do Terceiro Mundo acabam sendo vistos pelos olhos dos intérpretes da informação nos países desenvolvidos, cujas empresas controlam tanto as finanças quanto as infra-estruturas do sistema de distribuição, enquanto os países em desenvolvimento

quase nunca recebem as últimas informações, nem a latitude de intérpretes ao seu próprio favor. Bem como, em termos de puro volume de informação produzida e consumida, os países em desenvolvimento ficam muito para trás.³⁷

Quadro III. Participação das agências de notícias no noticiário internacional			
Pesquisador/Autor	Período	Universo amostral	Conteúdo proveniente de agências
Almeida/Seminário FENAJ	1980	5 jornais diários de BH	93,6% (AP, UPI e AFP)
Almeida/Seminário FENAJ	7 dias, 1980	O Estado de S. Paulo	55,8% (AP, UPI, AFP, Reuters, DPA)
Almeida/Seminário FENAJ	7 dias, 1980	O Estado de S. Paulo	67% (AP, UPI, AFP, Reuters, DPA)
Relatório MacBride	[não dito]	[não dito]	80% (AP, UPI, AFP, Reuters)

fonte: SALINAS, Raquel. op.cit. (93-95); FERREIRA, Argemiro, op.cit. (26); ROSSI, Clóvis (78-79);

Na tentativa de comprovar gráfica e empiricamente estas idéias, foram realizados na época diversos mapeamentos e quantificações que constatavam que a quantidade de notícias e dados fluindo do Primeiro para o Terceiro Mundo era esmagadoramente maior que a mesma transferência no sentido inverso (ver Quadro III).

Além das medições quantitativas, inúmeros estudos e artigos apontavam para a representação qualitativamente inferior dada a nações em desenvolvimento pela mídia tanto dos países ricos quanto dos próprios “coleguinhas” pobres. Em outras palavras, constatou-se que o Terceiro Mundo aparecia pouco no noticiário e, quando dava as caras, eram feias.

Diversos estudos demonstraram que existem áreas invisíveis na geografia da notícia internacional, e que tais áreas correspondem ao Terceiro Mundo e aos países da órbita socialista, especialmente Leste Europeu. Visto desde um país subdesenvolvido, isto se manifesta em uma insuficiente informação sobre países vizinhos, pertencentes à mesma região, e numa carência quase total de notícias sobre outras regiões do Terceiro Mundo, assim como também sobre os países socialistas. Os déficits são provocados pelos critérios noticiosos em dois níveis: 1. a seleção de áreas geográficas relevantes nas agências transnacionais; e 2. a seleção realizada na mídia dos países subdesenvolvidos, cujos editores ou ‘porteiros’ [N. do T.: *gatekeepers*] reproduzem, e ainda acenam, as preferências das agências ocidentais.³⁸



Mesmo com a dissolução do bloco soviético e a derrocada do socialismo na maioria dos países em que vigorava, o mapa das regiões invisíveis do mundo não teve grandes alterações. No cotidiano da imprensa brasileira, estas regiões nem precisam ser necessariamente do Terceiro Mundo, mas podem ser países de dimensões continentais e prósperos como a Austrália e o Canadá ou mesmo um vizinho como o Suriname – ambos notáveis mais pela ausência em nosso noticiário do que por uma ou outra raríssima menção que recebam, o que mantém a ignorância quase absoluta do público brasileiro sobre esses pedaços relativamente importantes do planeta.

Nesse contexto, ficou célebre, por freqüentes citações, um artigo do crítico de mídias irlandês Alexander Cockburn, publicado em 1976, que ironizava – com humor negro – a desproporção entre a presença das notícias dos países industrializados e as do Terceiro Mundo.

Os editores devem se lembrar que há extensas partes do mundo nas quais as pessoas não existem a não ser em grupos de mais de 50 mil. Antes de chegar a tais hordas, comecemos por cima. A morte de um americano famoso pode sempre ser registrada, ainda que tenha ocorrido nas circunstâncias menos relevantes. Se o americano for um ilustre desconhecido, é preciso que morram pelo menos dois ou três (ou apenas um, desde que em circunstâncias bem singulares) para que mereça alguma atenção. No caso dos negros, o número tem de ser muito maior. Na categoria seguinte, vêm os europeus do norte. Conte dez deles para cada americano. Depois, temos os europeus do sul (italianos, espanhóis, portugueses, gregos). Conte uns 30 deles para cada americano. Depois, os turcos, persas e latino-americanos. Conte uns cem destes para cada americano. Alguns perfeccionistas incluiriam também os africanos do norte nessa categoria. Em seguida, vêm os asiáticos do sudeste. Duzentos e trezentos para cada americano. Alguns também colocariam aqui os indonésios. Mas, nesse caso, suponha que a contagem deva se elevar a uns mil por americano, já que 800 mil indonésios foram massacrados no golpe de 1965 sem maior repercussão. Nessa altura, chegamos aos limites em números e passamos à categoria seguinte – a das hordas incalculáveis. São os indianos, afri-

canos e chineses. Em relação a eles, já não se concebe qualquer número. As pessoas somente começam a se interessar se falarmos em 50 mil a 100 mil mortos. Especialistas calculam que somente uns 50 mil indianos seriam capazes de igualar, em termos de notícia, ao total de dez americanos.³⁹

Outras regiões, por sua vez, permanecem sob o constante holofote do noticiário internacional, o que é o caso dos Estados Unidos. De acordo com Rossi (2000: 84), “a grande maioria das publicações brasileiras parece pautar seu enfoque, em assuntos internacionais, por aquilo que interessa a *The New York Times* ou *Le Monde*, e não pelos interesses nacionais brasileiros” – o que, segundo o autor, pode ser comprovado pelo número de correspondentes do Brasil nos EUA e na Europa Ocidental, como mostrado no mapa do Capítulo 1. Já Colombo (1997: 28-29) resalta que “a maior parte das notícias do mundo vem de fontes americanas”, tanto porque “a poderosa máquina americana da informação difunde no mundo mais notícias sobre seu país do que pode fazer qualquer outra fonte”, quanto porque “as notícias de qualquer outro país só chegam a ser mundiais quando se convertem em notícias americanas”.

Grandes zonas do mundo, da Groenlândia a Ruanda, dependem quase por completo do sistema das informações americanas para ver-se e saber de si mesmas. Outras, também grandes e economicamente importantes, só chegam a ser internacionais – ou seja, o resto do mundo conhece seus acontecimentos – quando a mídia americana decide falar delas. É o caso do Brasil, da Argentina, da Índia, da África do Sul, da China. Por sua vez, os jornalistas de muitos desses países acompanham as vicissitudes americanas, as eleições americanas, até chegar aos menores acontecimentos cotidianos, multiplicando dessa maneira o fluxo de notícias da América.⁴⁰

Paralelamente, constatou-se que a circulação informativa entre os próprios países desenvolvidos era altíssima, enquanto praticamente inexistente entre as nações mais pobres. Os defensores da Nomic – em boa parte, intelectuais, acadêmicos, jornalistas e políticos do Terceiro Mundo – sugere-

riam justamente a reorganização das estruturas e práticas de comunicação internacional, particularmente no jornalismo, para tornar estes fluxos mais igualitários ou mais bem distribuídos.

Contra isso, os representantes dos Estados e empresas privadas do Primeiro Mundo, fiéis ao modelo capitalista – naquela época, ainda não hegemônico –, defendiam a doutrina do livre-fluxo de informações, segundo a qual nenhum tipo de controle à circulação de notícias seria lícito e que esta seria naturalmente distribuída segundo as demandas do mercado, individuais e outros mecanismos próprios do pensamento liberal.

A réplica a esta argumentação foi dada pelo então ministro da Informação da Tunísia, Mustapha Masmoudi⁴¹, que sublinhou a diferença entre as noções de “liberdade de imprensa” e “livre-fluxo”, enfatizou o caráter coletivo que a Nomic dava ao direito de comunicar, destacou a necessidade da pluralidade de fontes no jornalismo e ressaltou que “a informação deve ser entendida como um bem social e um produto cultural, não como uma mercadoria ou uma *commodity* material”. (BROWN-SYED, 1993) Os conservadores se aproveitaram e, na retórica típica da Guerra Fria, acusaram os não-alinhados (que, para a visão polarizada da direita, seriam países politicamente manobrados pelos soviéticos) de pretender extinguir as agências comerciais privadas e colocar toda informação sob a égide estatal – embora nada conste das declarações do NAM nesse sentido. (GULICK, 1983)

No mesmo ano da Declaração de Colombo, atendendo às demandas dos delegados dos países do Terceiro Mundo e Não-Alinhados – bem como de parcela considerável do “Segundo Mundo”, o bloco socialista, a 19ª Conferência-Geral da ONU em Nairóbi (Quênia) encarregou a Unesco de “proceder a um exame geral dos problemas relativos à comunicação na sociedade contemporânea, à luz dos progressos tecnológicos e da evolução crescente das relações mundiais”,⁴² nas palavras do diretor-geral da agência, o senegalês Ahmadou-Mahtar M’Bow. Para isso, ele instituiu no ano seguinte a Comissão Internacional de Estudos sobre Problemas da Comunicação, presidida por Seán MacBride (Irlanda) e composta por representantes de 15 outros países: Alie Abel (EUA), Hubert Beuve-Méry (França), Elebe Ma Ekonzo (Zaire), Gabriel García Márquez (Colômbia), Serguei Losev (União Soviética), Mochtar Lubis (Indonésia),

Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaac Akporuaro Omu (Nigéria), Bogdan Osolnik (Iugoslávia), Gamal El Oteifi (Egito), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavía (Chile), Boobli George Verghese (Índia) e Betty Zimmerman (Canadá). Além do próprio Masmoudi, o grupo incluía outras lideranças envolvidas desde antes na defesa da Nomic, como Beuve-Méry, fundador do *Le Monde*, e os latino-americanos Somavía (do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais – ILET) e García Márquez.

A “Comissão MacBride”, como ficou conhecida, iniciou os trabalhos em dezembro de 1977, e entregou o relatório definitivo⁴³ em maio de 1980, com o título de “Um Mundo e Muitas Vozes”. Em outubro do mesmo ano, o texto foi aprovado por aclamação durante a 21ª Conferência-Geral da Unesco, na cidade de Belgrado. É interessante ressaltar a importância da Iugoslávia no contexto dos debates: não apenas a iniciativa pela reivindicação das “novas ordens internacionais” partira do Movimento Não-Alinhado – do qual o dirigente iugoslavo, Josip Broz Tito, era a principal liderança –, como a agência de notícias oficial do país, a Tanjug, era a mais ativa defensora do *pool* de agências terceiro-mundistas. Já naquela época, o que a agência iugoslava propunha era justamente a formação de uma rede para desviar o curso do fluxo de informações, eliminando a parada obrigatória no Primeiro Mundo. (FERREIRA, 1982) Curiosamente, Tito morreu no mesmo mês da entrega do texto final do relatório ao diretor-geral da Unesco.

O Relatório MacBride confirmou o desequilíbrio existente e apontou suas causas entre o sistema de dominação econômico e cultural (na época, não apenas capitalista). Para resolver estes problemas, o documento propôs uma série de iniciativas que deveriam ser promovidas pela agência das Nações Unidas e implementadas pelos países-membros em conjunto com os setores privados e as organizações não-governamentais. As propostas foram sintetizadas em 12 pontos num artigo de Roberto Remo Bissio publicado no número 43, ano IV, da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, uma edição especialmente dedicada ao tema:

- 1) eliminação dos desequilíbrios e desigualdades nos fluxos internacionais de informação;

- 2) supressão dos efeitos negativos dos monopólios e concentrações “excessivas”;
- 3) eliminação das barreiras à livre circulação e difusão equilibrada da informação;⁴⁴
- 4) pluralidade das fontes e canais de informação;
- 5) liberdade de imprensa e de informação;
- 6) liberdade dos jornalistas e profissionais de comunicação, vinculada à responsabilidade;
- 7) melhoria da situação da comunicação nos países em desenvolvimento por eles próprios, por meio da capacitação de profissionais, investimentos em infra-estrutura, equipamentos e tecnologia;
- 8) “vontade sincera” dos países desenvolvidos em ajudar os subdesenvolvidos;
- 9) respeito à identidade cultural e ao “direito de cada nação informar a opinião pública mundial sobre seus interesses e aspirações e sobre seus valores”;
- 10) respeito ao “direito de todos os povos de participar nos intercâmbios internacionais de informação”;
- 11) respeito ao “direito do público, dos grupos étnicos e sociais, e dos indivíduos a terem acesso às fontes de informações e participarem ativamente no processo da comunicação”;
- 12) que a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação fosse baseada “nos princípios fundamentais” do Direito Internacional.

O principal objetivo do documento parece, no entanto, ter sido razoavelmente atingido, como evidencia a própria controvérsia que suscitou: detectar e descrever os problemas essenciais relacionados com a estruturação da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação e a partir daí apresentar alternativas para os mesmos.⁴⁵

Em reação, a Unesco foi bombardeada de críticas e os mais conservadores chegaram a tachá-la de “reduto de comunistas”. (ANTOUN, 2006; 35) No final de 1980, o jornal *The New York Times* publicou um editorial sob o título “Unesco as Censor” (A Unesco como censora), enquanto a

revista *Time* trouxe artigo de página inteira intitulado “The Global First Amendment War” (A Guerra da Primeira Emenda Global)⁴⁶. Centenas de jornais reproduziram um comunicado dos órgãos de imprensa, “Press Groups Denounce Unesco Plan on Media” (Grupos de imprensa denunciavam plano da Unesco para a mídia), publicado no *Editor and Publisher*, jornal mensal dos empresários de mídia dos EUA. (MEHAN, 1981)

A situação foi agravada com a posse de governos conservadores nos EUA (Ronald Reagan) e no Reino Unido (Margaret Thatcher), eleitos nos anos anteriores.⁴⁷ As sugestões do relatório incluíam a criação de regulamentações e mecanismos de controle pela sociedade civil, políticas que iam frontalmente de encontro ao neoliberalismo de Thatcher e Reagan. Para estes, o “livre-fluxo” seria a única forma justa e democrática de acesso à recepção e à produção de informações, cabendo ao mercado determinar os mecanismos “naturais” e distribuí-las.

A campanha contra a Nomic culminou com a retirada dos EUA e do Reino Unido da Unesco, em 1984 e 1985, respectivamente. Juntos, os dois países representavam cerca de um terço do orçamento da entidade, e a remoção desta verba foi um duro golpe para as correntes progressistas na ONU.

Com a intensa pressão contrária do bloco capitalista, a bandeira da Nomic acabou arriada e os debates sobre a desigualdade dos fluxos informativos restringidos aos círculos acadêmicos. No âmbito das relações internacionais, a campanha de caráter emancipador contra a dominação dos meios de comunicação entre povos foi substituída por cruzadas mais consensuais e desideologizadas, como a “democratização da informação” e a “inclusão digital”. Termos como “informação dominada”, “poder transnacional” e “desequilíbrio nos fluxos de informação” foram trocados por *slogans* como “sociedade da informação”, “brecha digital” e “livre acesso à informação”. A perspectiva estratégica da nova ordem informativa com a participação ativa do Estado – enquanto representante legitimado dos interesses dos cidadãos – foi abandonada em favor da visão liberal de permitir o acesso (pago) à informação proporcionada “livremente” pelo mercado, tido agora como expressão legítima das demandas da sociedade.

Joseph Mehan, jornalista estadunidense que trabalhou para a rede NBC até 1978, quando entrou para a Unesco, contou em uma palestra promovida pela IDSnet (sem data) os motivos aos quais atribui o fracasso da Nomic.

Eu não creio que haja nenhuma grande mudança na atitude da mídia americana. Quatro meses atrás, em abril, minha escola e o Departamento de Informações Públicas da ONU promoveram uma conferência sobre mídia internacional na Arden House, o centro de conferência da Colúmbia no interior de Nova York; 40 pessoas do mundo inteiro, várias das quais vocês conhecem. Logo antes do início da conferência, um grupo de dez órgãos jornalísticos, os mesmos que estiveram envolvidos na briga contra a Nomic 20 anos atrás, mandou uma carta urgente ao secretário-geral da ONU, expressando sua “profunda preocupação” com o evento. Eles disseram temer que a conferência na Arden House fosse estabelecer uma pauta para a mídia mundial, dizer a eles o que fazer. E então acrescentaram esta frase-chave, significativa, reveladora: Tal passo seria “claramente remanescente dos esforços DA UNIÃO SOVIÉTICA E DE ALGUNS PAÍSES RADICAIS DO TERCEIRO MUNDO PARA ESTABELECEER UMA NOVA ORDEM MUNDIAL DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.”⁴⁸

Mehan acrescenta que o tema da Nomic saiu da órbita da ONU e foi transferido para o âmbito do GATT (acordo que deu origem à Organização Mundial do Comércio, OMC) porque lá, segundo o autor, “os EUA podem controlar muito melhor o andamento e acordos que afetam imensas organizações de mídia transnacionais estão sendo feitos, alguns durante a Rodada do Uruguai, com a cooperação e concordância dos gigantes da mídia”. Em outras palavras, a discussão foi posta sob a anuência direta daqueles que mais seriam contrariados pela Nomic, para não citar nenhum provérbio sobre raposas e galinheiros.

Por outro lado, o autor – que se aposentou da Unesco em 1990 e hoje é professor da Universidade Columbia, em Nova Iorque – afirma que o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) tem promovido iniciativas que, de certa forma, atendem à demanda original da Nomic adaptando as respostas à realidade tecnológica que tanto mudou nos últimos 25 anos.

Eles têm em funcionamento um Programa de Desenvolvimento Sustentável de Mídia que vai a países do Terceiro Mundo e trabalha com universidades, bibliotecas, ONGs, instituições sem fins lucrativos, para instalar capacidade de acesso à Internet e tantos aspectos da chamada Supervia da Informação quanto possível. O grande mérito é que esse esforço custa muito menos do que a velha idéia de desenvolvimento total de infra-estrutura e permite potenciais saltos tecnológicos para superar as condições iniciais primitivas que existem. Maiores vantagens são que isto está sendo feito a despeito de financiamento estatal, o que impede de ser transformado em veículo sob controle de um governo e leva muito mais perto às raízes do que qualquer outro programa já fez. Até agora, cerca de 30 países já foram atendidos e o PNUD planeja maiores esforços em andamento.⁴⁹

Agendamento e *gatekeeping*

Grande parte das assimetrias, desequilíbrios, desigualdades e outros parônimos fora discutida nas décadas de 1960 e 1970 por modelos teóricos como “agendamento” e *gatekeeping*, que ressaltavam a seleção de informações por parte dos jornalistas. A Teoria do Agendamento foi desenvolvida principalmente pelos estadunidenses Maxwell McCombs e Donald Shaw a partir de 1972. Partindo de pesquisa de campo realizada em uma pequena comunidade interiorana durante a campanha presidencial de 1968 nos EUA, os dois comunicólogos observaram que a opinião pública tinha de fato recepção ativa (como no modelo de Lazarsfeld), mas que esta era circunscrita aos assuntos pautados pelos meios de comunicação. Em linhas gerais, chegaram à conclusão de que a mídia e as agências transnacionais “nem sempre determinam o que [o público] deve pensar, mas sempre dizem sobre o que deve pensar” (SALINAS, 1984). Batizaram este postulado como *agenda-setting*, que traduz em inglês o que no jargão jornalístico brasileiro é o verbo “pautar”. Trata-se, por isso, de uma abordagem interessada menos na análise qualitativa do conteúdo publicado do que na variável presença/ausência de determinados assuntos em pauta.

Dentro deste pensamento, consolidou-se o conceito de *gatekeeping*⁵⁰ – em livre tradução, “portaria” ou “zeladoria” – que designava o processo

de controle dos fluxos de informação pelos profissionais de comunicação, mais especificamente os editores de veículos e de agências de notícias. Estes jornalistas, pela própria função profissional, teriam o poder de abrir e fechar portas para notícias, selecionando, filtrando e determinando quais poderiam ou não “entrar no edifício” do noticiário – pela entrada social ou de serviço. Numa análise simplória, seriam estes os responsáveis pela construção da imagem pública (ou ausência desta) dos atores mundiais – uma explicação que, evidentemente, não dá conta de toda a realidade, já que este processo é de uma complexidade maior e influenciado por uma vasta gama de fatores infra e superestruturais, desde a formação sociocultural do jornalista até as condições de trabalho.

Mas tais determinantes incluiriam, destacadamente, o que os noruegueses Johan Galtung e Marie Holmboe Ruge definiram em 1965 como “valores da notícia”: uma série de 12 quesitos que, se atendidos, elevariam o “valor noticioso” de um assunto. Entre eles, destaca-se a “referência a países de elite” como um fator de valoração positiva. Segundo os autores, governos e povos de potências mundiais (políticas, militares, econômicas) tendem a chamar a atenção do público, enquanto países “fracos” ou pobres teriam pouco apelo noticioso. Ressalte-se que o objeto empírico da pesquisa de Galtung e Ruge foi a cobertura dada pela imprensa norueguesa a três crises político-militares no Terceiro Mundo – Congo (1960), Cuba (1961) e Chipre (1964). Cabe, desde já, um questionamento quanto à aplicabilidade do mesmo valor à realidade dos próprios países pobres: estaria o público destes lugares mais interessado nos ricos ou nos povos que compartilham seus problemas e situações?

De todo modo, o que tais teorias tentavam explicar eram os mesmos problemas constatados pelos proponentes da Nomic e pela Comissão MacBride, que ao fim do processo gerava as chamadas “distorções” da imagem dos países subdesenvolvidos no noticiário mundial.

É assim que se explica a imagem que predomina nos países do centro quanto aos países periféricos: estes são locais onde as coisas negativas acontecem a um ritmo acima do que é normal e, porque relatadas em notícias descontextualizadas, dificilmente justificáveis.

Este fato, por sua vez, tende a reforçar as posições etnocêntricas predominantes nos países de “elite”.⁵¹

Sem a renovação proposta pela Nomic, a ordem informativa internacional foi mantida, com suas desigualdades, desequilíbrios e fluxos de informação centralizados, utilizando majoritariamente o sistema descrito no capítulo anterior (das agências aos clientes, via redações centrais no Primeiro Mundo).

Vinte e cinco anos depois, o que mudou?

Fluxo de informação em redes

Mudou, fundamentalmente, o paradigma tecnológico. A convergência passou a ser tendência predominante entre as diferentes tecnologias de informação e comunicação (TICs), das quais um segmento recente foi agrupado e rotulado como “novas” (NTICs). A partir de uma das pioneiras disciplinas convergentes, a telemática (aplicação dos princípios da informática às telecomunicações, como a transmissão digital de dados), novas gerações de ferramentas e apetrechos têm incorporado cumulativamente funções de instrumentos precedentes. Assim, *scanners* que também são impressoras e copiadoras, agendas eletrônicas com calculadoras e telefones celulares que tiram fotos e enviam *e-mail* passaram a ser, de hibridismos excepcionais, à regra das novas linhas de produtos industriais. Na mesma lógica, sistemas e redes anteriores à digitalização (como radioamadores e telefonia), em vez de sucumbirem, foram integrados às “redes de redes” e a sistemas informativos de alcance global – dos quais a internet é o maior e mais conhecido exemplo, embora não único.

Antes de ter uso comercial e ser “apropriada” pelo mercado, em meados dos 1990, a internet era uma entre diversas redes eletrônicas internacionais que conectavam pesquisadores, estudantes, técnicos de informática e ativistas de movimentos sociais (sobretudo ecologistas, pacifistas e feministas). Esse passado ajudou a criar uma “cultura” de comunicação em rede e fluxos “horizontais” de informações além-fronteiras. (Cf. LOPES, 1996) Hoje, pessoas de diferentes países e realidades sociais e culturais

dialogam livremente e trocam informações sobre seus mundos. Comunidades virtuais se formam em torno de interesses comuns, a despeito de diferenças tradicionais e territoriais, ampliando exponencialmente a comunicação internacional, apesar das persistentes barreiras lingüísticas. Em resumo, abriu-se uma nova via para o tráfego de dados em escala global, apelidada pela literatura e pela mídia como *information highway* ou “auto-estrada da informação”.

As inovações na técnica permitiram uma reorganização econômica mundial. O modelo de produção industrial (no qual o fordismo, já citado, era um tipo exemplar) foi substituído, nos países desenvolvidos capitalistas, pelo pós-industrialismo baseado essencialmente em serviços e outros bens intangíveis (como a informação) e, na maior parte dos estados socialistas, pela adoção abrupta de uma espécie de “choque liberal”. Já os países do Terceiro Mundo (para se evitar o eufemismo do “em desenvolvimento” eternamente) serviram como laboratório para a aplicação das fórmulas neoliberais de um capitalismo privatizante, austero e avesso a práticas intervencionistas. Este modelo, embora mantendo de forma geral a divisão internacional da produção e a vocação exportadora de recursos naturais das antigas colônias, gerou situações de contrastes extremos em países semidesenvolvidos: ilhas de alta tecnologia, geralmente em mãos privadas, envoltas por mares de miséria, numa coexistência nem sempre pacífica (como demonstram os conflitos zapatista, boliviano e filipino, entre outros)⁵².

Por sua vez, o ocaso do industrialismo, tanto capitalista quanto socialista, e sua passagem para o pós-industrialismo ultraliberal criaram as condições tecno-econômicas para o fenômeno da globalização e a ascensão da chamada “sociedade da informação”, cujo desenvolvimento se apoiou fortemente na organização em redes, mais que nas tradicionais estruturas centralizadas. (Cf. CASTELLS, 2001) Além disso, produziu também a idéia de “exclusão digital” para designar as massas sem acesso direto a estas mesmas redes – e, em última análise, ao novo modelo de sociedade. Na prática, porém, esse novo rótulo apenas adicionou uma “exclusão” a mais à lista de carências dos setores historicamente marginalizados dos ganhos do desenvolvimento.

O que a revolução do paradigma tecnológico proporcionou de efetivamente distinto no campo da comunicação internacional foi a abertura de canais muito mais flexíveis, amplos e diretos para o curso da informação. O advento das redes provocou uma horizontalização das estruturas de comunicação – ou, para uma outra metáfora geométrica, a tridimensionalização dos atalhos entre os nós, muito além das antigas estruturas em planos bidimensionais. Os caminhos que a informação pode percorrer se libertaram dos eixos dicotômicos (ir/vir, subir/descer, esquerda/direita, frente/trás) e ganharam todo um espaço com incalculáveis possibilidades de combinações e permutações para o traçado da linha comunicativa entre dois pontos (diagonais, curvas, atalhos, pontes, buracos, trajetos diretos, indiretos, e de múltiplos sentidos e direções).

Segundo teorias de análise de redes (BURT, 2000), tais sistemas abertos e não-lineares são compostos por elementos denominados nós ou nódulos (cada ator social, indivíduo ou instituição) que se integram por meio de *links* ou vínculos (por onde passa a informação, classificados como “fortes” ou “fracos” dependendo de sua intensidade), pontes (atalhos exclusivos entre dois nós) e buracos estruturais (atalhos e pontes que não eram para existir, do ponto de vista de quem cria ou gerencia a rede).

Pragmaticamente, para o Jornalismo Internacional, isto significa o advento de novos fluxos de informação que abandonam a rigidez hierárquica e centralizadora dos sistemas das agências (apuração redação central clientes) e a concentração da pauta em um número limitado de fontes e assuntos. Em outras palavras, o fluxo de informação em redes estende o leque de opções que o repórter-redator de Inter tem à sua frente e permite que ele, na prática profissional, liberte-se de todos os níveis prévios de filtros e *gatekeepings* e vá direto à origem primária das informações, conferindo plena manuseabilidade sobre a matéria-prima das notícias.

A *www* como meio de transmissão é também um novo tipo de agência de notícias. Como tal, rompe a verticalidade e a concentração das agências tradicionais e alimenta não apenas jornais a partir de escritórios centrais, mas liga também ONGs, produtores intelectuais independentes e movimentos políticos e sociais. (...) A internet permite ainda que sejam entrevistados com facilidade e precisão técnicos e personalidades em

qualquer parte do mundo. Permite que facilmente sejam efetuados cálculos, gráficos e tabelas diretamente a partir do material pesquisado.⁵³

Em um exemplo fictício, tem-se o correspondente de uma agência transnacional numa capital de um país em desenvolvimento. Esse profissional acompanha as notícias do país e da região e já tem uma agenda de contatos com fontes-chave entre autoridades civis, militares, religiosas e culturais – comandante do exército, ministros, chefe da guarda costeira, bispos –, diplomatas, acadêmicos, especialistas, pesquisadores, empresários, as assessorias de imprensa que medeiam o contato dessas instituições e também (o que nem sempre é o caso) ONGs, movimentos sociais, sindicatos e outras fontes chamadas “alternativas”. O repórter no exterior entrevista estas pessoas para apurar informações, escrever a matéria e mandar para a matriz.

Como já salientado no capítulo 1, o correspondente ou *stringer* de agência de notícias envia seus textos e fotos para a redação central, necessariamente. As agências não distribuem este material direto da origem para o cliente: o trabalho sempre passa por um “funil” ou “filtro” da redação central, onde uma equipe especializada trabalha padronizando o texto – em forma e em conteúdo – e adequando-o a um viés (nominalmente neutro, mas inevitavelmente de aspecto discursivo), para que todos os textos da agência tenham o mesmo formato, a mesma linguagem e usem os mesmos termos. Isso é bem óbvio no processo de seleção vocabular, como na definição das palavras “presidente”, “dirigente” ou “ditador” para designar determinado chefe de Estado. Essa função é exclusiva da redação central.

Imagine-se, então, o mesmo jornalista trabalhando agora como repórter-redator na editoria Internacional de um jornal diário. As fontes do país coberto continuam lá, com a diferença de que seus telefones (fixos e celulares), *e-mails* e, muitas vezes, *websites* são acessíveis virtualmente de qualquer lugar do mundo. Para localizar uma fonte, o jornalista pode colocar o nome da pessoa ou instituição numa ferramenta de buscas, encontrar um *website* com um número de telefone, ligar para a sede e obter o celular da fonte, que atenderá e dará entrevista enquanto, digamos, viaja de carro

no meio do deserto. Este processo de contatos ponto-a-ponto é praticamente tão antigo quanto o jornalismo, obviamente, mas o que o revolucionou foi a integração em escala global dos sistemas preexistentes. Com isso, o redator pode efetivamente minimizar ou mesmo prescindir de qualquer material fornecido (previamente filtrado) pela agência. A estrutura deste fluxo informativo é rizomática, descentralizada, em rede. (Cf. DELEUZE & GUATTARI, 1995) E o atalho direto entre o nó-jornalista e o nó-fonte local é, do ponto de vista do sistema informativo das agências, que não o supunha, um buraco estrutural.

As conseqüências no plano discursivo também são imediatas e palpáveis. Partindo-se do princípio de que “o texto jornalístico resulta de um conjunto de escolhas ou de decisões cumulativamente tomadas a partir de regras ou convenções (formais ou informais) de apreensão e representação da realidade” (LOPES, 1990; grifo do original), e considerando que o fluxo em redes cria novos caminhos (atalhos e pontes) que reduzem o número de etapas ou filtros percorridos pela informação em relação ao fluxo sistêmico-linear (das agências e mídia transnacional), é possível concluir que este mesmo fluxo de informação em redes gera textos com menor grau de intervenções discursivas e, desta maneira, menos sujeitos à sobreposição de camadas ideológicas.

Esta possibilidade, no que tem de inédito, revolucionário e contra-hegemônico para a práxis jornalística, é também o que confere ao Jornalismo Internacional, hoje, a potencial realização prática de algumas recomendações da Nomic e do Relatório MacBride. Mais ainda, como comentado por Mehan, é iniciativa de custo incomparavelmente menor em relação aos investimentos em infra-estrutura exigidos antes e tem a benesse de ocorrer fora dos entraves do Estado. É com o uso não-alienado das ferramentas de comunicação em redes que o processo de produção da notícia no jornalismo diário reverte a tendência desequilibradora dos fluxos sistêmicos e age no sentido de abrir as portas da publicação para as regiões do mundo antes marginalizadas. O fluxo de informação em redes permite ao Jornalismo Internacional trabalhar pela contra-hegemonia informativa. O *gatekeeping* que utilizar atalhos, e não portas e grades, será uma zeladoria pronta a abolir a entrada de serviço e dedicar a todos os visitantes o acesso pleno ao edifício do noticiário.

Embora à primeira vista soe utópico, este processo de reversão ou redistribuição dos fluxos de informação é factível, exequível e relativamente fácil, e pode crescer significativamente a ponto de finalmente transformar a ordem informativa em escala global, desde que seja incorporado à práxis profissional e transforme, em vez de reproduzir, as condições de produção da notícia.

Como visto, as condições de ordem econômica, social, tecnológica, política e cultural estão dadas, criadas pelas alterações paradigmáticas ocorridas no período entre 1980 e 2005 (da aprovação do Relatório MacBride à Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação). No entanto, o desequilíbrio continua.

Assimetrias na era das redes

Por ocasião do vigésimo quinto aniversário da apresentação do Relatório MacBride, vários autores (Brittos, 2005; Carlsson, 2005; Mastini e DeCharras, 2005; Quirós, 2005; Masmoudi, 2005) publicaram estudos constatando que as demandas por uma nova ordem informativa global permaneciam em grande parte inalteradas. O próprio Mustapha Masmoudi voltou a salientar, em comparação com a pauta da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, na sigla em inglês), que, virtualmente, todos os pontos defendidos pela Comissão MacBride foram retomados, sob novas nomenclaturas.

Ainda que sejam necessárias novas pesquisas quantitativas para fundamentar a crítica, sabe-se, empiricamente, que a situação de desigualdade e mercantilização das notícias permanece. Simplesmente o tema saiu da pauta política internacional, pelo menos com esta abordagem. Os interesses diplomáticos deixaram de focar a democratização da produção e circulação das informações para se concentrar no “acesso”, na universalização da recepção da informação – que, a rigor, continua “dominada” – por meio de incentivos à aquisição de equipamentos pessoais de comunicação (de computadores a celulares), à informatização de serviços públicos, principalmente na educação, entre outras iniciativas.

Prova disso é que, em data recente como o dia 21 de novembro de 2005, foi aprovada em uma nova Conferência de Países Não-Alinha-

dos, reunidos em Kuala Lumpur, na Malásia, a criação de uma agência de notícias especializada para povos do Terceiro Mundo (ou “em desenvolvimento”). A iniciativa não é nova: foi tentada mais de uma vez nas últimas décadas, como comprovam as experiências da IPS, Aladi e Prensa Latina. É, porém, uma evidência de que a necessidade de equilibrar o fluxo mundial de informações não só continua premente, como é ainda mais exequível agora, com o uso das redes e das novas tecnologias de comunicação.

Grande parte da desigualdade informativa constatada pela Comissão MacBride e estudos paralelos da Nomic era atribuída à dificuldade de acesso às tecnologias de comunicação – tanto para a produção de conteúdo quanto para sua reprodução e distribuição, embora a recepção fosse facilitada. Na medida em que a maioria do planeta podia apenas ler jornais, ouvir rádio e ver TV sem interferir nas mensagens veiculadas, o fluxo de informação seria logicamente unívoco, maciçamente unidirecional.

A revolução tecnológica das últimas décadas do século XX, porém, alterou esse quadro, facilitando enormemente o acesso a tais tecnologias, permitindo que um número incalculável de indivíduos produza, reproduza e distribua seus próprios conteúdos – em texto, áudio, imagens estáticas, imagens em movimento e formatos convergentes. O que antes era caro e tecnicamente impensável – como produzir um programa de TV para veiculação mundial, por exemplo – passou a ser virtualmente gratuito. O pesquisador peruano Juan Gargurevich sintetizou as principais mudanças:

A informação de qualquer país pode obter-se a custo mínimo e em tempo real;

Os espaços virtuais para a informação quase não têm limites;
As miniempresas informativas podem ser tão eficazes quanto as grandes empresas de antigamente;

Os meios são internacionais e não reconhecem os velhos limites impostos pelos regulamentos das Nações Unidas;

Na maioria, as fontes governamentais estão abertas ao público em geral;

Os *weblogs* tornam possível e popularizam o “cidadão jornalista”;

Os telefones móveis (celulares) avançam para converter-se em suportes inéditos de informação.⁵⁴

No entanto, mais do que facilitar o acesso material ao equipamento técnico propriamente dito, a revolução principal das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação foi o advento de redes tecnologicamente mediadas para a distribuição dos novos conteúdos produzidos. Há uma diferenciação elementar entre as tecnologias de transmissão e distribuição hierarquizadas (de um ponto central para a periferia, ou de um tronco comum para as ramificações) e as tecnologias de comunicação em redes (de todos os pontos para todos os pontos ou *peer to peer*). Para voltar ao exemplo, um programa de TV antes era produzido em vídeo, cuja transmissão a longa distância só se permitia por meio de equipamentos de ondas eletromagnéticas e satélites, financeiramente proibitivos para indivíduos ou organizações de pequeno porte. Após a revolução das NTICs, estas mesmas pessoas físicas ou jurídicas podem gravar imagens com uma câmera digital, decodificá-las em computadores e transmiti-las pela internet, em serviços de *podcasting*. Em outras palavras, a convergência entre tecnologias de produção e distribuição em redes tornou viável a comunicação em escala global a qualquer pessoa com acesso a estes meios.

Outra das novas tecnologias de distribuição é o chamado SMS (*short message system*, apelidada de “torpedo” ou “mensagem de celular”), que alia o texto à telefonia móvel e permite o envio (e o repasse) de mensagens escritas para aparelhos portáteis. Este novo método de disseminação de mensagens, inerentemente em redes, foi o que permitiu, por exemplo, a concentração de opositoristas logo após o atentado de 11 de março de 2004, em Madri, em protesto contra o então primeiro-ministro espanhol, José María Aznar (que tentou aproveitar-se do ataque de forma eleitoreira). Foi uma manifestação política cuja organização utilizou o mesmo princípio que permite o fenômeno dos *flash mobs* (reuniões-relâmpago de multidões) – ou, neste caso, um *flash demonstration* (protesto-relâmpago). O fenômeno da multidão instantânea, efêmera, espontânea e autodesmantelável não seria possível sem a comunicação em redes. O episódio evidencia que, em última análise, as redes são sempre feitas de pessoas.

Mais que isso, também, as próprias redes interligaram sujeitos sociais que antes eram isolados da chamada “teia midiática”, permitindo sua inserção no sistema-mundo da comunicação por meio do conteúdo gera-



do por eles, com eles ou sobre eles nos veículos de mídia. Sindicalistas na Moldávia, estudantes no Chile ou guerrilheiros no Afeganistão são agora contactáveis desde que tenham algum tipo de conexão a estas redes – um telefone celular, um endereço de correio eletrônico, um computador portátil com acesso à internet via satélite.

Há perto de 15 anos, esse contingente de fontes complementares estava quase inacessível ao comum e mortal redator. Hoje, a internet permite que a um custo praticamente zero toda essa gente seja contactada, e que todo conhecimento que elas produzem seja reunido pelo jornalista para a hierarquização da informação entregue ao leitor.⁵⁵

A “rede maior”, de certa forma, ajudou a acabar com o caráter clandestino desses atores sociais, ao conferir visibilidade aos discursos da contra-hegemonia. Estes, porém, continuam em larga medida sem receber a legitimação do discurso hegemônico por excelência – a mídia – ao permanecerem excluídos do noticiário internacional.

Obviamente, certas tecnologias de comunicação precederam as redes mediadas por computadores, como os semáforos (sinais luminosos obtidos por tochas e fogueiras acesos em torres, amplamente utilizados na Idade Média e na Muralha da China) e o radioamadorismo por ondas curtas (comuns em áreas rurais e navegação marítima). Entretanto, a inovação das redes telemáticas foi a integração de ambos os princípios da digitalização e da rizomatização. Esta tendência de convergência tecnológica é o que permite o acesso virtualmente ilimitado ao volume de informações produzido a partir de agora no mundo.

Impactos sobre o Jornalismo Internacional

As mudanças de paradigmas culturais, econômicos e tecnológicos também vêm provocando forte impacto sobre a produção jornalística. A convergência tecnológica fez com que máquinas de escrever, pranchetas de diagramação, mesas de revisão (*copy desk*), laboratório de tratamento fotográfico e telex fossem fundidos em aparelhos interconectados de produção, reprodução, transmissão e recepção de informações em for-

mato eletrônico – os computadores pessoais. Como se não bastasse, a conexão entre estas máquinas multiuso se dá tanto em nível local (entre terminais da própria redação) como global, a partir das redes telemáticas de comunicação.

Essencialmente, houve uma mudança tecnológica que permite uma alteração estrutural na forma de se transmitir informações e notícias entre diferentes partes do mundo. Ainda que não seja plenamente posto em prática nas redações, o uso das NTICs possibilita um jornalismo em rede, útil especialmente na editoria Internacional.

Até a chegada dos computadores pessoais às redações (que, na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, data de meados da década de 1980), o texto de Inter era composto manualmente, por meio de corte, colagem e revisão a caneta sobre os telegramas recebidos das agências de notícias. Os redatores trabalhavam superficialmente o conteúdo dos despachos e encaminhavam a “colagem” à oficina, onde era feita a composição gráfica.

Em geral, o redator redigia o lide. E grudava na lauda, com goma arábica, os três ou quatro telegramas que passava a “pentear”. Na gíria interna do jornalismo, “pentear” significava riscar palavras imprecisas e substituí-las por palavras mais apropriadas, riscar palavras ou expressões inúteis e redundantes. Como os telegramas chegavam apenas em letras maiúsculas e sem acentos, era preciso sublinhar as letras que seriam compostas em maiúsculas e ainda pontuar e acentuar.⁵⁶

Porém, já na mesma época, alguns jornais de grande porte, como o *Jornal do Brasil*, se preocupavam mais com o texto do noticiário internacional e contratavam serviços de diversas agências. A partir destes despachos, os redatores eram obrigados a redigir matérias originais – embora mantendo a apuração, e complementando com dados factuais e contexto histórico.

Os diversos processos de digitalização do trabalho nas redações aumentaram a facilidade de manipular o conteúdo jornalístico. Primeiro, nos anos 1980, a redação e a edição do texto, e a composição da página abandonaram o papel e passaram a ser executadas eletronicamente. Na



década seguinte, a transmissão do material trocou os meios analógicos pelos digitais. Assim, o trabalho dos redatores foi substancialmente alterado, pois o “corte-colagem eletrônico”, muito mais ágil, libera tempo e recursos para a apuração feita a distância, de dentro da redação.

Hoje o redator tem uma participação infinitamente mais ativa na captação de informações integradas ao texto final. Seu terminal de computador é uma porta que lhe dá acesso à internet. Por meio dela, ele descobre textos de especialistas, passa a entrevistá-los por telefone ou *e-mail*, acrescenta informações geopolíticas obtidas em atlas e enciclopédias *on-line*, recebe de centros de estudos estratégicos *newsletters* periódicas que alertam para a existência de um assunto que será objeto de uma abordagem superficial ou será ignorado por parte das agências de notícia. O redator continua obviamente a trabalhar com os telegramas das agências de notícias. Mas essa é apenas uma parcela de suas atribuições. Ele também apura, ele também entrevista, ele se tornou uma das antenas por meio das quais a editoria tem acesso à parte das informações que publica.⁵⁷

O volume de conteúdo (informações brutas, imagens, notícias prontas) aumentou, em escala incalculável, as possibilidades de fontes se ampliaram exponencialmente e o próprio território de cobertura das editorias de Inter agora atinge virtualmente todo o planeta. Além disso, na medida em que esse fluxo é potencialmente de mão dupla (se o veículo em que o jornalista trabalha tiver uma vitrine nesta rede, como um *website*), o próprio público receptor também está enormemente ampliado, já que estes mesmos indivíduos conectados às redes terão acesso ao material produzido nas editorias.

No entanto, os jornais e revistas ainda não espelham este fenômeno em suas páginas. Na realidade, as práticas de construção da notícia dentro das redações continuam e as origens privilegiadas de informações ainda são fundamentalmente as agências de notícias transnacionais, a imprensa do Primeiro Mundo e, quando disponíveis, os correspondentes no exterior.

Por quê? Ainda que não haja uma resposta única e clara para esta situação aparentemente contraditória, há vários caminhos para se percorrer



na busca por uma compreensão do problema, dos quais se podem destacar pelo menos três.

1) Nos últimos anos, a coqueluche do *downsizing* (redução de pessoal e custos operacionais), da flexibilização das relações trabalhistas, da sinergia de formatos e de outras inovações administrativas de orientação neoliberal contaminou as empresas de mídia, levando à redução generalizada das equipes editoriais, ao mesmo tempo em que aumentou a exigência por maior rapidez de produção de “conteúdo” (novo jargão para designar o produto do trabalho jornalístico, agora não necessariamente noticioso, cf. MORETZSOHN, 2002) para uma gama mais ampla de destinações finais – jornal, rádio, *website*, tudo integrado a partir de uma mesma fonte geradora de material publicável – levando os redatores e editores a privilegiarem as vias mais rápidas, fáceis e cômodas (e supostamente confiáveis) para “embrulhar e mandar” seu trabalho.

2) A concentração corporativa da mídia, com um número cada vez maior de fusões e aquisições nos últimos anos, veladamente combate e tenta desacreditar os meios contra-hegemônicos, atribuindo-lhes pechas de “alternativos” e buscando monopolizar a credibilidade informativa por meio de um raciocínio tautológico que considera o público quantitativamente atingido como certificado de confiabilidade.

3) A própria cultura e a ideologia individual de cada profissional podem levá-lo a preferir determinadas fontes (como as “oficiais”) em detrimento de outras, por preconceito ou desconhecimento, ou por limitações como o idioma ou a ignorância sobre particularidades de determinadas regiões do mundo.

Esse ponto tem particular relevância, por exemplo, no que se refere ao próprio tratamento dado à informação internacional na imprensa dos países em desenvolvimento. Várias pesquisas mostram que o responsável por este setor, muitas vezes por carências de formação, não dá um aproveitamento mais adequado ao material informativo disponível por desconhecer as circunstâncias e antecedentes que cercam determinados acontecimentos e sua importância para o país ou por estar incapacitado para examinar criticamente o material recebido das agências. Produzem-se, então, supressões, cortes, falta de enriquecimento



do material com dados adicionais para melhor ilustração do leitor etc.⁵⁸

O conjunto destes fatores converge para uma estrutura de condições de produção que favorecem a aplicação da chamada “lei do menor esforço” ao trabalho jornalístico, o que por sua vez sustenta e perpetua a dependência do material fornecido pelas agências. Esta situação já havia sido detectada por fontes insuspeitas, como os analistas de mídia norte-americanos Stevenson, Cole e Ahern, em 1980:

A similaridade no perfil das notícias internacionais da maioria dos países sugere que a influência das agências de notícias e da mídia ocidental jaz em sua capacidade para fornecer notícias a) no momento oportuno, e b) de uma forma que pode ser usada universalmente com um mínimo de trabalho editorial. Parece que os editores locais podem e, em certa medida, o fazem acrescentar uma perspectiva local às notícias internacionais. Mas em quase todos os casos, incluindo os Estados Unidos, o perfil da mídia é na prática uma amostra aleatória do perfil das informações proporcionadas pelas agências. Isto indica que, dadas as limitações de tempo e espaço que têm os editores de todo o mundo, tomam o caminho da menor resistência no uso dos serviços telegráficos.⁵⁹

E também por John Hohenberg, professor da Columbia School of Journalism e administrador do Prêmio Pulitzer, no mesmo ano:

O hábito de depender das agências é insidioso. Por serem capazes e dignas de confiança, é fácil ao editor do jornal recorrer a elas nas coberturas nacionais e internacionais, escravizando a sua consciência com a desculpa de que não tem pessoal suficiente. Quase que de forma automática, a mesma desculpa vale quando se trata de dar cobertura a casos legais e ao governo estadual. Assim, a reportagem geral sobre notícias importantes estaduais e nacionais tende cada vez mais a passar para o domínio das agências de notícias, embora os grandes jornais realizem ainda o trabalho que o público deles espera.⁶⁰

Ressalte-se que, no Brasil, o debate da Nomic em toda sua trajetória (da ascensão ao esquecimento) aconteceu paralelamente com o processo de abertura “lenta, gradual e segura” que orientou a vida política nacional entre 1974 e 1985. O mesmo período também viu a modernização da imprensa, com o abrandamento progressivo da censura e a informatização das redações dos grandes veículos (ABREU, A.A., 2002). Junto com isto, ocorreu também uma mudança da lógica produtiva dos jornais, provocada pelo aumento da concorrência empresarial com o fortalecimento do setor privado (representado pelos anunciantes) no período anterior, dos anos 1950 ao Milagre Econômico de 1969-1973. O *marketing* passou a ditar regras, e o editorial foi forçado a se adequar às “exigências do mercado”. A lógica comercial passou a orientar o processo de construção da notícia, alterando significativamente o discurso adotado pelo noticiário (ABREU, J.B., 2005). A dicotomia entre o jornalismo “popular” – de apelo patético, dramático, sensacionalista – e o jornalismo “elitista” – intelectual e combativo, até a década de 1950, depois eminentemente informativo – que marcara historicamente a imprensa brasileira desde a sua fundação, começou a se desfazer. Como resultado, o discurso do noticiário como um todo (inclusive o *hard news*, que até então se mantivera mais ou menos imune) passou a privilegiar temas e pautas de grande impacto e apelo comercial, abrindo maior espaço na pauta para o *faits-divers* e utilizando com menor pudor o tom dramático para “esquentar” (quando não requentar) notícias (ABREU, A.A., 2002).

No noticiário internacional, este processo significa pelo menos duas conseqüências: 1) o predomínio de notícias “quentes” e de forte apelo emocional (de conflitos armados até desastres ambientais) em detrimento da análise e do acompanhamento cotidiano da diplomacia e movimentos estratégicos da geopolítica internacional, considerados “frios” ou “lentos”; 2) o espaço privilegiado aos “personagens” e “tramas” que já façam parte do universo referencial do público. A inserção de novos personagens que estejam fora deste universo (majoritariamente no Terceiro Mundo) exige tempo (de produção) e espaço (de papel) para contextualizar cada nova situação apresentada. Isso significa que, sob as condições atuais de produção, é mais difícil introduzir um novo país ou assunto na pauta, exigindo-se um componente patético forte para fazê-lo (e outras condicionantes similares para que não seja re-excluído logo depois).



Nesse ponto, a comunicação em redes pode ser um instrumento prático para reverter o quadro: à medida que possibilita ao repórter de Inter um acesso mais próximo a fontes e personagens de fatos distantes, permite incluí-los na pauta com maior facilidade e também encontrar no “resto do mundo” fatos que tenham carga apelativa suficientemente forte ao mesmo tempo que valor informativo fora do escopo das agências.

Esse efeito “descentralizador” previsto caracterizou as conjecturas da “aldeia global” de McLuhan e ficou evidente no trabalho de autores como Hiltz e Turoff (1978), que descreveram os novos EUA como uma *network nation* (país em rede). Entretanto, autores recentes como Heather Menzies (1989) e Vincent Mosco (1989) demonstram a desqualificação dos trabalhadores, a centralização dos processos decisórios e outros efeitos centralizadores das tecnologias eletrônicas. Longe de produzir uma nova “era da informação” democratizada, pós-industrial, argumentam estes autores, o novo comércio da mercadoria informação apenas resultou num refinamento dos métodos da sociedade industrial e da economia de mercado.⁶¹

Apesar de todas estas dificuldades, a necessidade de se renovar as formas de produzir o noticiário e de aplicar as NTICs para diversificar os fluxos de informação é agora mais premente do que jamais foi. São, paradoxalmente, os mesmos fatores que aumentam a pressão sobre os profissionais de redação e constroem o uso exploratório da comunicação em redes os que criam a demanda para colocar em prática este uso o mais rápido possível.

O modelo de redações esvaziadas – ou, para aplicar o eufemismo administrativo, “enxutas” – para produzir o mesmo produto (ou até mais de um, no caso das “sinergias”) exige o desdobramento do profissional em várias funções (de pauteiro, repórter, redator a fechador) impossíveis de realizar com deslocamento físico. Ora, a comunicação em redes entra exatamente aí, permitindo o alcance de fontes primárias de informação a despeito das distâncias físicas e sociais. As editorias espremidas clamam por se expandir, o que pode ser feito com o emprego criativo das NTICs, como será detalhado no próximo capítulo.



Jornalismo internacional em rede: caminhos e atalhos

O impacto das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação sobre o jornalismo tem sido analisado por incontáveis trabalhos acadêmicos, artigos em observatórios de mídias, *blogs* de jornalistas e em colunas nos próprios jornais. Em muitos casos, impera uma auto-reflexão que põe em xeque o próprio papel do jornalista profissional numa época em que a informação se pretende um bem universal e que o público leitor tem à mão *quase* as mesmas fontes que os repórteres. A esmagadora maioria das abordagens sobre as NTICs no jornalismo – pelo menos no Brasil e no círculo ibero-americano –, porém, trata de apenas um aspecto deste impacto: o da publicação. Em outras palavras, tratam muito do jornalismo produzido para a web, para a internet, para as redes de comunicação, o *output* da profissão, e negligenciam o *input*, a aplicação das mesmas redes no processo de pauta, apuração, redação e edição.

Poucas são as pesquisas e reflexões que se voltam para o uso instrumentalizado dessas novas tecnologias no fazer jornalístico. E, destas, muitas têm-se voltado para formas de jornalismo não-profissional, deixando de lado as redações dos veículos em benefício de práticas amadoras supostamente libertárias. No entanto, este é o aspecto que guarda mudanças reais e potenciais pelo menos tão importantes quanto o da publicação, na medida em que o jornalismo produzido *em* redes – e o Jornalismo Internacional em particular – integra muito mais nós da sociedade do que o jornalismo apenas feito *para* redes.

Do jornalismo na rede ao jornalismo feito em redes

Para grande parte das pessoas, variando de leigos a pesquisadores, de usuários a curiosos, de profissionais a estudantes de comunicação e ciências humanas, a expressão “jornalismo em rede” geralmente remete a Jornalismo On-line, Webjornalismo ou Jornalismo Digital, três termos aparentemente similares para o jornalismo feito para mídias digitais, seja ele *off-line* – veiculado em mídias físicas, como CDs-ROM, ou circuitos

internos de monitores – ou *on-line* – veiculado por comunicação mediada por computadores, como as mensagens eletrônicas e a principal interface gráfica da internet, a World Wide Web. Embora sejam tomados como sinônimos, há variações. Como o último tipo é, atualmente, a face mais visível, pensa-se em todos eles como definições de jornalismo para Internet. No entanto, é necessário lembrar que, antes do uso disseminado da grande rede, já havia o uso de meios digitais para a veiculação de notícias, fossem eles “conectados” (como os BBS, Bulletin Boards Systems, relativamente populares no Primeiro Mundo até meados da década de 1990) ou desconectados, como publicações distribuídas em CD-ROM.

Desta mídia, inclusive, o Brasil teve uma publicação pioneira e exemplar: a revista *Neo*, publicada pela editora Próxima Mídia Interativa entre 1994 e 1996.

Mas este é um dos três conceitos possíveis, embora completamente distintos, para a expressão “jornalismo em rede”. O segundo, ainda menos popular porém já ganhando espaço entre pesquisadores e ativistas das mídias digitais, é o Jornalismo Cidadão – tratado em português brasileiro como Jornalismo Colaborativo, em português europeu como Jornalismo Participativo, ou ainda em inglês norte-americano como *Citizen Journalism* ou *Networked Journalism*. Para profissionais da área nos EUA e no Canadá, estes dois termos são apenas duas nomenclaturas para a mesma idéia: o jornalismo construído de forma coletiva por pessoas comuns que, interligadas em rede, produzem conteúdo informativo a partir da troca de textos, imagens e sons produzidos por eles mesmos. São exemplos desta atividade portais como o OhMyNews⁶², o WikiNews⁶³, o NewsCloud⁶⁴ e o conhecido Centro de Mídia Independente⁶⁵, além dos brasileiros Overmundo⁶⁶ e BrasilWiki⁶⁷, nos quais a pauta, a apuração e a redação, além das ilustrações, ficam a cargo dos próprios usuários. Em alguns deles, sobrevive a figura de um editor humano que finaliza o material recebido, de fato *editando*, cortando e organizando o conteúdo, enquanto, em outros, a edição cabe a um sistema de inteligência artificial que hierarquiza automaticamente as matérias de acordo com a visita recebida por cada uma⁶⁸. Num terceiro tipo, a própria edição é feita em caráter colaborativo, no que se tem chamado de *Open Source Journalism* (Jornalismo de Código Aberto). Em resumo, o conteúdo é produzido

por quem o consome, quebrando a diferença entre jornalista e leitor, *webmaster* e usuário, e, em última análise, dispensando o profissional encarregado da “construção da notícia”.

Para defensores da idéia, trata-se da tão adiada tomada do controle da mídia pelo conjunto da sociedade, sem distinção de classe ou nível de instrução formal, sem impedimentos corporativos ou comerciais, na produção de notícias que se atenham aos fatos por observação e dêem conta da diversidade de opiniões, pontos de vista e discursos. O Jornalismo Cidadão pode ser visto como produto de abordagens libertárias (ou “libertarianistas”) das redes, desconfiadas de toda forma de regulamentação e controle. Nesta visão utópica, a nova imprensa é construída por repórteres-cidadãos que observam os fatos em suas esquinas e publicam-nos para o mundo. Seria o *glocal* (do lema “think global, act local”) a serviço da comunicação de massa.

Já opositores enxergam nisso um sério risco à credibilidade da imprensa e à própria sobrevivência da profissão, pois, além de colocar a produção de conteúdo nas mãos de amadores, ainda ameaça o já deficitário mercado de vagas para jornalistas profissionais. Para prevenir a acusação de corporativismo, pode-se lembrar que, assim como anarquia não é sinônimo de democracia – pelo menos a do modelo representativo –, a falta de controle sobre a produção de conteúdo da mídia não é sinônimo de trabalho jornalístico.

Convém ressaltar que não existe, nos EUA e na imensa maioria dos países do mundo, a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo, como tampouco a idéia de que a profissão depende de técnicas e procedimentos que só a universidade e a experiência em redações de veículos são capazes de ensinar. A noção do senso comum, lá como aqui, é a de que para ser um bom jornalista basta saber escrever. E é esta idéia não necessariamente verdadeira que, para uma minoria mais exaltada, orienta e estimula o *Jornalismo Cidadão* não apenas como complementar, mas como futuro substituto do jornalismo profissional.

Finalmente, um terceiro significado possível para a expressão “jornalismo em rede” é o que se adota neste trabalho: um jornalismo profissional construído em redes, utilizando as NTICs para alcançar a informação na origem, vencer barreiras antes intransponíveis, diversificar fontes no



noticiário, abrir novos canais de comunicação e, finalmente, expandir a mediação intercultural ao nível global.

Instrumentos e ferramentas

Como visto no capítulo anterior, a convergência é tendência predominante no paradigma tecnológico pós-industrial. Na prática, isso significa que as ferramentas de trabalho do jornalista estão agora integradas e se complementam para a articulação do fluxo informativo em redes. Um exemplo prático: o telefone foi e continua sendo um instrumento essencial no jornalismo diário, particularmente na editoria Internacional, que nem sempre trabalha com a reportagem de campo, como vimos. A diferença agora é que a telefonia móvel e via satélite se estendeu para a quase totalidade do planeta e as conexões são mais fáceis de se obter. Além disso, o volume de informações disponível na Internet inclui números de telefone, localizáveis por ferramentas de busca. Por sua vez, o próprio contato telefônico pode remeter a outros contatos, como no exemplo descrito no capítulo anterior.

A convergência tecnológica atingiu todos os processos de produção do jornalismo impresso. Na impressão, as rotativas passaram da lino tipia ao *offset* e hoje são operadas por sistemas computadorizados que recebem os desenhos de páginas prontos e digitalizados. A transmissão de dados trocou o telégrafo por cabos e por emissão de ondas de rádio e integrou telefonia, teletipia (e o telex, convergência dos dois anteriores), radiofoto e fax na rede global de telefonia digital, tanto terrestre/fixa quanto móvel e via satélite. O registro e a reprodução gráfica deixaram a fotografia analógica (e fotocópias, fotolitos) em proveito da digitalização da imagem no rastreamento (*scanners*) e na captação (câmeras digitais). O mesmo ocorreu com o som, das fitas cassete aos gravadores digitais. E a distribuição, como já visto antes, foi a mais visivelmente beneficiada, passando da dependência logística (transporte de produtos tangíveis) à integração da radiodifusão, teledifusão, correio eletrônico e publicação no mesmo meio convergente “multimídia”.

A informatização e a digitalização também ajudaram a reduzir custos operacionais: câmeras fotográficas e gravadores, por exemplo, exigiam uso de películas e fitas magnéticas que seus equivalentes digi-





tais dispensam. O mesmo vale para a quantidade antes incomensurável de papel empregada para a diagramação, o telex e outros processos hoje integrados no suporte eletrônico. Até mesmo os anúncios, antes entregues pré-impessos e compostos manualmente com o conteúdo editorial, são hoje enviados eletronicamente para inserção no “espelho” (estrutura das páginas).

Em todos estes casos, a linha geral da evolução tecnológica segue a tendência de diminuir progressivamente a manipulação física do conteúdo, tornando o produto cada vez mais intangível. De uma época em que o texto era batido sobre papel em máquinas de escrever, reproduzido na oficina gráfica e composto em chapas de alumínio soldadas na hora, o jornal agora não existe materialmente até a hora da impressão: passa de computador em computador até chegar à rotativa.

É imperativo salientar que, neste conceito de rede adotado, a internet exerce um papel preponderante, porém não solitário. As redes pré-digitais, como radioamadores e círculos de correspondência, continuam ativas e agora têm seus nós ligados às redes digitais. A internet funciona, para alguns, como uma plataforma de convergência de mídias, como um “ambiente” e para outros como uma mídia em si mesma. Seja como for, para a rotina produtiva do jornalista, a internet pode ser considerada não uma ferramenta, mas uma caixa de ferramentas.

Estas incluem a principal interface gráfica da rede (World Wide Web), com páginas, portais, *websites*; o correio eletrônico (*e-mail*) e as listas de discussão; os grupos de discussão (*newsgroups*) como a antiga UseNet e os fóruns ou murais (*message boards*); a transmissão de áudio e vídeo (*streaming*), seja ao vivo (*livestream*) ou pré-gravada e “assinada” para atualizações (*podcasting*); e as conversas em tempo real (*chat*), por meio de canais do sistema IRC (Internet Relay Chat), webchat e mensageiros instantâneos (ICQ, MSN, GTalk).

As mais conhecidas destas ferramentas são, sem dúvida, a *web* e o *e-mail*. A interface gráfica foi desenvolvida em 1990 no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN em francês), na fronteira entre a França e a Suíça, e usa documentos produzidos em linguagem de hipertexto para exibir informações, enquanto o correio eletrônico, criado em 1961 no Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT em inglês), usa os

protocolos SMTP e POP3 para trocar arquivos e mensagens entre usuários de diferentes terminais. Ambas as ferramentas precederam a internet propriamente dita, mas também impulsionaram sua popularização quando a “rede de redes” passou a integrar os sistemas preexistentes nos quais funcionavam.

Para o Jornalismo Internacional, o correio eletrônico revolucionou a forma de contactar fontes, informantes e personagens para as matérias. Na apuração a distância, até meados dos anos 1990, praticamente o único meio de comunicação disponível era o telefone, com todos os seus problemas – linhas ocupadas, cruzadas, não atendidas ou que caíam; recados que não chegavam; enganos e som às vezes ininteligível, além do alto custo das ligações internacionais. O *e-mail* veio representar um grande facilitador para atingir pessoas em outros países, incluindo o fato de não depender da sincronia (a pessoa lê e responde quando puder, o que ajuda no caso de fusos horários distantes) e, no caso dos *webmails*, poder ser acessado de qualquer ponto conectado à internet.

A *web*, por sua vez, reúne e formata numa interface interativa os conteúdos informativos de instituições e indivíduos, não só em texto, mas também em áudio, imagens estáticas e vídeo. Ela serve para publicar documentos, inclusive oficiais, para acesso universal (por exemplo, o *website* da ONU agora publica relatórios aos quais antes só o correspondente do jornal em Nova Iorque teria acesso). O conteúdo da *www* abriga desde obras de referência – como enciclopédias, dicionários, atlas e catálogos – até *websites* individuais institucionais de toda sorte. Um grande diferencial do suporte eletrônico e *on-line* em relação a fontes convencionais, como os impressos, é a sua capacidade de rápida atualização, às vezes instantânea, o que facilita a checagem de dados e números.

Mas talvez a maior vantagem da *web* para o Jornalismo Internacional seja que o fato de servir como *output* (mídia de publicação) impulsionou o Jornalismo On-Line em diversos outros países. Com isso, o acesso a veículos de outros países (que, como já vimos, são fontes indispensáveis para a *Inter*), que antes só era possível para os enviados e correspondentes *in loco*, está agora disponível para a redação. Além disso, o caráter multimídia permite a visualização de TVs e rádios (ou *webTVs* e *webrádios*) estrangeiras que antes só podiam ser captadas

quando transmitidas em ondas curtas para o Brasil ou (a partir dos anos 1990) disponíveis em canais por assinatura. Com a adoção dos padrões digital de rádio e televisão, o número de canais disponíveis tende a se multiplicar, incluindo ainda emissoras de caráter comunitário e “alternativo” no leque de opções do espectador-jornalista.

Não só as edições eletrônicas de veículos estrangeiros na *www*, mas outras formas de *output* também ampliam o leque de fontes disponíveis ao repórter-redator de Inter: o *streaming*, que é a reprodução à medida que o computador descarrega o conteúdo a partir do servidor, e o *podcasting*, sistema de “assinatura” de conteúdos, que os descarrega para o computador ou receptor portátil (como *iPods*) quando são atualizados. Ambos os sistemas já são usados tanto em sites de grandes veículos internacionais, como a BBC e a CNN, quanto de “blogueiros” individuais. Isto pode ser utilizado por um jornalista que cubra constantemente um tema (por exemplo, uma guerra em andamento) e receba diretamente informações de primeira mão à medida que houver novidades (seguindo o exemplo, de um *blog* de um morador da zona de conflito que contenha relatos de guerra).

O conceito de “Web 2.0” – uma interface cujo conteúdo é alimentado pelos próprios usuários, voluntariamente – vem permeando as iniciativas que têm revolucionado a comunicação *on-line* (ver a idéia de Jornalismo Cidadão, mais adiante). Tanto é que, em novembro de 2006, a edição da revista *Time* dedicada à personalidade do ano quebrou um paradigma e escolheu “você” – *You*, em referência ao usuário das redes – como o mais importante sujeito social; em outras palavras, o usuário que passa de receptor passivo a coprodutor de conteúdo. Além dos *blogs* coletivos, os sistemas de código aberto e conteúdo livre (como documentos em hipertexto totalmente editáveis) são formas de descentralizar a produção de informação. O já mencionado *wiki* tem sido o mais disseminado deles (pelo menos até 2006), mas não o único.

O sistema de compartilhamento de vídeos armazenados e exibidos gratuitamente em *streaming* de conteúdo livre⁶² associa a idéia *wiki* à multimídia. Embora haja diversos portais oferecendo tal serviço, o mais conhecido e com maior volume de conteúdo na época desta pesquisa era o YouTube, fundado em fevereiro de 2005 por Chad Hurley, Steve Chen

e Jawed Karim⁷⁰ em uma garagem na região do Vale do Silício. No entanto, o serviço não divulga quantos usuários registrados tem nem por quantos países estão distribuídos.⁷¹ A exemplo do conceito wiki, os vídeos do YouTube são alimentados pelos próprios usuários, e também por eles avaliados. A pessoa tem opção de fazer *upload* (enviar o arquivo de vídeo) ou fazer o portal apontar para outro servidor onde o arquivo já esteja hospedado. O conteúdo inserido pode ser de vídeos já digitalizados (como .avi e .mpeg) ou previamente gravados em formatos analógicos como VHS e Beta. Este recurso, usado em conjunto com as câmeras digitais e miniaturas em celulares, tem permitido o registro em vídeo e sua disseminação em escala global a custo praticamente zero. Embora a política oficial do portal proíba o envio de material sujeito a direitos autorais, a fiscalização não é rígida, principalmente sobre vídeos de fora dos EUA. Com isso, o YouTube virou um grande repositório audiovisual internacional, incluindo um inigualável acervo de vídeos e filmes históricos – um museu da imagem e do som global.

Embora a imensa maioria deste volume seja de amenidades, humor e peças de vaidade pessoal, há uma parcela considerável de valor informativo e recente. Como a atualização dos vídeos é constante (o YouTube afirma ter 65 mil *uploads* diários⁷²), muitas vezes inclui imagens de fatos em andamento, possibilitando a cobertura imediata. É possível “assinar” os vídeos de determinados usuários como *podcasting* para ser notificado assim que uma novidade vai ao ar. Além disso, a função de memória do *streaming* de conteúdo livre é evidente ao permitir a consulta a imagens de história recente registradas em filme e vídeo (como cenas de batalhas da Segunda Guerra ou do Vietnã, ou o bombardeio da Otan à Iugoslávia em 1999).

Usuários que dispunham deste material pré-gravado se deram ao trabalho de digitalizá-lo e colocá-lo no portal. Há ainda outros produtos audiovisuais informativos ou mesmo paradidáticos, como pequenos documentários e apresentações estilo *Power Point* feitos especificamente para o meio *on-line*. Para o Jornalismo Internacional, a utilidade deste recurso é dupla: não só memória audiovisual como também acesso direto a material audiovisual de outros países. Com o YouTube, é possível assistir a documentários, reportagens de telejornalismo, programas de televisão, clipes musicais, anúncios publicitários, filmes de curta-metragem e

diversos similares antes inatingíveis a distância, sem depender de um correspondente que assista à TV local. De sua cadeira na redação, o jornalista pode ver imagens úteis para sua apuração, captadas direto na fonte e sem precisar esperar pela geração da CNN ou BBC, sequer da Al Jazira.

Exemplo muito prático da utilidade do YouTube nas editorias Inter é a cobertura de eleições em outros países: atualmente, vários dos programas de campanhas dos candidatos na TV são colocados no portal, muitas vezes na íntegra. Com isso, o repórter-redator pode escutar as promessas da boca do próprio candidato, avaliar seu discurso, suas atitudes e até a estética de campanha adotada, com suas cores, símbolos e *jingles*. A citação destes elementos é sempre enriquecedora de matérias de Inter, mas antes dependia de correspondentes *in loco* ou repórteres de agências que tomassem a iniciativa de descrevê-los. Já com o *streaming* de conteúdo livre, a liberdade do jornalista na editoria fica evidente.

Para o Leste Europeu, especificamente, impera uma peculiaridade do Direito Internacional que ajuda a disseminação de material histórico: como vários estados da região deixaram de existir a partir de 1991 – como a União Soviética, a Iugoslávia e a Tchecoslováquia –, a autoridade que abrigava os direitos autorais destes países também foi extinta. Com isso, todos os trabalhos produzidos sob estas jurisdições caíram em domínio público, mesmo no caso de estados-sucessores, como a Rússia e a Sérvia.

Obviamente, a barreira da língua continua sendo um problema, já que os vídeos estão nos idiomas originais, sem legendas ou traduções. Para cobrir a política de nações da Ásia ou da Oceania, isto pode ser um impeditivo, mas no caso de países e línguas mais próximos e inteligíveis, o *streaming* de conteúdo livre certamente tem amplo potencial. Durante o longo ciclo eleitoral de 2005-2006 na América Latina (que incluiu campanhas presidenciais importantes como Bolívia, México, Peru, Equador, Nicarágua, Brasil e Venezuela e ajudou a redesenhar o mapa geopolítico da região), os programas televisivos de vários candidatos de todas as posições ideológicas foram digitalizados e carregados no YouTube. Ainda assim, não se encontrou nenhum caso de uso desse recurso nos jornais analisados para esta pesquisa.

Além destas formas de *output* reaproveitadas para *input* (o que já existia antes, conhecido no jargão como “chupar”), as tecnologias de comunica-

ção em redes incluem também ferramentas de apuração diretamente nas fontes originais das notícias. O já citado *e-mail* é complementado pelos programas de troca instantânea de mensagens (dos quais são mais famosos o ICQ, MSN e o GoogleTalk) e para os recentes sistemas de “telefone virtual” baseados em protocolos de voz-sobre-IP ou VoIP (dos quais o Skype é o mais difundido). Todos servem para fazer entrevistas, com o facilitador adicional de permitir a anotação/transcrição automática do conteúdo (no caso da voz-sobre-IP, isso pode ser obtido com softwares de reconhecimento de voz, que também servem para entrevistas gravadas em som digital).

Outros aplicativos permeiam a internet e complementam *websites* e os recursos citados com maneiras inovadoras de processar a informação. Um deles é o GoogleEarth, um *software* de navegação por mapas tridimensionais gerados a partir de fotos de satélite de altíssima resolução.

Com o programa, o usuário pode simular visões “aéreas” e de relevo de praticamente qualquer ponto do planeta, em níveis de detalhamento antes só disponíveis para instituições de pesquisa geoespacial. O GoogleEarth não “descarrega” todo o mapa mundi para o computador, mas acessa uma base de dados na qual as fotos e a “renderização” (simulação) do relevo estão contidos à medida que se passeia pelo mapa, dependendo do nível de precisão requerido (sendo que algumas áreas, como cidades e concentrações metropolitanas, permitem aproximação em escala maior).

Embora as imagens sejam estáticas e desatualizadas (às vezes em anos, dependendo do local), a ferramenta é útil em inúmeros casos para a cobertura internacional, desde para auxiliar a criação de infográficos até a própria descrição, no texto, dos locais onde se ambienta a notícia. A partir dela, um redator pode, por exemplo, descrever detalhadamente um cenário de campo de batalha, indicando com precisão distâncias, direções, acidentes geográficos, vegetação e posicionamento de tropas. Sites como o GoogleMaps⁷³, Placeopedia⁷⁴ e a Wikimapia⁷⁵ já integram a base de dados das fotos de satélite a enciclopédias *on-line*, criando legendas que indicam prédios e ruas, nas plantas urbanas, além de hidrografia e relevo, nos mapas de zonas inabitadas.

Um método também inovador mas que independe da internet (embora seja facilitado por ela) é a CAR, sigla em inglês para *Computer-Assisted*

Reporting, ou Reportagem Assistida por Computador. A técnica, na qual o jornalista estadunidense Philip Meyer foi pioneiro, é especialmente útil para análise de grandes volumes de informações, bancos de dados e cruzamentos de cadastros. De certa forma, é uma aplicação dos métodos de pesquisa e análise de dados das ciências sociais, mas com o uso da informática para agilizar a manipulação de informações e adequá-la ao ritmo do jornalismo diário. Na Inter, a CAR é útil, por exemplo, para analisar tabelas volumosas contidas em relatórios de organizações multilaterais, mas jamais substitui a observação humana (isto é, pode ajudar, mas nunca dará o lide pronto).

Essas técnicas de reportagem têm sido pesquisadas desde o final dos anos 80, quando a velocidade dos processadores em computadores pessoais já era alta e as conexões de internet já permitiam baixar uma quantidade considerável de planilhas com dados estatísticos. (...) tal exercício independe da chegada ao meu terminal de um telegrama da Associated Press ou da Reuters.(...) Insisto que não se trata de acessar um *website* e utilizar suas informações, mas de combinar informações obtidas em *websites* diferentes (...). A consulta ao arquivos foi e continuará a ser um diferencial entre o jornalista preguiçoso e o jornalista eficiente. Mas, se alguns anos atrás essa consulta se dava por meio de pastas e recortes de jornal, a informatização, presente na maioria dos jornais de médio porte, permite que a partir de nossos próprios terminais possamos fazer essa mesma pesquisa, com muito maior rapidez e eficiência.⁷⁶

O maior diferencial destas ferramentas na aplicação prática em relação às tecnologias precedentes é que, além de agilizarem o trabalho, permitem a multiplicação do número de fontes disponíveis. Os despachos de agências, os jornais estrangeiros assinados e a TV ligada na redação (talvez agora em forma de uma janelinha como webTV) continuam úteis, mas o redator-repórter de Inter não mais depende deles para realizar sua apuração a distância.

Ressalte-se que a função de input é uma ferramenta para apuração, checagem e edição, mas jamais substitui o trabalho de reportagem de campo, que na Inter cabe aos correspondentes.

É curioso que, enquanto alguns destes modos são ainda desconhecidos ou negligenciados para o uso na redação, outros estão suficientemente disseminados e popularizados entre os jornalistas. Nos jornais pesquisados, repórteres já usam o *website* Orkut, portal de relacionamentos e comunidades virtuais, como ferramenta para buscar pautas, personagens e dados, principalmente nas pautas de comportamento.

Ressalte-se, obviamente, que o grande volume e a diversificação de fontes das informações circulantes na Internet são justamente um limitador da sua credibilidade – pois, lado a lado com notícias de origem verídica, podem ser transmitidos boatos e mentiras intencionais. Entretanto, o que se considera fonte útil para o jornalista de Inter são extensões ao meio eletrônico de instituições previamente legitimadas, como *websites* de jornais e revistas consolidados em outros países ou de movimentos sociais organizados. Caberá aos repórteres e editores o julgamento da “seriedade” de cada fonte, como parte inexorável das funções da profissão. Isso não quer dizer, porém, que o *gatekeeping* seja mantido inalterado: a seleção de quais vozes terão lugar no noticiário, antes feita fora da alçada da editoria (nas agências, principalmente), agora está nas mãos do jornalista dos veículos.

Nos três jornais pesquisados cujas condições de produção foram descritas no Capítulo 1 – *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil* –, as fontes tradicionais de informação (agências e veículos estrangeiros) são usadas nas editorias de Internacional em conjunto com buscas na *web*, contatos por *e-mail* e a leitura freqüente de *websites* da mídia internacional. São pouco ou não usados, porém, os demais recursos citados, embora estejam disponíveis. Nenhum dos três faz uso de *streaming* ou *podcasting* para obter informações, nem de VoIP para entrevistas. A CAR é incentivada em *O Globo* e na *Folha*, mas reservada para as dominicais por questão de tempo. O *JB*, mais uma vez, é o que mais inova na aplicação de NTICs, pois estimula o uso do correio eletrônico e mensageiros instantâneos para obter contatos, embora mantendo o telefone como meio preferido para entrevistas. Também é o jornal que mais utiliza material de fontes “alternativas”, como a mídia local e anti-hegemônica nos países pautados, geralmente obtidas pela *web*.

Assim, podemos classificar as fontes utilizadas pelas editorias de Inter em pelo menos três tipos: 1) as tradicionais, 2) as novas e já plenamente

utilizadas, e 3) as fontes novas potencialmente úteis mas ainda não utilizadas. O primeiro tipo inclui as agências e a reprodução de material da mídia estrangeira; o segundo se limita apenas ao *e-mail* e à *web*, primordialmente para acessar conteúdo de outros veículos estrangeiros; e o terceiro inclui *podcasting*, *streaming*, *chats* e mensageiros instantâneos para localizar e entrevistar fontes primárias. Os dois últimos correspondem em larga medida às duas classificações de uso das redes no jornalismo identificadas por Machado é (2002; 3):

Um diagnóstico do sistema de produção do jornalismo nas sociedades contemporâneas revela a existência de dois tipos diferentes de uso das redes telemáticas. No primeiro, as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos para os meios clássicos, ainda abastecidos com métodos clássicos de coleta de dados, enquanto que, no segundo, todas as etapas do sistema jornalístico de produção - desde a pesquisa e apuração até a circulação dos conteúdos - estão circunscritas as fronteiras do ciberespaço. Sem incorporar as particularidades do jornalismo digital, o primeiro modelo representa a aplicação do conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso dos conteúdos das redes nos meios convencionais sem alterações essenciais no conjunto das práticas de todos profissionais dentro das redações.⁷⁷

Novo Jornalismo *versus* novas notícias

O fato de as redes telemáticas e as NTICs ainda estarem muito aquém de sua potencial aplicação na produção jornalística é um empecilho para a construção de uma nova práxis na profissão. Machado (2002; 2) ressalta que “a escassa incorporação pelo conjunto dos jornalistas das potencialidades oferecidas pelos computadores para a execução das tarefas diárias (...) demonstra o descompasso entre o mapeamento conceitual do fenômeno e as demandas da prática profissional”. Para o autor, o computador nas redações era e ainda é “usado para processar o texto, ocupando função secundária nas atividades cotidianas de apuração” (idem).

É curioso que esta subutilização dos recursos disponíveis se dê justamente no momento em que se fala de crise do jornalismo impresso

(COLOMBO, 1997; MEYER, 2004; KOTSCHO, 2004; KUCINSKI, 2005). Os sintomas de tal crise, segundo estes autores, são, entre diversos outros:

- a) a extrema semelhança entre os jornais impressos, e entre estes e os telejornais do horário nobre, no que diz respeito à seleção (pauta) e à hierarquização dos assuntos (edição);
- b) a presença excessiva de “estrelas” (figuras conhecidas do público) tanto no noticiário quanto no expediente, com multiplicação de colunas, seções fixas e espaços personalistas;
- c) a impossibilidade de o jornal diário impresso concorrer com a mídia eletrônica, pois a informação na internet fica disponível em “tempo real” e na manhã do dia seguinte já está “fria”;
- d) o leitor agora ter acesso direto às mesmas fontes de informação do jornalista;
- e) o leitor desejar um diferencial no jornal, não a repetição do que já sabe.

Para tantos destes, paradoxalmente, as NTICs são apontadas como origens dos problemas, e não como solução. Exemplo notável é o de uma agência de notícias internacional, a Thomson, que, no final de 2006, implantou “com sucesso” um sistema de redação automatizada que produz despachos em 0,3 segundo sem jornalistas (TEIXEIRA, 2006). Motivado por interpretações pessimistas destas inovações, Meyer conjectura o fim do jornal impresso nos EUA para até 2043.

Na tentativa de adiar esta data, diversas empresas jornalísticas têm privilegiado o investimento mais na contratação ou terceirização de articulistas e colunistas e menos em noticiário, cujo custo de produção é mais alto. Fatos como estes provocaram, por exemplo, o comentário de que o jornalismo brasileiro atualmente tem “mais colunas do que a Grécia Antiga” (KOTSCHO, 2004).

No mesmo sentido, jornais abrem espaço à auto-referência, aos produtos e eventos de empresas congregadas na mesma corporação, à mania dos “bastidores”. Todos estes sintomas são indicativos de que a imprensa tem buscado soluções para a “crise” cada vez mais em si própria, não no

mundo exterior. Outras saídas que vêm sendo apresentadas para estes problemas são:

- a) a valorização da reportagem “de fundo”, investigativa e individual, como fator diferencial de conteúdo;
- b) o abandono definitivo, pelo jornal, da intenção de noticiar as novidades – em lugar, deveria dedicar-se às análises, comentários, opiniões e informações de bastidores, o que seria sua “verdadeira” vocação (em outras palavras, a troca do conceito de notícia por “conteúdo”);
- c) uma roupagem estilística maior para a informação (não necessariamente notícia), capaz de “seduzir” e “prender” o leitor, incluindo apelo ao patético.

O mesmo Philip Meyer (2004) descreve a “espiral de morte” que os jornais estão percorrendo como uma série de decisões empresariais equivocadas (e, em certa medida, desesperadas), como a redução crescente do nicho de leitores e das equipes, o que leva à queda de circulação e de publicidade, por sua vez retornando o ciclo de encolhimento. A solução para romper a espiral, sugere, pode estar no caminho contrário – o investimento maior na redação e na qualidade do noticiário como fator impulsionador de vendas e assinaturas.

Segundo o “Modelo de Influência do Jornalismo” do autor, um bom jornal necessariamente vende mais: “Uma mensagem publicitária vale mais se aparece num ambiente de credibilidade e respeito. O apelo deste conceito é fornecer justificativa econômica para a qualidade jornalística”, argumenta.

Uma outra proposta que tem sido apresentada por determinados jornalistas, colunistas, artistas e professores universitários como atendimento a todas estas demandas é a adoção do *New Journalism*, um estilo desenvolvido nos EUA ainda na década de 1960 por escritores como Truman Capote, Tom Wolfe, Hunter Thompson e Gay Talese, que usavam o cotidiano para dar vazão às suas verves literárias. (Ver CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, Série Estudos, nº 7) Entre as características deste gênero híbrido entre a reportagem, a crônica e o roteiro de cinema, estão a

dramatização da narrativa; os eqüenciamento por meio de cenas, e algumas vezes na linearidade cronológica, para criar efeitos de suspense (o que equivale, no jargão profissional, a “enterrar o lide”); a adoção de um ponto de vista ou *locus* narrativo evidente (como o próprio repórter ou um dos personagens), em oposição ao narrador “oculto” do jornalismo convencional; transcrição dos diálogos de forma “naturalista”, em lugar das citações diretas e selecionadas; e o destaque a detalhes e elementos do cotidiano, em substituição a generalizações e descrições globais.

O *New Journalism* nasceu principalmente entre revistas literárias estadunidenses (*Esquire*, *Rolling Stones*, *New York Magazine* e *The New Yorker*) e editoriais de Cultura, mas já tinha equivalentes no Brasil entre as próprias raízes da nossa imprensa, que desde os primórdios empregou nomes como José de Alencar e Evaristo da Veiga, e mais tarde Machado de Assis e Olavo Bilac, além de Cecília Meireles, Érico Veríssimo e Nelson Rodrigues, mais recentemente. Embora não seja exatamente novidade, então, proponentes dessa “escola” argumentam que a repetição constante de dados e números no noticiário convencional acaba gerando enfado e desinteresse nos leitores. A saída, segundo eles, seria estimular a identificação empática de leitor com personagem, nem que fosse necessário apelar ao patético como aspecto da notícia. O que não se comenta é que a exacerbação do individualismo na notícia (excesso de atenção ao “personagem” e pouco ao fato e seu contexto) caminha lado a lado com o *infotainment* e camufla ideologias individualistas, jogando para segundo plano o interesse social do jornalismo.

Pouco é percebido, no entanto, que no lugar de retroceder ao jornalismo literário, o jornal impresso pode avançar na diversificação do noticiário – tanto de temas quanto de fontes às quais dar voz. Especialmente no campo do Jornalismo Internacional, o leque de pautas possíveis foi tão estendido que não há mais como se queixar da falta de variedade. O diferencial para o jornal impresso estaria não no estilo personalista dos redatores, mas na inclusão daquilo que a TV e o rádio deixam de fora – por terem o constrangimento do tempo.

A vocação do impresso não deixou de ser noticiar o “quente”, até porque a questão da concorrência entre o jornal e o “tempo real” ocorre, a rigor, desde os anos 1930, com a popularização do rádio. O que existe



de novo é a multiplicidade de fontes e a facilidade de contato a distância proporcionada pela comunicação em redes, e é disso que o Jornalismo Internacional pode se aproveitar.

Esta convicção de que a saída não é um novo jornalismo, mas sim novas notícias, foi o que orientou este trabalho. Em lugar desse jornalismo que se pretende “de entretenimento” tanto no “conteúdo” quanto na forma, sugere-se um jornalismo em redes, materializando a “sociedade da informação” a partir do papel de mediação exercido pela imprensa em escala global. Redes, CAR, wiki, *podcasting* e outros recursos contemporâneos podem ajudar pauteiros a recuperar suas funções. As NTICs, desde que usadas de forma não alienada, podem não apenas concretizar as demandas pela Nomic apresentadas há mais de três décadas e ainda resolver a crise do jornalismo impresso. Se lugar de repórter é na rua, a nova rua do Jornalismo Internacional é a autoestrada da informação. As notícias do mundo estão lá, todos os dias, fluindo de todas as origens em várias velocidades. Cabe apenas ao jornalista saber onde e como procurá-las.





Um drama em quatro atos

Os problemas da desigualdade e da concentração informativas no noticiário internacional a despeito das tecnologias disponíveis para equilibrar o cenário podem ser ilustrados em uma breve narrativa de uma experiência pessoal, na transição entre os últimos anos de formação acadêmica e os primeiros de atividade profissional, vivida em paralelo com uma seqüência de quatro eventos estrangeiros extremamente semelhantes e co-relacionados.

Este capítulo pretende analisar o comportamento da imprensa brasileira nestes quatro episódios consecutivos de crises políticas muito similares em repúblicas ex-soviéticas: Geórgia, em 2003, Ucrânia, em 2004, Quirguízia, em 2005, e Bielorrússia, em 2006.

Ato I - Geórgia, 2003

Em novembro de 2003, enquanto cursava a disciplina Comunicação e Discurso, ministrada pelo Prof. Milton Pinto na ECO/UFRJ, observei a cobertura dos jornais brasileiros – os mesmos já mencionados, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* – sobre a série de protestos que culminaram com a deposição do presidente Eduard Shevardnadze, da Geórgia, antiga república da União Soviética situada no Cáucaso. Escolhendo o evento como tema para o trabalho de encerramento do curso, pude analisar como a cobertura dos fatos privilegiava um discurso – o da oposição, representada como sujeito das ações – em detrimento de outros – como o do governo, colocado como objeto ou reagente –, ao mesmo tempo em que excluía da narrativa diversos fatores e aspectos do conflito (por exemplo, o papel estratégico da Geórgia no escoamento de petróleo do Mar Cáspio, atualmente a maior reserva do planeta, por sediar importantes oleodutos).

O tratamento dispensado pela imprensa brasileira aos fatos e personagens envolvidos parecia não condizer com a leitura ideológica do público e sequer com o registro histórico dos nomes nos arquivos dos mesmos jornais. Afinal, o protagonista dos eventos era Eduard Shevardnadze, o mesmo personagem que, pouco mais de uma década antes, fora tratado

pela mídia ocidental – brasileira inclusive – como herói democrata que rompia o isolamento soviético, na condição de chanceler e braço-direito de Mikhail Gorbatchov. Com quais subsídios e por quais valores a mesma instituição midiática atribuía-lhe, agora, qualificativos de conotação negativa, como “ditador”?

Especificamente, uma matéria do *Jornal do Brasil* analisada (“Revolução de Flores e Gritos”, 24/11/2003 mencionava uma acusação de fraudes na chamada de primeira página sem que absolutamente nada fosse dito sobre o assunto no corpo do texto. Nenhuma fonte com ponto de vista favorável ao presidente era citada, e sequer era feita uma contextualização histórica do evento e tampouco dos personagens – como o paralelo notável com a derrubada de Slobodan Milošević, na Iugoslávia, em 2000, ou o papel de Shevardnadze como chanceler da URSS na época da Perestroika, negociando o fim da Guerra Fria.

Elementos simbólicos notáveis, como a mudança de bandeira promovida pelos opositores, foram ignorados. O próprio uso do termo “dirigente”, empregado no texto, foi peculiar para o caso de um presidente civil e eleito por votação direta. Na Guerra Fria, o termo era reservado para governantes de regimes socialistas, como Shevardnadze foi no período soviético. Entrou em voga quando a mídia buscava um vocábulo que designasse um governante a meio caminho entre a democracia ocidental e a ditadura. Como os chefes de governo no bloco socialista eram constitucionalmente eleitos, porém indiretamente, sob unipartidarismo, convencionou-se tratá-los como *dirigentes* em vez de *presidente* ou *primeiro-ministro*, mas tampouco como *ditador* ou *caudilho*. Tratar Shevardnadze nesses termos é rotulá-lo como um sobrevivente da cortina de ferro que ainda faltava cair.

Shevardnadze, que como chanceler de Mikhail Gorbatchov abandonou cedo as convicções ideológicas do antigo regime, liderou um processo de transição pró-capitalista na Geórgia considerado um dos mais lentos e conservadores entre as 15 repúblicas ex-soviéticas. Terra natal de Stalin, foi por isso mesmo uma das regiões que mais receberam “atenção” do Kremlin, manifestada sob governo severo e muitas vezes repressor. A república caucasiana, apesar de ter etnia distinta da Rússia, era até então a mais *russificada* das suas antigas confederadas, mantendo laços

fortes com Moscou, a despeito de conflitos separatistas nas regiões da Abecásia, Adjária e Ossétia do Sul – todas desejosas de se unir à Federação Russa.

Desde fins dos anos 1990, corporações ocidentais têm-se empenhado na construção de um oleoduto pelo qual possa escoar a produção petrolífera do Mar Cáspio – uma das últimas e maiores reservas no planeta – até o Mediterrâneo. O duto passaria pelo Cáucaso (incluindo a região separatista russa da Tchetchênia), seguindo até a Turquia, país-membro da Otan. Na Geórgia, a obra deveria ser submetida a licitação internacional. O presidente Shevardnadze, ao tentar garantir maiores ganhos para os cofres de seu país, estava, aos olhos ocidentais, intempestivamente atrapalhando o processo.

O escoamento das reservas do Mar Cáspio tem sido o fator comum às principais pautas do jornalismo internacional recente. O Afeganistão – que é outro caminho possível para escoar petróleo até o Oceano Índico via Paquistão –, o Curdistão, o Iraque, a Tchetchênia (por onde passam os oleodutos russos na rota Cáspio – Negro) são todos caminhos envolvidos nessa operação geopolítica de grandes proporções, que visa diminuir a dependência (e o preço) do óleo árabe. Não por acaso, todas estas regiões têm sido temas freqüentes no noticiário internacional dos últimos anos, sem que os interesses do Brasil estejam diretamente associados.

Na mídia brasileira, este fato é geralmente ofuscado em detrimento de ideais mais nobres como “busca pela democracia” e “libertação popular”, valores prezados pela cultura ocidental – o que justificaria sua seleção pelo *gatekeeping* nacional. Na ocasião, o *Jornal do Brasil* deu exemplo notável de cobertura afinada com os detratores do presidente georgiano. O título da matéria coroava a edição quase comemorativa dos eventos que depuseram o governante, incluindo fotos de crianças sorrindo e uma menção, “por alto”, a uma suposta fraude eleitoral por ele cometida. Não houve maiores explicações.

Nenhum espaço de contraste de idéias. Nenhum mapa, nenhum infográfico, nenhum *baxe* com retrospectiva histórica que situasse o leitor no espaço-tempo da notícia. As crianças que apareciam na foto da primeira página, rostos pintados de branco e vermelho, reforçavam a carga afetiva do discurso. A seleção desta imagem ocorreu em detrimento, por

exemplo, das fotos de violência perpetrada pelos manifestantes dentro do parlamento. E, no contexto brasileiro, era facilmente identificável com os protestos de estudantes contra o presidente Fernando Collor, em 1992, igualmente chamados de “caras-pintadas”.

Na ocasião, as manifestações foram celebradas como um movimento pacífico e espontâneo, de ampla repercussão, realizado pela sociedade civil contra um chefe de Estado corrupto. A imagem fazia parte, portanto, de uma mesma ordem de discursos do noticiário político, remetendo ao universo referencial comum dos movimentos civis, pacíficos e legítimos contra governantes anti-éticos.

Ao destacar os “caras-pintadas” georgianos, o *Jornal do Brasil* levava à associação entre os dois momentos e a uma indução final de que Shevardnadze, muito provavelmente, também seria corrupto. De fato, a maior discrepância percebida entre o texto da matéria e a sua chamada na primeira página é a presença, nesta, de uma acusação de “fraude eleitoral” que, naquele, está totalmente ausente. Essa diferença, provavelmente causada por um problema de edição, deixa sem nenhuma explicação o que realmente ocorreu antes da crise e, por isso, dá voz a apenas um dos lados envolvidos.

O jornal não se preocupa em esclarecer o leitor sobre que tipo de fraude teria sido cometida, exatamente por quem, e prejudicando quais pessoas ou partidos – e muito menos *quando* teria ocorrido. Desta forma, aquele que seria o motivo alegado para a insurreição contra Shevardnadze fica apenas mencionado, *en passant*, sem detalhes. A incoerência entre texto e edição permitia questionar se era lícito ou leviano mencionar uma suposta acusação da qual não se tenha nem maiores informações, ou se seria intenção do *Jornal do Brasil* (ou de suas agências) adicionar um currículo de “crimes” para Shevardnadze vetando uma possível defesa.

Era particularmente notável o fato de nem o *Jornal do Brasil* nem os demais veículos que fizeram a cobertura da crise georgiana no Brasil terem questionado a respeito das bandeiras utilizadas pelos manifestantes. Afinal, nas fotos utilizadas não aparecia em momento algum a bandeira nacional da Geórgia até então, em vermelho-tijolo, preto-e-branco. As bandeiras brancas esquadreadas pela cruz vermelha com cruz de Malta⁷⁸ em cada cantão são o símbolo do reino da Geórgia na Idade Média,

quando o país foi cristianizado por cavaleiros cruzados em luta contra os mouros, turcos e sarracenos. O culto ao passado medievalista, pré-moderno, tem crescido nos países do Leste Europeu e mesmo da Europa Ocidental, especialmente os mais pobres, e parte de setores políticos inconformados tanto com a influência “modernizadora” do capitalismo ocidental quanto com a abandonada experiência socialista – além, é claro, de reafirmar o caráter europeu e cristão da sua identidade, frente aos vizinhos muçulmanos. O uso dessas bandeiras identifica o movimento que depôs Shevardnadze com facções conservadoras, similares às de Vladímir Jirinovski na Rússia, e que o *Jornal do Brasil* não explicita.

A conclusão da matéria ainda apresentava um momento de declaração subliminar: atribuindo depoimento “bem-humorado” a um aposentado georgiano, o texto aplica a metáfora do adultério ao governo de Shevardnadze: ele era o “marido”, que “tinha muitas namoradas” (amantes) e por isso foi chutado “para fora da cama” (do poder) pelas “esposas” (o povo). O que fica subentendido entre o que foi dito, ao final, é que Shevardnadze *traiu* o povo da Geórgia e, por isso, foi corretamente deposto. Esta declaração induzida contrasta diametralmente com as palavras do próprio presidente, em sua declaração no terceiro parágrafo: “Nunca trai meu país”.

Na mesma semana em que foi publicada a matéria, televisões e rádios do Brasil concederam destaque expressivo para os mesmos eventos, o que é relativamente raro para um país normalmente “fora de circuito” como a Geórgia. As imagens e os dados trazidos por essas outras mídias certamente se juntaram ao texto do *JB* para compor o discurso. A cobertura da TV Globo, por exemplo, apresentou Shevardnadze igualmente como um governante corrupto e autoritário, o que já favorece a posição adotada pelo jornal. A contextualização, no entanto, não apareceu – o que se viu foi uma narrativa episódica de uma revolução romântica que, após terminada, deixaria o espaço na editoria Internacional e voltaria ao silenciamento.

Ato II – Ucrânia, 2004

Exatamente um ano depois, em dezembro de 2004, estagiava na redação do serviço em português da agência EFE e já tomava conhecimento do sistema de funcionamento das agências de notícias internacio-

nais, quando ocorreu novo fato espantosamente semelhante em outro país órfão da unidade de Moscou: a Ucrânia. Em circunstâncias muito parecidas, o governo eleito e constitucional de Leonid Kutchma foi questionado pela oposição derrotada nas urnas e passou à imprensa brasileira como “tirânico”, “opressor” e “corrupto”.

Opositores levaram à anulação dos resultados eleitorais, favoráveis aos governistas, e à realização de novo pleito, desta vez vencido pelos adversários. Mais uma vez, as entrevistas citadas pelos correspondentes das agências incluíam apenas partidários da oposição local e pessoas nas ruas, sempre antigovernistas, e a contextualização, embora maior, continuava abordando apenas um lado da questão, justificando os protestos e tratando-os como inevitavelmente vitoriosos.

À época, como estagiário justamente de uma agência de notícias estrangeira, eu exercia a função de redator no serviço de matérias vindas do exterior para os clientes brasileiros. E pude perceber que, a despeito das orientações editoriais de cada jornal, o próprio material da agência já vinha imbuído de uma ideologia muitas vezes alienígena – não por acaso – ao contexto sociocultural brasileiro. Materializada em discurso, esta ideologia era mantida e reproduzida nas páginas das editorias de *Inter*, chegando aos leitores como fiel cobertura jornalística dos fatos.

No entanto, ao acessar jornais eletrônicos ucranianos para checar informações banais como a ortografia de nomes próprios locais, pude constatar que o viés apresentado era significativamente diferente: mais que questões externas, estavam em jogo temas domésticos, como privatizações de empresas estatais e investimentos em políticas sociais. A indagação maior veio ao perceber que as informações desta imprensa local estavam tão acessíveis aos jornalistas brasileiros quanto os despachos da agência, e no entanto apenas estes últimos eram aproveitados na redação das matérias.

Ato III – Quirguízia, 2005

Entre março e maio de 2005, já como estagiário das editorias “Mundo” no *Globo On-line* e no jornal *O Globo*, assisti à terceira crise consecutiva em república ex-soviética, desta vez na Quirguízia, na Ásia Central. Este terceiro episódio teve repercussão menor (e menos tempo de exposição, talvez justamente pela repetição que lhe tirou o caráter de novidade). Des-

ta vez, porém, presenciei diretamente o trabalho dos redatores de *Inter* e sua relação com as fontes de informação a distância, e pude assistir à opção feita pela editoria “Mundo” ao determinar de onde extrair informações para sua cobertura: a origem da apuração para a confecção da notícia era exclusivamente agências de notícias e mídia estrangeira de países de Primeiro Mundo, como a CNN e a BBC.

Muito embora haja na Quirguízia jornais *on-line* em idiomas acessíveis, como inglês – o *Vetchérni Bishkek*⁷⁹, por exemplo –, as únicas fontes de informação consultadas na redação do *Globo* eram as que vinham pré-filtradas via Londres, Nova York ou Atlanta. A miríade de fontes alternativas foi preterida pelas tradicionais: as agências internacionais, os jornais europeus e norte-americanos e os canais de televisão por cabo – todos, sintomaticamente, estrangeiros.

Em todos estes casos, posteriormente apelidados de “Revoluções Coloridas”, a construção da narrativa sobre os fatos seguiu um processo quase paradigmático: em um distante país outrora submetido a uma ditadura socialista, o governante (apresentado como herdeiro da *nomenklatura* soviética e apoiado por Moscou) vencia eleições de forma fraudulenta, renovando seu tempo de permanência no poder, o que provocava a fúria dos cidadãos que, espontaneamente e pacificamente, tomavam as ruas e forçavam a queda do dirigente, substituindo-o por um líder democrático e pró-ocidental.

Entretanto, as largas distâncias entre as realidades de Eduard Shevardnadze na Geórgia, Leonid Kutchma na Ucrânia e Askar Akaiev na Quirguízia dotam cada um destes casos de especificidades que a abordagem das agências não contempla. A própria natureza do noticiário internacional, dividido em quase duas centenas de estados soberanos no mundo e num número incalculável de assuntos a cobrir, dificulta um tratamento aprofundado de cada pauta.

Mesmo assim, ficou ausente destas coberturas uma contextualização de quais interesses entravam em choque naqueles países, em comparação com o que havia de semelhante na política do próprio Brasil. Afinal, justamente no momento em que a sociedade brasileira votou e optou por uma configuração político-econômica alternativa ao neoliberalismo, como explicar a posição da imprensa nacional em defesa de forças que em outros países tentam implantar modelos da cartilha neoliberal rejeitada por aqui?

O problema da contextualização à realidade brasileira é sempre levantado em Jornalismo Internacional, não raro acusado de elevar os assuntos do exterior à categoria de exotismo ou espetáculo. Nos três episódios citados, este problema fica claro e rico para análise.

Eram estas questões que saltavam, gritavam por atenção – e tem este trabalho a pretensão de escutá-las, não de respondê-las. O que levava à reprodução mecanicista dos discursos de empresas estrangeiras nos jornais brasileiros sobre terceiros países? Que práticas do trabalho jornalístico poderiam evitá-lo e não o faziam? De onde – geograficamente e logisticamente – provinham as informações publicadas? Que fontes ouviam os correspondentes no Leste Europeu? Que peso tinham opositores e governistas nos depoimentos citados?

Ato IV – Bielorrússia, 2006

Finalmente, tive a chance de fazer tais perguntas em maio de 2006 quando, na função de repórter da editoria Internacional do *Jornal do Brasil* (o mesmo que publicara a estranha “fraude” na Geórgia), fui pautado com a cobertura da crise política na Bielorrússia – o que seria mais um episódio da série de “revoluções coloridas”, não fosse o fato de o governo instituído, desta vez, ter resistido às pressões e se mantido no poder. Mais uma vez, o tumulto se iniciara depois que o presidente Aliaksandar Lukachenka (na transliteração do bielorrusso, ou Aleksandr Lukachenko, do russo) venceu a reeleição e conquistou um terceiro mandato, no dia 19 de março.

No que parecia de início uma repetição dos três eventos anteriores, a oposição tomou as ruas da capital, Minsk, exigindo sua renúncia; organizações pró-ocidentais estrangeiras condenaram o processo eleitoral; líderes opositores e empresários deram declarações exigindo a queda do estadista – cujo epíteto de “último ditador da Europa”, criado pela BBC em 2001, era repetido por agências e jornais europeus e estadunidenses. No entanto, para surpresa de muitos, desta vez o mecanismo falhou e o governo não caiu. Depois de três semanas, os protestos se dissiparam e o presidente foi reempossado. Minha pauta era entender por que o caso bielorrusso foi diferente e investigar o que estava por trás das “revoluções coloridas” anteriores.

Para começar, optei por pautar a matéria (já na reunião de segunda-feira sobre dominicais) incluindo o histórico das crises anteriores na região. Trabalharia não apenas o factual recente, mas também o contexto da situação bielorrussa dentro do cenário político econômico em transformação no Leste Europeu. Uma hipótese minha, até então, era de que todas as “revoluções coloridas” tinham tido a disputa sobre o controle da extração e escoamento do petróleo e gás da bacia do Mar Cáspio como pano de fundo. Para entrevistas (todas conduzidas em inglês), elaborei previamente algumas perguntas, das quais reproduzo abaixo uma seleção:

Após uma seqüência de governos derrubados por revoluções pacíficas em repúblicas ex-soviéticas, Lukachenka parece ser o primeiro a resistir à tendência. A situação dele é sustentável? Ou a Bielorrússia pode seguir a mesma linha?

Que fatores políticos na Bielorrússia são diferentes daqueles na Geórgia, Ucrânia ou na Quirguízia, para que neste caso o governo não tenha caído?

Que recursos políticos Lukachenka usa para prevenir sua derrubada?

É correto dizer que Lukachenka é sustentado pela Rússia, enquanto a oposição favorece o Ocidente?

Isto se aplica também aos países ex-soviéticos onde governos foram derrubados recentemente? Esta é basicamente uma questão de alinhamento externo/geopolítico?

E quanto às políticas internas?

Os novos governos da Geórgia, Ucrânia e Quirguízia adotaram políticas como privatização de empresas estatais, redução do funcionalismo público, terceirização e concessão de serviços públicos a empresas estrangeiras. Eles representam ideais liberais? Isso explicaria o apoio ocidental a estas revoluções?

Por contraste, podemos dizer que Lukachenka é de esquerda? E o mesmo quanto a Shevardnadze, Kutchma e Akaiev? Esses países recentemente abertos podem enfrentar o desemprego, a inflação, serviços sociais precários e outros problemas sofridos por outros países do Leste Europeu que se liberalizaram logo após a derrocada do socialismo em 1989-1991?

Quais são os principais interesses da União Européia nas mudanças políticas?”

Como fontes, procurei primeiramente analistas locais que pudessem dar uma descrição vivenciada da realidade política sob Lukachenka. Enviei *e-mails* para cinco acadêmicos bielorrussos ou russos, todos trabalhando como associados ou visitantes em instituições dos EUA ou do Reino Unido⁸⁰ – três não responderam, um estava em viagem e apenas um (Vitáli Silítski) concedeu entrevista, por escrito.

Nos *websites* das universidades bielorrussas, não havia navegação em inglês, o que me impossibilitou de navegar em busca de contatos por não compreender a língua local. Enviei mensagem para mais seis pesquisadores ocidentais, do Centro Carnegie de Moscou e do programa de Estudos Russos e do Leste Europeu da Universidade de Michigan (EUA) – dois responderam fora do prazo, outros tantos não responderam e dois (o estadunidense Andrew Kuchins e o sueco Anders Åslund, do Instituto de Economia Internacional, em Washington) me deram entrevista por telefone. Silítski, especialmente, deu testemunhos pessoais da repressão do governo de Minsk aos manifestantes e enriqueceu a matéria com curiosas comparações com a América Latina.

Procurei também pesquisadores brasileiros – como sempre tento, para valorizar a produção de conhecimento nacional – e obtive contato com uma importante economista russo-brasileira do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP), que por telefone me concedeu entrevista sob condição de *off*. E parti em busca de contatos com o candidato derrotado (posteriormente preso), Aliaksandar Milinkevitch, da oposição liberal. Para isso, entrei nos websites dos partidos liberal-democrata (LDPB, www.ldpb.net) e social-democrata (BSDP, www.bsdp.org, de Aliaksandar Kozulin) e enviei mensagem para os endereços de contato disponíveis (não havia contatos por telefone). Ambos responderam prometendo repassar as perguntas aos respectivos responsáveis, mas não houve entrevista. Também pedi ajuda (por *e-mail*) às redações do *St. Petersburg Times* e do *The Moscow Times* (dois jornais russos em língua inglesa), além da ONG Centro Internacional de Jornalistas (ICFJ), de Washington, EUA. O *St. Petersburg* me repassou o contato de um ex-estagiário bielorrusso que trabalhava para Milinkevitch, mas ele me respondeu apenas depois do fechamento. O mesmo ocorreu com Peter Bancroft, da ONG lobista britânica *United 4 Belarus*, que articulava apoio e financiamento aos opositores.

Como fontes secundárias adicionais, li artigos e matérias de publicações especializadas, como a *Transitions Online* (“Common, but Hard, Ground”, 24/4/2006), o *Angus Reid Global Monitor* (“The remarkable consistency of Lukashenko”, 9/3/2006) e a *Pro et Contra* (“Color Revolutions and the Post-Soviet Space”, julho-agosto/2005), revista do Centro Carnegie de Moscou. O Prof. Kuchins também enviou a transcrição de uma palestra proferida dias antes em Washington, da qual citei um trecho.

Quando a matéria já estava no estágio de fechamento, na sexta-feira, um “gancho” veio a calhar para “esquentar” a pauta: o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney, fez declarações acusando a Rússia de praticar “chantagem” contra países vizinhos com cortes e desvios no fornecimento de petróleo e gás⁸¹. Isto vinha ao encontro do que diziam todas as fontes, nas perguntas sobre o uso de recursos naturais como arma política, e quanto à posição da Rússia e da União Europeia em relação aos candidatos.

As respostas das fontes confirmavam a hipótese de que a disputa pelo petróleo do Mar Cáspio estava por trás de todas as “revoluções coloridas” anteriores, que substituíram governos de esquerda, protecionistas, por liberais privatistas dispostos a abrir seus mercados ao capital estrangeiro, principalmente europeu. Com a entrevista em *off* da professora da USP e checagem adicional, constatei que quatro dos maiores oleodutos da região passam pelo território bielorrusso, e que os *royalties* pagos ao governo de Lukachenka ajudam a sustentá-lo financeiramente. Outros motivos apontados pelas fontes para o fracasso do “golpe” na Bielorrússia era a ausência de uma classe empresarial forte, devido principalmente ao fato de a economia do país ter sido mantida estatizada mesmo após a dissolução da URSS.

Com este material – quatro entrevistas, uma palestra e pesquisa de dados históricos –, encomendei à equipe de Arte dois infográficos (um mapa da Europa com os traçados de oleodutos sobrepostos aos países das “revoluções coloridas” e uma tabela de orientação ideológica dos governos da ex-URSS), um *boxe* (chamado de “Ponto a Ponto” no *JB*, com os quatro episódios semelhantes mais a Iugoslávia, em 2000) e fechei o texto em uma principal e duas coordenadas (uma de memória e outra



Série Estudos 101

sobre a relação entre Lukachenka e o presidente russo, Vladimir Putin). Não foi usado nenhum conteúdo proveniente de agência ou de jornais estrangeiros. A matéria saiu publicada no domingo, 7 de maio de 2006, na página 23 do *Jornal do Brasil*, versão *standard* (ver Anexo no livro).





Considerações finais

O Jornalismo Internacional no Brasil está pautado fortemente por interesses geopolíticos de grandes potências, nem sempre coincidentes com os nacionais. Esta era a realidade constatada nos anos 1970 e 80 e permaneceu idêntica décadas depois, mesmo com todas as mudanças tecnológicas, políticas e econômicas desde então. Quando se concentra a atenção sobre Oriente Médio e política norte-americana, como é o caso de grande parte das notícias que veicula, a mídia brasileira abre-se à voz dos organismos destas mesmas potências que reforçam os interesses estratégicos imediatos da política externa (e da economia), como se estes fossem efetivamente os assuntos mais importantes do mundo.

Nos raros casos em que foge desse foco, por ocasião de alguma crise, guerra ou tragédia em outro país que não seja personagem freqüente das pautas, o jornalismo de Inter acaba apresentando fatos isolados, descontextualizados e, em certos casos, romantizados.

Este fenômeno da desinformação jornalística é recorrente, como pôde ser comprovado no caso das crises nas quatro antigas repúblicas da União Soviética. Em todas as ocasiões, os presidentes, eleitos e reeleitos sucessivas vezes, foram levados a deixar o cargo por insurreições civis articuladas por partidos oposicionistas e apoiada por entidades estrangeiras.

A imprensa brasileira, ao noticiar o fato, destacou a “participação popular” nos levantes, exibindo imagens do “povo na rua” e de certa forma fazendo coro ao júbilo dos oposicionistas. Omitiu, porém, fatores de relevância como a proporção entre estes e os governistas, na população, ou as condições estratégicas do país para o escoamento de petróleo da Ásia Central para a Europa Ocidental. Em vez de golpes de Estado civis, tivemos notícias sobre “revoluções coloridas”.

Como visto, a práxis jornalística atual não apenas reproduz as condições de produção da notícia como tende a padronizar o conteúdo. Os repórteres e redatores de Inter estão acostumados a trabalhar de um jeito que deixa as pautas e edições muito semelhantes entre cada veículo. Por isso, o trabalho examinou quais as tecnologias e sistemas informativos utilizados nas redações e o que as novas tecnologias mais

recentes podem mudar nesse cenário.

Os amplos debates recentes sobre a Comunicação no mundo globalizado e as desigualdades de acesso a ela, tanto na recepção como na produção, retomam antigas discussões de décadas passadas sob outro viés. Agora, não é mais mencionada a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (Nomic) ou tampouco são sugeridas iniciativas intergovernamentais como os *pools* de agências estatais de notícias – à exceção da recentemente proposta Rede de Notícias dos Não-Alinhados, ou NNN, na Conferência de Kuala Lumpur, em novembro de 2005. Está mais em voga, em tempos de “glocalismo”, a ação não-governamental localizada, dentro da perspectiva de um mundo de diversidades integradas – ação, esta, nem sempre altermundista, e nunca mais revolucionária.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os debates em torno da Nomic comprovaram exaustivamente o desequilíbrio “Norte-Sul” na emissão e recepção de informações veiculadas pelas mídias, principalmente no âmbito jornalístico e cultural. Inúmeras medições constataram que entre quatro e seis agências concentravam, em altas porcentagens, a origem do material publicado pela imprensa local. Sindicatos e entidades como o Instituto Latinoamericano de Estudos Transnacionais (Ilet) e o Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (Ciespal) serviam como fóruns de pesquisa e debate e promoviam ações para conscientizar jornalistas de seu papel estratégico para a correção destas desigualdades.

A partir da década de 1990, porém, estas discussões acompanharam o processo de globalização, procurando abandonar o viés ideológico e “atualizando-se” para palavras-chave como “democratização da comunicação”, “inclusão digital” e “sociedade da informação” (como nas recentes reuniões de cúpula em Genebra e Túnis), mais facilmente adaptáveis ao pensamento único (ou à hegemonia democrática-liberal).

Entretanto, a situação de desigualdade nos fluxos globais de informação se manteve perceptivelmente inalterada –, embora não haja divulgação de medições quantitativas como as tantas que houve 25 anos atrás. Embora a Nomic tenha saído de moda, as demandas que suscitaram o debate permanecem gritantes e as recomendações feitas pelo famoso

documento conclusivo da Comissão para Estudo dos Problemas da Comunicação da Unesco – o Relatório MacBride – continuam tão aplicáveis à demanda atual quanto o foram em sua época.

No contexto contemporâneo das discussões sobre sociedade da informação, inclusão digital e democratização da comunicação, fala-se muito do acesso mais amplo à produção de conteúdo, porém pouca atenção é dada à circulação e à recepção. O impacto de novas tecnologias numa ponta, entretanto, tem reflexos diretos na outra extremidade do processo comunicacional.

No Jornalismo Internacional, o fato de mais fontes estarem acessíveis e mais meios locais produzirem seus conteúdos de forma globalmente alcançável facilita enormemente o trabalho de caçar e obter notícias, identificar pautas, apurar e checar. À medida que um número incalculavelmente maior de atores pode conectar-se em rede às editorias e burlar o fluxo sistêmico-linear de informação, este fenômeno possibilita alterações potenciais fundamentais na práxis jornalística e põe em xeque o próprio conceito de *gatekeeper* (originalmente, os profissionais trabalhando dentro dos meios de comunicação que, ao deixar passar algumas notícias enquanto barravam outras, funcionavam como “porteiros” da informação).

No entanto, o principal diferencial entre o contexto atual e o da era de ouro da “nova ordem” não é o fim da polarização geopolítica e a ascensão do mundo em desenvolvimento – então antecipado pelo Movimento dos Não-Alinhados – ou sequer o avanço acelerado nas tecnologias de informação e comunicação – hoje exponenciado, mas já presente e decisivo naqueles anos. A marca que distingue o presente neste aspecto é o fenômeno da comunicação em redes tecnologicamente mediadas em escala mundial.

Impulsionada pela globalização econômica, que disseminou os produtos das NTICs pelo mundo e perseguiu a meta microsoftiana de colocar “um computador em cada casa”, a formação de um mundo interligado em rede fez surgir novas utopias, como a de uma sociedade global supostamente mais integrada e politicamente mais autônoma. Ao mesmo tempo, esta mesma lógica contribuiu para legitimar políticas neoliberais que visavam à diminuição do papel do Estado, preterido pela confiança no poder de ação da “sociedade civil organizada”. Como parte deste

processo, desenvolveram-se tecnologias de produção compartilhada ou colaborativa de informações, tais como wiki, *podcasting* e blogs.

Esta mudança de paradigma, ao conferir amplos poderes de comunicação ao indivíduo, minimizou o papel da imprensa como mediadora informativa e desviou o foco das tais ações de conscientização, de jornalistas para cidadãos comuns (ex-“público leitor”, atual “co-autor de conteúdos”), na busca por reduzir as desigualdades na comunicação global. Atualmente, um termo como “sociedade da informação” de certa forma remete à emancipação do indivíduo e sua elevação ao status de mídia de si próprio – na medida, por exemplo, em que pode personalizar o conteúdo dos jornais *on-line* ou produzir e editar ele próprio uma publicação digital.

Ao mesmo tempo, porém, esta abordagem desmerece o papel da mídia institucionalizada, como aparelho privado de hegemonia, e pouco leva em consideração que várias das práticas tidas como libertadoras na “democratização da comunicação” podem levar exatamente à reprodução de relações de poder. Pode-se mencionar, como exemplo, o sucesso do Google, mecanismo de buscas e outros serviços em rede guiados sempre pelo princípio do “quanto mais citado, mais importante”: ou seja, quanto mais referências forem feitas a uma página ou endereço, maior será sua relevância na escala de prioridades da busca. Ora, o que determina o número de *links* apontando para um *website* ou a visitação que obtém pode muito bem sofrer (e frequentemente sofre) influência da divulgação que este obtém na mídia tradicional, no mercado e na indústria cultural de forma geral.

O mecanismo é simples, baseado no princípio de biblioteconomia sobre a quantidade de citações e uma mesma obra de referência, bem como no conceito de que a importância de determinado nó numa rede depende do número de pontes (ligações) que tiver com outros nós. A perversidade do mecanismo, porém, é o fato de se fundamentar puramente na estrutura das redes, e não nos aspectos de conteúdo de cada nó, assim reproduzindo e perpetuando a estrutura de relações entre os nós, ainda que estas mantenham certo grau de dinamismo. Sendo quantitativo e não qualitativo, o Google – e sistemas semelhantes – reproduz cenários de hegemonia externamente condicionados pela mídia e, de forma algu-

ma, emancipa o poder de escolha individual, orientando-o pelas votações do senso comum.

À parte desta crítica à mudança de abordagem, as pesquisas sobre desigualdades no campo da comunicação global – entre países, entre etnias, entre classes e entre comunidades – deixaram de tocar certos aspectos políticos da questão, em detrimento de outros mais técnicos. Certamente, temas como as lutas pela adoção do “software livre”, pela “democratização da informação”, ou o combate à “exclusão digital” são plenamente conscientes do papel que exercem no questionamento a certas estruturas de poder (dos fabricantes de software, da mídia, do Estado). Abandonaram-se debates sobre controle público do conteúdo veiculado pelos meios, sobre o uso ideológico da informação e sobre a dependência informativa (e, por que não?, discursiva) do Terceiro Mundo, agora muitas vezes tidos como “retrógrados” ou “anacrônicos”.

Temores antitotalitários, principalmente após o fim da bipolaridade ideológica, deram vitória à doutrina do “livre-fluxo” e largamente se apoiaram em discursos ufanistas das novas tecnologias como libertadoras em si. Sob o mesmo fenômeno, atividades de organização e conscientização de classes passaram a ser chamadas de proselitismo ou educação doutrinária, versões brandas, mas igualmente temidas de *agitprop*⁸².

Grosso modo, a luta contra-hegemônica trocou a prática de montar agências de notícias alternativas pela de colocar câmeras e computadores nas mãos das comunidades. No caso do jornalismo, o fenômeno expandiu de forma antes inimaginável o universo de fontes potenciais para colher notícias, ampliando o “espaço de pauta” de Natali até o tamanho exato da circunferência do planeta. Na medida em que comunidades locais estão agora dotadas de canais de expressão global, vislumbra-se a possibilidade prática de entrar em contato com os agentes da comunicação de massa – os jornalistas – e assim passar a fazer parte da pauta cotidiana da mídia.

Não é, entretanto, o que acontece. Mesmo conectadas à internet e produzindo vídeos com câmeras de vídeo digital, favelas continuam praticamente confinadas às páginas policiais. Em outras palavras, passaram a poder comunicar, sem contudo deter o poder de comunicar.

A pergunta que se pode fazer é: “por que, com tantos meios novos

à disposição, os jornalistas – agentes primários no processo de comunicação midiática – continuam integrando o fluxo de informação sistêmico-linear em lugar de furá-lo, a partir das múltiplas direções possibilitadas pelas redes?” Não é uma pergunta de fácil resposta. O espectro de causas abrange desde as conexões intrínsecas entre mídia e capital, inseridos no contexto econômico globalizado, até escolhas morais e ideológicas de cada profissional, individualmente.

Entretanto, investigar os motivos pelos quais estes fluxos multidirecionais, descentralizados e não-arborizados são preteridos em função da manutenção de um *status quo* já denunciado décadas atrás é imperioso para iniciar os questionamentos sobre o atual estado das coisas na comunicação global. A comunicação de massas, antes presa a uma estrutura tradicional e hegemônica de fluxo linear, fixamente centralizado e arborizado, mediado por vários filtros e funis de informação, hoje pode ser feita de uma maneira completamente diferente: não-linear, horizontal, desterritorializada, rizomática, mutável e possibilitando a ligação direta entre seus diversos componentes, a despeito de distâncias físicas, cronológicas e sociais – propriedades que caracterizam uma estrutura em rede.

Aquele sistema de transmissão de informação, a partir da comunicação em redes, tem o mesmo esquema que antes, com as mesmas informações chegando também pelas agências estrangeiras e pelos correspondentes. Esses filtros, no entanto, podem agora ser eliminados a partir do momento em que se permite ao jornalista alcançar diretamente estas fontes.

Esta alteração é potencialmente revolucionária para o trabalho em redação, principalmente em Inter, obviamente, por causa das grandes distâncias entre o jornalista e as fontes. O jornalista já pode entrevistar por MSN ou Gtalk, o que de fato acontece, embora em escala ainda muito limitada. Talvez não seja tão fácil conversar com um ministro de um país, mas com o assessor de um ministro, com um líder partidário, com um pesquisador, o que até 10 anos atrás era impossível. E ainda hoje é pouco usado nas redações, mas já é permitido.

Vimos como obter telefone de fontes, especialmente de pesquisadores, analistas e personagens de pautas era muito mais difícil quando não se acessava a internet (ainda que ministros de Estado não dêem entrevista



por telefone ou *e-mail*, seus assessores dão). Vimos como a rede possibilitou o acesso à mídia local de praticamente todo o mundo, exceto pelo problema da língua. Vimos como o processamento de informações tornou-se muito mais rápido com a introdução das tecnologias digitais. E, finalmente, vimos que, apesar de tudo isso, o uso das NTICs como ferramentas de trabalho ainda não está plenamente incorporado à rotina do jornalista brasileiro.

A comunicação em redes elimina intermediários entre o jornalista e as fontes primárias de notícias. Com isso, é possível criar novos fluxos de informação, sem depender da ordem do capital global, que determina a pauta (agenda) mundial por meio das agências e exclui de tantas partes do mundo o direito a formar a própria imagem. Esse papel pode ser exercido principalmente pelo jornalista nas editorias de Inter nos jornais impressos diários.

O Jornalismo Internacional deve ser visto, assim, como prática de mediação discursiva entre as sociedades do mundo. Entende-se que o trabalho do jornalista que cobre culturas distantes é uma forma de estabelecer comunicação intercultural. E a nova realidade deste planeta – cada vez menos organizado em Estados-nações e mais em redes dinâmicas, mutáveis – faz com que os jornalistas, caso não se dêem conta desta mudança, estejam condenados a noticiar um mundo inexistente. Ou, nas palavras do Relatório MacBride:

A deformação das notícias deveria ser objeto de pesquisa metodológica e de análise séria. Num mundo complexo em que a comunicação está se desenvolvendo rapidamente, talvez isso se torne inevitável, mas é preciso entendê-la. Podem ser necessárias certas mudanças estruturais para eliminar algumas das causas da deformação, em outros casos talvez bastem algumas mudanças de atitude. Embora para a Comissão constem plenamente as várias dificuldades que se colocam para os jornalistas e redatores de imprensa, rádio e televisão, na coleta, na seleção e na difusão de notícias cotidianas, ela também acha que, em muitos casos, um sentido mais agudo de responsabilidade poder-lhes-ia permitir apresentar ao público uma imagem mais completa, mais equitativa e mais exata do mundo.⁸³



Este apelo dos componentes da Comissão MacBride à consciência e ao senso de responsabilidade dos jornalistas profissionais foi feito há quase 30 anos e continua válido – talvez ainda mais premente do que naquela época. Falta uma plena divulgação das possibilidades apresentadas pelas ferramentas à mão dos jornalistas que, por sua vez, alimente as mencionadas “mudanças de atitude” dos jornalistas, para as quais este trabalho espera ter sido uma modesta contribuição.



Referências Bibliográficas

LIVROS

ABREU, Alzira Alves de. **A Modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALMEIDA, Guy de. **O Jornalista e a Luta por uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação**, Série Documentos da FENAJ, vol.III, Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 1983.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica, vol. I – História da Imprensa Brasileira**, São Paulo: Ática, 1990, 4ª ed.

BALZAC, Honoré de. **Os Jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

CALDAS, Álvaro (org.). **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**, São Paulo: Loyola/EdPUC-Rio, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade: a Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**, vol.2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Sociedade em Rede: a Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura**, vol.1, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

COLOMBO, Furio. **Últimas Notícias sobre el Periodismo: manual de periodismo internacional**, Barcelona: Anagrama (Colección Argumentos), 1997.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. I. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DIZARD JR., Wilson. **A Nova Mídia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRARI, Polyana. **Jornalismo Digital**, São Paulo: Contexto, 2003.

FERREIRA, Argemiro. **Informação e Dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista brasileiro**, Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1982.

HASKOVEC, Slavoj. FIRST, Jaroslav. **Introducción al Trabajo de las Agencias de Noticias**, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1984.

HOHENBERG, John. **O Jornalista Profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa**, Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na Era Virtual**, São Paulo: EdUNESP/Fundação Perseu Abramo, 2005.

MACHADO, Elias. **O Ciberespaço como Fonte para os Jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MAGALHÃES, Manuel Vilela de. **Produção e Difusão da Notícia**. São Paulo: Atlas, 1979.

MARANGONI, Reinaldo et alii. **Webjornalismo: uma reportagem sobre a prática do jornalismo online**. Indaiatuba: edição independente, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989. (2ª ed.)

MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo: história das técnicas e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Multinacionais e Sistemas de Comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo**. São Paulo: Ciências Humanas, 1976.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em Tempo Real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro, Revan: 2002.

MOUILLAUD, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. **Imprensa e Globalização: tendências atuais do noticiário internacional no Brasil**. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 1998.

PENA, Felipe (org.). **1000 Perguntas sobre Jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio/Estácio de Sá, 2005.

PIKE, Sidney. "O Jornalismo sem Fronteiras" in: **Encontro Internacional de Jornalismo: conferências e debates** (edição: Gabriel Priolli). São Paulo: IBM, 1991.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hackers, 1999.

REYES MATTA, Fernando. **A Informação na Nova Ordem Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RODRIGUES, Marcus Vinicius. **O Papel do Web Jornal**. Porto Alegre: EdiPUC-RS.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**, São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2000, 10ª edição.

SALINAS, Raquel. **Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo**. Quito: The Quito Times, 1984.

UNESCO - Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. **Um Mundo e Muitas Vozes: comunicação e informação na nossa época** (Relatório MacBride), Rio de Janeiro: FGV, 1983.

_____. **A Documentary History of a New World Information and Communication Order Seen as an Evolving and Continuous Process: 1975-1986**. Paris: Unesco - Division of Free Flow of Information and Communication Policies, 1986.



_____ . “Las noticias extranjeras en los medios de comunicación; la información internacional en 29 países”. in: **Estudios y Documentos de Comunicación Social**, nº 93, Paris: UNESCO, 1987.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

ANTOUN, Mariana. **Informação no sistema de poder Internacional: do Relatório MacBride à Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação**. Monografia de graduação em Jornalismo defendida no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: IACS/UFF, 2006.

EPPRECHT, Catharina. **Reportar o Outro: o Oriente Próximo observado por jornalistas ocidentais sob métodos antropológicos**. Monografia de graduação em Jornalismo apresentada à ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004.

GOMES, Isabelle Macedo. **O Papel dos Excluídos: o Terceiro Mundo no noticiário internacional**. monografia de graduação em Jornalismo defendida no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: IACS/UFF, 2000.

LOPES, Sonia Aguiar. **Sobre o Discurso Jornalístico: verdade, legitimidade e identidade**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1990.

_____. **A Teia Invisível: informação e contra-informação em redes de ONGs**. tese de Doutorado defendida no Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1996.

PEREIRA, Marcelle Santana Gonçalves. **Os Últimos Românticos: sobre correspondentes da imprensa brasileira no exterior**. Monografia de graduação em Jornalismo defendida no Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: IACS/UFF, 2001.

ARTIGOS ACADÊMICOS OU DE PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS:

ABREU, João Batista de. ALMEIDA, Alda de. “A Lógica do Mercado no Discurso Jornalístico: a ênfase no fato que vai virar notícia”. in: **Em Questão**, Porto Alegre: FABICO/UFRGS, 2005.

ASP, Bruno et alii. “Cobertura internacional, quem leu?”. **Observatório da Imprensa** (publicação digital), 10/5/2003.

BRASIL, Antônio. “Crise na cobertura internacional”. **Videotexto.tv** (publicação digital), s/d.

_____. “O fim de uma era”. **Comunique-se** (publicação digital), 10/10/2003.

BRITTOS, Valério Cruz. “Circulação Internacional e Distorções Comunicacionais no Capitalismo

Global”. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. VIII, n° 6, Aracaju, setembro–dezembro de 2005.

BROWN-SYED, Christian. “The New World Order and the Geopolitics of Information”.

LIBRES: Library and Information Science Research. 19/1/1993;

disponível em http://valinor.ca/csyesd_libres3.html e acessado em 17/11/2006.

BURT, Ronald. “Structural Holes versus Network Closure as Social Capital”. LIN, Nan.

COOK, Karen S. e BURT, Ronald (orgs.). **Social Capital: Theory and Research**.

Aldine de Gruyter, 2001. disponível em <http://www.sfu.ca/~scolr/PDFREADINGS/>

Burt_Ronald.pdf e acessado em 12/2006

CARLSSON, Ulla. “The Rise and Fall of NWICO: from a vision of international regulation to a reality of multilevel governance”, in: **Nordicom Review**, vol. 24, n° 2, Nordicom, Gotemburgo, 2003.

CHAPARRO, Carlos. “Que tipo de jornalista devemos formar?”, in **Comunique-se** (publicação eletrônica), 16/9/2005.

CHARLEAUX, João Paulo. “Olhai (direito) pra nós!”. **Revista Pangea** (publicação digital), 2001.

FORE, William. “A New World Order in Communication”. **Christian Century** n° 14. Chicago: abril de 1982, pág.442.

GALTUNG, Johan. RUGE, Marie Holmboe. “The Structure of Foreign News: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers”. **Journal of Peace Research**, vol. 2, 1965. págs. 64-91.

GULICK, Thomas. **The IPDC: UNESCO vs. The Free Press**. 3/1983. Disponível em http://www.heritage.org/Research/InternationalOrganizations/upload/89621_1.pdf e acessado em 17/11/2006.

KARAM, Francisco José Castilhos. “Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação: limites e possibilidades (uma introdução)”. **Praxis**, Porto Alegre: 27-44, sem data. (3)

KNIGHT, Alan. “Signposts to Asia and the Pacific: the Internet and the future of foreign reporting”, In: **Beyond 2000: future directions in journalism education**, anais da Conferência Anual da Associação para o Ensino de Jornalismo, Christchurch

(Nova Zelândia): University of Canterbury, 1995.

KOTSCHO, Ricardo. “Tempo de Ousar” in: **Carta Capital**, 29/12/2004, págs.70-72.

LOPES, Sonia Aguiar. “De Que Falamos Quando Falamos em Redes?” in: **Redes Sociais e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: relatório final de pesquisa**. Rio de Janeiro: 8/ 2006. disponível em <http://www.nupuf.org.br>

LOS MONTEROS, Guillermo G. E. de. “Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero”. **Foro Internacional**, nº 152-153, Cidade do México: Hemeroteca Virtual/UNAM, 1998.

MALLMANN, Andréia Denise. “O Fluxo das Informações Jornalísticas no Tempo-Espaço das Mídias Digitais/Online”. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom**, 28., Rio de Janeiro, 2005. Anais. São Paulo: Intercom, 2005.

MANNI, Priscila. “Abaixo a mesmice das agências”. **Observatório da Imprensa** (publicação digital), 9/10/2002.

MASMOUDI, Mustapha. “Rehabilitation of the MacBride Commission: 25 Year Later” In: **Quaderns del CAC**, nº. 21, Barcelona, 1-4/2005.

MASTRINI, Guillermo. DE CHARRAS, Diego. “20 Años no es nada: del NOMIC a la CMSI o ‘el mismo amor, la misma lluvia’”. **Anuario Ininco**, vol. 17, nº 1, Buenos Aires, 2005, págs. 217-240.

MEHAN, Joseph. “UNESCO and the US.: Action and Reaction”, in: **Journal of Communication** nº 31 (1981), págs.159-163.

_____. “Why the NWICO never had a chance with the American media”, Palestra proferida durante conferência da International Development Studies Network (Canadá). Disponível em http://www.idsnet.org/Papers/Communications/JOSEPH_MEHAN.HTM e acessada em 17/11/2006.

MESQUITA, Cristiana. “Cobertura internacional é para gente grande”. **Observatório da Imprensa** (publicação digital), 17/4/2002.

MEYER, Philip. “Saving Journalism: how to nurse the good stuff until it pays”. In: **Columbia Journalism Review**, 11-12/ 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. “A Imprensa Global e sua Linguagem”. **Ordem/Desordem – Revista Acadêmica de Comunicação da PUC-Minas**. nº 13, Belo Horizonte: PUC-MG, 2000, págs. 72-80.

QUIRÓS, Fernando. “The MacBride Report 25 Years Later: the proposal the First World refused to accept”. In: **Quaderns del CAC**, nº. 21, Barcelona, 1-4/2005 (disponível em http://www.portalcomunicacion.com/informe_macbride/eng/articles.asp e acessado em dezembro de 2005).

REMO, Roberto. "A Raposa e as Galinhas". **Cadernos do Terceiro Mundo**, nº 43, 3/1982.

RONCAGLIOLO, Rafael. "A NOMIC: Contra-Infomação e Democracia a partir do Terceiro Mundo". in: LINS DA SILVA, C.E. "?", 1982.

SÁ, Jorge de. "A Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação". **III Encontro da Maçonaria Latina**. Lisboa, 16-18/5/2002. Disponível em <http://www.ncs.iscsp.utl.pt/apontamentos/index.php> e acessado em novembro de 2005

SANTOS, José Rodrigues dos. "Em Directo da Guerra: o impacto da Guerra do Golfo no discursojornalístico". **Media & Jornalismo**, nº3, Lisboa: Centro de Investigação Media e Jornalismo,2003.

SILVA JR., José Afonso da. "A Relação das Interfaces enquanto Mediadoras de Conteúdo doJornalismo Contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso". **XI Encontro Anual da Compós**, Recife, 1/2002.

SOUZA, Márcio Vieira de. "Redes de Comunicação: globalização, desterritorialização e cidadania".

Observatório da Imprensa/Rede de Informações do Terceiro Setor (publicação digital), 22/8/2005.

TEIXEIRA, Clodoaldo. "A Extinção dos Jornais: tecnologia e blogs nocauteiam até os grandes". **Revista Pronto** (publicação digital), 26/10/2006.

WOLF, Mauro. "Los emisores de noticias en la investigación sobre comunicaci3n". **Revista ZER** <<http://www.ehu.es/zer/zer3/1artwolf.html>>, acessado em 22/11/2005

ENTREVISTAS

Newton Carlos, a Antony Devalle e Maria Aparecida Costa (UERJ), pessoalmente, 8/5/2002 (íntegra em http://www2.uerj.br/~cte/download/newton_carlos.pdf)

Luciana Coelho, ao autor, pessoalmente, 8/2005

Rozane Monteiro e Clara Cavour, ao autor, pessoalmente, 11/ 2005

Marcelo Ninio, ao autor, por *e-mail*, 11/2005

Trajano de Moraes, ao autor, pessoalmente, 11/2005



Notas

- 1 AZEVEDO, Ana Cristina. in: PENA, Felipe (org.). *1000 Perguntas sobre Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio/Estácio de Sá, 2005.
- 2 COLOMBO, Furio. *Últimas Notícias sobre el Periodismo: Manual de periodismo internacional*. Barcelona: Anagrama, 1997.
- 3 Id. *ibid.*
- 4 RODRIGUES, Ernesto. “Em cada editoria um desafio diferente” in: CALDAS, Álvaro (org.). *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: EdiPUC-Rio/Loyola, 2002.
- 5 BALZAC, Honoré de. *Os Jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- 6 EPPRECHT, Catharina. *Reportar o Outro: o Oriente Próximo observado por jornalistas ocidentais sob métodos antropológicos*. Monografia de graduação em Jornalismo apresentada à ECO/UFRJ, Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004.
- 7 SALINAS, Raquel. *Agencias Transnacionales de Información y el Tercer Mundo*. Quito: The Quito Times, 1984.
- 8 CHAPARRO, Manuel. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- 9 HÁSKOVEC, Slavoj, FIRST, Jaroslav. *Introducción al trabajo de las agencias de noticias*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1984.
- 10 BAHIA, Juarez. Op. cit. (grifo da autora).
- 11 A DPA atual foi fundada a paratir da fusão entre a Dena, a Suedena e a DPD (agências privadas que operavam sob o III Reich) em 1949, mesmo ano da divisão da Alemanha em duas – República Federal Alemã (Ocidental) e República Democrática Alemã (Oriental).
- 12 FERREIRA, Argemiro. *Informação e Dominação: a dependência informativa do Terceiro Mundo e o papel do jornalista brasileiro*. Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1982.
- 13 Id. *ibid.*
- 14 Fereira cita pesquisa do venezuelano Eleazar Diaz Rangel realizada na Biblioteca Nacional em 1982 que contesta e desmente a data de 1o de agosto de 1877 epontada por N. W. Sodré em sua *História da Imprensa no Brasil* como início da publicação de despachos do sistema Havas-Reuter no Brasil. O pesquisador aponta nota do *Jornal do Commercio* que situa esta data em 14/7/1874.
- 15 Sistema de produção desenvolvido pelo industrial norte-americano Henry Ford que consistia em padronizar a fabricação de bens (no sue caso, automóveis) em linhas de montagem com divisão de tarefas que alienavam o operário do produto final.
- 16 NATALI, J. B. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.
- 17 Newton Carlos, entrevista a Antony Devalle Maaria Aparecida Costa (Uerj), 8/5/2002.
- 18 Curiosamente, a France-Presse se apresenta como tendo “50 correspondentes locais em 165 países”, o que já é o suficiente para conjecturar o quanto cada profissional destes tem que se desdobrar (nessa média, cada jornalista cobre 3,3 países). Sintomaticamente, a sede do serviço da AFP para a África esstá localizada em Paris.
- 19 ARÉBALOS,Alberto. “¿Sobrevivirán las agencias noticiosas?” Pulso del Periodismo

(publicação eletrônica), Miami: Universidad Internacional de la Florida <http://www.pulso.org/Espanol/Archivo/arat1.htm> (acessado em outubro /2005).

20 NATALI, J. B. Op.cit.

21 Vale lembrar que o Brasil é o país mais oriental de todo o continente americano.

22 <http://www.google.com>

23 <http://ask.com>

24 PENA, Felipe. Op. cit.

25 PENA, Felipe. Op. cit.

26 RODRIGUES, Ernesto. Apud CALDAS, Álvaro (org). *Deu no jornal: O jornalismo impresso na era da Internet*. São Paulo: Loyola/EdPUC-Rio,2002.

27 NATALI. Op. cit.

28 Entrevista concedida a alunos de graduação em Jornalismo da UERJ.

29 Idem.

30 SILVA, Carlos Eduardo Lins da. “Mil Dias: Seis Mil Dias Depois”. São Paulo: ublifolha, 2005. Apud BERABA, Marcelo. “Coluna do Ombudsman”, *Folha de S. Paulo*, 11/12/2005.

31 Na mesma época, quatro correspondentes brasileiros cobriam o Oriente Médio, todos de rádio ou TV: Paulo Cabral (BBC Brasil), no Cairo; Marcus Losekan (TV Globo) em Jerusalém; Munir Safatli (Globonews), em Beirute e Michel Gawendo (BandNews) em Tel-Aviv.

32 HANNERZ, 2004; apud EPPRECHT, Catharina. Op.cit.

33 Relatório MacBride.

34 ALMEIDA, Guy de. O Jornalista e a Luta por uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. Série Documentos da Fenaj, vol. III. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 1983.

35 FERREIRA, Argemiro. Op. Cit.

36 OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. *Imprensa e Globalização: tendências atuais do noticiário internacional no Brasil*. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 1998.

37 BROWN-SYED, Christian. “The New World Order and th Geopolitics of Information”. LIBRES: Library and Informaation Science Research. 19/01/1993. Disponível em http://valinor.ca/csyed_libres3.html e acessado em 17/11/2006.

38 SALINAS, Raquel. Op. cit.

39 COCKBURN, Alexander. Death Rampant! Readers Rejoice”. In: “Stop the Presses. I Want To Get Off!” Nova York: Delta,1976,apud FERREIRA, Argemiro. Op. cit.

40 COLOMBO, Furio. Op. cit.

41 No ano seguinte, Masmoudi seria convidado para integrar a Cmissão MacBride.

42 Relatório MacBride, pág. vii.

43 Um relatório parcial fora entregue à conferência anterior da Unessco, em outubro de 1978.

44 Ressalte-se, neste ponto, a presença da idéia de “livre circulação”, que os liberais acusavam a Nomic de combaater.

45 ALMEIDA, Guy de. Op. Cit.

46 Referência à primeira emenda da Consstituição dos EUA, que garante a liberdade de expressão e de imprensa.

47 No caso específico dos EUA, a mudança de governo levou a uma virada brusca na política externa, inclusive no tema específico da Nomic. A própria Casa Branca, sob a

gestão de Jimmy Carter (1977-1981), propusera e patrocinara a criação do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC em inglês), iniciativa cujo principal objetivo político era manter os debates da Nomic e suas consequências práticas sob o âmbito da Unesco, enfraquecendo o Movimento Não-Alinhado. O IPDC foi aprovado na mesma conferência de Belgrado, por consenso. Como a estratégia falhou diante da força dos países em desenvolvimento nas votações e do teor pouco liberal do Relatório MacBride, os EUA mudaram o posicionamento e passaram a votar sistematicamente contra a iniciativa, até deixarem a organização.

48 MEHAN, Joseph. "Why the NWICO never had a chance with the America media". Palestra proferida durante conferência da International Development Studies Network (Canadá). (Grifo do original).

49 Id. Ibid.

50 O termo foi aplicado pela primeira vez em 1947, pelo sociólogo polonês Kurt Lewin, não para jornalistas, e sim para descrever a mãe de família que detém o poder de decidir cotidianamente qual comida irá para a mesa. A abordagem midiática do conceito se firmaria com McCombs e Shaw em 1976.

51 SÁ, Jorge de. "A Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação". In: III Encontro da Maçonaria Laatina. Lisboa, 15-18/5/2002.

52 Um quarto modelo, alternativo, seria o capitalismo voltado para produção e exportação de alta tecnologia, mas com alto grau de intervenção estatal e políticas de bem-estar social para distribuição equânime do desenvolvimento – caso dos "Tigres Asiáticos": Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura – mas que extrapola o escopo de análise deste trabalho.

53 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual*. São Paulo: EdUNESP/Fundação Perseu Abramo, 2005 (grifo do autor).

54 GARGUREVICH, Juan. apud CHAPARRO, Carlos. "Que tipo de jornalista devemos formar?", in *Comunique-se* (publicação eletrônica), 16/9/2005; republicado em Observatório da Imprensa, em <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=347ASP006>>

55 NATALI, J. B. Op. cit.

56 Id. *ibid.*

57 Id. *ibid.*

58 ALMEIDA, Guy de. Op. cit.

59 STEVENSON, R. & COLE, Richard & AHERN, Thomas. "News Flow Between the Americas". Acapulco: US International Communication Association, 1980, parte II, p. iii. In: SALINAS, Raquel. Op. cit.

60 HOENBERG, John. *O Jornalista Profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Interamericana, 1981.

61 SÁ, Jorge de. "A Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação. In: III Encontro da Maçonaria Laatina. Lisboa, 15-18/5/2002.

62 english.ohmynews.com

63 www.wikinews.org - wiki é um formato que une a estrutura de hipertexto ao princípio do conteúdo livre, que pode ser editado por qualquer usuário.

64 www.newscloud.com

65 www.indymedia.org

66 www.overmundo.com.br/home

67 www.brasilwiki.com.br

68 é este o sistema de edição adotado pelo portal GoogleNews que, no entanto, não produz nem publica conteúdo: apenas redireciona (linka) para matérias publicadas nos websites dos próprios veículos online. Seria, mais precisamente, um *clipping* automatizado e pluritemático.

69 A mídia tradicional tem definido este serviço como “portal de vídeos”, o que, embora genericamente correto, é impreciso para diferenciar YouTube e similares de outros portais comerciais, como o Globo Media Center. Estes, além de cobrarem uma assinatura dos usuário, somente armazenavam vídeos de seus próprios acervos, em geral submetidos a *copyrights*. A diferença do *streaming* de conteúdo livre é ser gratuito e alimentado pelos próprios usuários com produção (e reprodução) amadora.

70 Antes de fundar o YouTube, os três eram funcionários da PayPal, uma empresa de crédito eletrônico internacional que, assim como vários casos de *e-business*, começou como uma iniciativa marginal e cresceu a ponto de concorrer com gigantes do setor até ser finalmente comprada por um deles – no caso do PayPal, o portal de leilões eBay. O mesmo ocorreria com o próprio YouTube em novembro de 2006, quando foi comprado pela Google. Antes, porém, chegou a inspirar iniciativas similares em corporações já estabelecidas, como o Google Vídeo, o Yahoo!Vídeo e o MSN Vídeo da Microsoft.

71 O autor submeteu perguntas sobre esses dados à empresa repetidas vezes, mas não obteve resposta.

72 Segundo dados do próprio site recolhidos em fevereiro de 2007. http://www.youtube.com/t/fact_sheet

73 maps.google.com

74 www.placeopedia.com

75 www.wikimapia.org

76 NATALI, J.B. op.cit., pág.

77 (grifo meu)77 MACHADO, Elias. op.cit., 2002, pág. 3

78 não confundir com a Cruz de Cristo, símbolo do C.R. Vasco da Gama, incorretamente chamada pelo senso-comum de “Malta”.

79 disponível em <http://www.vb.kg/eng/>

80 Vitali Silitski visitante em Stanford; Leonid Polishchuk, na Universidade de Maryland; Dmitri Trenin, do Centro para Reforma Européia, de Londres; Andrei Ryabov, do Centro Carnegie de Moscou; e Oksana Antonenko, do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (EUA).

81 Ironicamente, esta informação foi obtida pela CNN ligada na TV da editoria e depois confirmada pelas agências.

82 . Conceito marxista-leninista de “comunicação engajada”, em peças de arte, mídia ou propaganda capazes de levar à ação revolucionária.⁸³ Relatório MacBride, págs.263-264



Este livro foi composto em Garamond, corpo 12/16, abertura de capítulos em Times New Roman Bold, corpo 20 e 18, legendas e notas em Arial, corpo 8/9. Miolo impresso em papel *offset* 90gr/m² e capa em cartão supremo 250gr/m², na Imprensa da Cidade, em março de 2008.

